

ATA Nº 9 /2025

SESSÃO ORDINÁRIA DE

30 / 12 / 2025

“Nos termos do art.º 56.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, as deliberações dos órgãos das autarquias locais, bem como as decisões dos respetivos titulares destinadas a ter eficácia externa, devem ser publicadas em edital, afixado nos lugares de estilo durante 5 dos 10 dias subsequentes à tomada da deliberação ou decisão, bem como no sítio da internet, no boletim da autarquia e nos jornais regionais editados ou distribuídos na área da autarquia, tendo em vista garantir a publicidade necessária à eficácia externa das decisões”.

Aos trinta dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e cinco reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Mira, no ATRIUM RAÚL ALMEIDA, sob a presidência da Ex.^{ma} Sr.^a Madalena Santos, secretariado pelo Sr. Pedro Jorge Laranjeiro 1.º Secretário, e pela Sr.^a Telma Salvador, 2.º Secretário, com a seguinte Ordem: -----

PONTO UM: Para votação - Constituição de uma comissão para a revisão do regimento da Assembleia Municipal de Mira. -----

PONTO DOIS: Para apreciação - Relatório do Sr. Presidente da Câmara e situação financeira da Autarquia, nos termos da alínea c) do n.º 2, do art.º 25.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação. --

PONTO TRÊS: Para votação - Proposta de orçamento e plano orçamental plurianual, opções do plano, autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais e mapa de pessoal para o ano de 2026. -----

PONTO QUATRO: Para votação – Fixação da taxa de IRS para o ano de 2026. -----

PONTO CINCO: Para votação - Fixação da taxa de IMI para prédios de sujeitos passivos com dependentes a cargo – 2026 (IMI Famílias). -----

PONTO SEIS: Para votação - Fixação da taxa do IMI a liquidar em 2026. ----

PONTO SETE: Para votação - Fixação da taxa do Direito Municipal de Passagem a liquidar em 2026. -----

PONTO OITO: Para votação - Fixação da derrama para o ano de 2025 a liquidar em 2026. -----

PONTO NOVE: Para aprovação - Relatório de avaliação intercalar do plano de RGPC/ aprovação; Código de Conduta – Aprovação. -----

PONTO DEZ: Para votação – Aprovação de minuta de contrato interadministrativo de delegação de competências da Câmara Municipal de Mira no diretor do Agrupamento de Escolas de Mira – 2026. -----

PONTO ONZE: Para votação - Aprovar e submeter à Assembleia Municipal, para aprovação, o PMIM - Plano Municipal para a Integração de Migrantes

do Município de Mira. -----

PONTO DOZE: Para conhecimento - Tomada de conhecimento do relatório de execução do 1º Semestre e relatório intercalar do 3º trimestre de 2025 da ABMG, EIM, SA. -----

PONTO TREZE: Para conhecimento - Relatório de fiscalização semestral sobre a situação económica e financeira do Município – 1º Semestre de 2025. -----

PONTO CATORZE: Para conhecimento - Tomada de conhecimento “Assunção de compromissos plurianuais”. -----

-----**COMPOSIÇÃO DA MESA:**-----

A mesa ficou constituída pela sua Presidente Madalena Santos, pelo primeiro secretário, Pedro Jorge Laranjeiro e pelo segundo secretária, Telma Salvador--

PRESENÇA DO EXECUTIVO: Por parte do Executivo estiveram presentes nesta sessão o Presidente da Câmara Municipal, Prof Artur Jorge Ribeiro Fresco, e os Vereadores Dr. Tiago Daniel Castro Cruz, Dr.^a Sara Margarida Damas Milheirão, Dr. Bruno Calisto Maduro. -----

PRESENÇA DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA: Por parte dos membros da Assembleia estiveram presentes nesta sessão os Senhores: João de Jesus Cruz, Anabela Miranda Veríssimo, Maria de Lurdes Mesquita, Andreia Sofia Petornilho, Mauro Seiça, Raquel Arribança, Francisco José Camarinha, Eurico Petronilho Martins, Maria Clara Clemente, Zélia Morais, Sónia Sofia Braguez, Adélia Maranhão em substituição de Luís Lourenço, José Carlos Neves, Daniela Caetano, Daniel Fresco em substituição de Albano Rocha Lourenço, Celestino Sebastião Almeida, , e os Senhores Presidentes de Junta de Freguesia de Mira, Carlos Alberto Costa, da Praia de Mira, Pedro Morins, do Seixo, Fernanda Seabra, dos Carapelhos, Carla Santos.-----

HORA DE ABERTURA: A reunião teve início às quinze horas, tendo sido declarada aberta a sessão pela Presidente da Mesa da Assembleia, verificando-

se a existência de quórum com as presenças e as ausências anteriormente referidas. -----

A Presidente da Mesa da Assembleia informou que tinha sido convocado o Deputado José Rocha Diniz, aguardava ainda a justificação de falta, não tinha sido incluído na agenda a tomada de posse porque aguardavam a justificação de falta. Informou ainda que por lapso dos serviços tinha sido enviada uma listagem errada da comissão da assembleia para a Comunidade Intermunicipal, tinham sido só três efetivos e dois suplentes em vez dos quatro efetivos. Pediu desculpa pelo lapso dos serviços na convocatória, já tinha sido enviado o pedido para a correção os representantes onde incluído o Deputado José Carlos Jesus Neves que por lapso não tinha sido convocado. -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:-----

----INTERVENÇÃO DOS PRESIDENTES DE JUNTA:-----

---- Interveio a Presidente da Junta de Freguesia dos Carapelhos (PSD), que, após os habituais cumprimentos, disse que naquela primeira reunião ordinária da Assembleia Municipal daquele novo círculo autárquico começava por desejar votos de muito sucesso à Presidente da Assembleia Municipal e aos restantes membros da mesa, assim como ao Presidente da Câmara Municipal e ao seu executivo, desejando que aquele mandato fosse marcado por diálogo institucional e de proximidade com as freguesias e a população. Desejou ainda a todos os Deputados eleitos votos de muito sucesso. Disse que, enquanto Presidente de Junta de Freguesia dos Carapelhos a iniciar um segundo mandato, não podia deixar de lembrar que os mandatos autárquicos tinham a duração de quatro anos e que o trabalho a desenvolver deveria ser planeado de forma faseada, estruturada e orientada por prioridades claras e necessidades efetivas, com base num programa previamente estabelecido. Sabia que nem tudo podia ser feito de imediato, mas era fundamental que existisse um rumo bem definido e um compromisso contínuo com a melhoria das condições de vida das populações. Reforçava um pedido que considerava de extrema importância

para a sua freguesia: a continuação do asfaltamento de algumas vias, ou pelo menos parte delas, que se encontravam bastante degradadas. Tinha plena consciência de que o saneamento básico estava previsto para a freguesia de Carapelhos, o que muito saudavam, mas também sabiam que a sua concretização ainda deveria demorar algum tempo. Assim, importava encontrar soluções intermédias que minimizassem as condições atuais e que garantissem as condições mínimas de circulação e segurança para os residentes que ali circulavam. Reiterava, por isso, o pedido de asfaltamento na freguesia dos Carapelhos, a instalação de lombas para controlo de velocidade e a execução das marcações das respetivas vias. Chamou ainda a atenção do Executivo para a situação concreta do caminho dos arrozais. As intervenções realizadas com o objetivo de salvaguardar os terrenos junto à vala do lado de Cantanhede tinham acabado por causar danos significativos naquela via, agravando o seu estado de conservação. Perante aquela realidade, importava perceber que tipo de intervenção estava prevista para o local, uma vez que soluções temporárias como a colocação de grades e fitas não davam resposta adequada às legítimas preocupações da população. Na sua opinião, toda a zona envolvente deveria ser revista. Finalizou reafirmando a total disponibilidade da freguesia dos Carapelhos para continuar a colaborar de forma leal e construtiva com o município, sempre com o objetivo comum de melhor servir os munícipes. -----

---- **Interveio a Presidente de Junta do Seixo (PSD)**, que, após os habituais cumprimentos, felicitou a Sr.^a Presidente da Assembleia pela sua eleição e desejou a todos os restantes eleitos um bom mandato de 2025/2029. Quis felicitar o Sr. Presidente da Câmara e o seu executivo pelas iniciativas que tinham tido lugar naquela época natalícia, assim como pela realização do mercadinho de Natal, que tinha proporcionado às associações e instituições do concelho a oportunidade de se darem a conhecer e de conseguirem algum proveito financeiro com a venda dos seus produtos. Aproveitou ainda para agradecer a presença dos vereadores Bruno Maduro e Sara Milheirão na festa de Natal

solidário da Aldeia, realizada no início daquele mês de dezembro, na freguesia do Seixo, um momento de convívio e partilha entre as várias instituições e escolas da freguesia, dentro do espírito natalício. Um encontro de gerações que tinha culminado com a entrega de bens alimentares para a Cáritas e com o acender da árvore de Natal. Dirigiu-se ao Sr. Presidente da Câmara e ao seu executivo, reforçando a necessidade de requalificação rodoviária da freguesia do Seixo. A pavimentação das ruas devia ser uma prioridade do executivo, pois encontravam-se em muito mau estado de circulação, com pavimentos bastante degradados por toda a freguesia, o que comprometia a segurança rodoviária, a circulação pedonal, o acesso a viaturas de emergência e, acima de tudo, a qualidade de vida dos habitantes. O Executivo da Junta de Freguesia tinha tentado colmatar algumas situações, incluindo a limpeza da Zona Industrial do Polo I e do Polo II, para o que também alertava aquele executivo para a necessidade de elaborar um novo protocolo que assegurasse um apoio financeiro justo e necessário para a realização dos trabalhos de limpeza e manutenção daqueles espaços por parte da Junta de Freguesia. Quis ainda deixar uma nota muito positiva pelo trabalho desenvolvido pela Secção de Teatro da ACR do Seixo de Mira, que naquele ano tinha levado à cena a peça “Música no Coração”, em jeito de comemoração dos sessenta anos da estreia do filme. Aquela secção de teatro cumpria cento e trinta e seis anos de história teatral, transmitida de geração em geração, o que fazia daquela coletividade uma referência regional e um exemplo vivo de como a cultura podia unir pessoas, formar público e valorizar o território. Aquela produção “Música no Coração” era disso um extraordinário exemplo. Deixou um convite a todos os que ainda não tinham tido oportunidade de a ver, para que não perdessem aquele espetáculo. Deixou também votos de um bom ano de 2026. -----

---- **Inteiveio o Presidente da Junta da Praia de Mira (PS)**, que, dirigindo-se ao Sr. Presidente Artur Fresco, questionou qual era o ponto de situação para os passeios e saneamentos da Barra de Mira; qual o ponto de situação da

urbanização da Videira do Sul; e para quando estava planeada uma intervenção que resolvesse a acumulação de água junto ao cruzamento. Disse que o antigo campo do Touring, na Videira do Sul, era um depósito de lixo, perguntando o que pensavam fazer para reverter aquela situação. Questionou ainda qual era a estratégia de alcatroamento para o concelho: se existia um plano de ação e quais as ruas da freguesia da Praia de Mira que iriam ter intervenção e para quando estava planeada. Referiu que, há já muito tempo, um acidente na Avenida da Praia de Mira, em frente ao “Amanhecer”, tinha feito com que houvesse menos dois postes de iluminação, estando o local sinalizado desde então, perguntando quando seriam novamente recolocados aqueles postes. Acrescentou que, além da questão estética na avenida principal, ficava junto a uma passadeira que ficava com menos iluminação. Questionou também qual era o ponto de situação dos terrenos dos Prazos Velhos: quantos já tinham sido escriturados, conforme tinha sido anunciado em setembro que iriam ser. Disse ainda que, nos Prazos Velhos, a ciclovia era cada vez mais utilizada por pessoas que não eram moradores e que usavam aquela ciclovia de carro, perguntando se tinham alguma estratégia para restringir o uso daquela ciclovia. Disse ainda que, no dia anterior, tinha havido reunião da Assembleia de Freguesia da Praia de Mira, sendo um dos pontos da ordem de trabalhos o protocolo para abertura do Espaço Cidadão no edifício da Junta de Freguesia da Praia de Mira. Referiu que tinha sido questionado pelo Sr. Deputado António Gabriel sobre o que tinha acontecido numa reunião que tinha tido com o Sr. Presidente da Câmara — o que é que lhe tinha dito e o que lhe tinha sido dito a esse respeito. Questionou ainda se era sobre a instalação dos CTT, ao que lhe foi respondido que não, que era sobre o Espaço Cidadão. Sobre isso, deixou para o Sr. Presidente o esclarecimento que o Sr. Deputado António Gabriel queria, uma vez que nunca tinha tido nenhuma conversa com o executivo sobre o Espaço Cidadão, tendo apenas informado por mensagem o Sr. Presidente da data prevista, por respeito institucional que achava que devia sempre existir entre aquelas entidades.

Considerava lamentável que assuntos debatidos em reuniões privadas entre os executivos estivessem a ser partilhados com terceiros. Fez ainda a questão de quando iria arrancar, se seria já para aquele ano, a segunda fase da praia fluvial e o que estava previsto fazer nessa segunda fase, pois quando foi inaugurada tinham falado muitas vezes que era apenas a primeira fase da praia fluvial. Desejou votos de que ia ser uma grande passagem de ano, que o evento e a escolha dos artistas tinham sido muito bem conseguidos e estava à espera que fosse uma enchente na Praia de Mira e que o tempo ia ajudar. -----

---- **Inteiveio o Presidente da Junta de Mira (PSD)**, que, após os habituais cumprimentos, desejou um bom mandato a todos. Quis felicitar o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Mira e o seu Executivo pela conclusão do alcatroamento da Rua do Chãozinho, da Rua do Regente Rei, da Rua dos Barros e da Travessa dos Loureiros, em Carromeu. Há muito que sugeria ali que fossem alcatroadas e, na realidade, tinha sido uma obra bem merecida porque já tinham saneamento e água e, portanto, aquilo que necessitavam era que acabassem aquelas lombas que pareciam andar no alto-mar quando lá passavam. Mas não eram só parabéns. Já estavam a concluir o pavimento do passeio da Rua das Quartas e também havia necessidade de arranjo da estrada da Rua do Matadouro, que era bastante necessitada porque tinham lá a incubadora próxima e havia necessidade de que aquela via fosse arranjada. Na Lagoa, na estrada que ia entre o Casal S. Tomé e a Lagoa, não sendo possível fazer toda, ao menos na zona que estava mais degradada, naquela fase inicial até próximo daquelas casas geminadas que lá estavam. Deviam também analisar a intervenção no largo da festa do Casal de S. Tomé; tinham que analisar exatamente o que ali estava. Já tinha falado com algumas pessoas que tinham sugerido que, provavelmente, aquela máquina que lá tinha estado poderia não ter chegado a colocar a tal cabeça maior, de forma a que aquilo pudesse ser destruído. Portanto, era uma questão de analisar com outra empresa que lá fosse ver bem, senão teria que ser tudo aberto e, portanto, seria uma intervenção de fundo muito

grande. Outra situação muito urgente era aquela vala na Rua do Alagadinho, por trás do prédio do Pimenta, que estava a ceder muito. O muro e toda a barreira do muro estavam a começar a cair para dentro. Estava a ser suportada com ETs e um dia podia haver ali um problema grave. Além disso, naquela mesma vala, mas lá mais ao fundo, logo a seguir à ponte que entrava na pista, também haveria de haver uma intervenção pelo menos até à outra curva, porque passavam ali muitos carros e tratores e, a qualquer momento, aquilo podia ceder, havendo um perigo eminente para quem lá passava. Entretanto, como era normal numa época festiva, quis desejar a todos um feliz ano novo, com muita saúde, muita paz e alegria para todos e para os seus familiares. -----

Findas as primeiras intervenções, a Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões colocadas:

1.ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS): -----

----- **Interveio o Sr. Presidente da Câmara (PSD)**, que, após os habituais cumprimentos, respondeu à Junta de Freguesia de Carapelhos que solicitava a continuação dos asfaltamentos, saneamento e lombas de velocidade, bem como a marcação das vias. Já tinham feito algumas artérias na Freguesia de Carapelhos e não conseguiam chegar a todo o lado ao mesmo tempo; sabiam daquela necessidade. Algumas delas tinham ficado em standby devido ao planeamento existente para a execução do saneamento e, portanto, entenderam que era melhor executar primeiro o saneamento e só depois efetuar os devidos asfaltamentos. De qualquer forma, se no programar dos trabalhos verificassem que a execução ficaria muito tardia, procederiam ao asfaltamento de mais algumas vias que estariam em pior estado. Das vias que já estavam asfaltadas, iam programar uma empreitada de marcação, porque não só na freguesia de Carapelhos, mas noutros locais onde estavam a efetuar asfaltamentos havia essa necessidade. Assim, iriam lançar uma empreitada para a marcação de vias transversal a todo o concelho. Relativamente ao caminho dos arrozais, junto à

vala, aquela parte que tinha ruído juntamente com as guardas de segurança que tinham tombado, não tinham percebido ainda ao certo o que é que tinha acontecido. Talvez tivesse havido alguma intervenção ali, não pelos serviços municipais, que tivesse retirado alguma sustentabilidade à margem e, portanto, com as águas a passar na vala, cada vez mais, se não houvesse intervenção, aquilo ficaria pior. Assim, independentemente de tentarem perceber quem tinha feito o quê, tinham de salvaguardar o que estava em causa: a deterioração do espaço, a queda das terras e a sustentabilidade da própria estrada e do asfalto, que também estava a ceder. Teriam, a curto prazo, de executar ali obras de manutenção para que aquele espaço não ficasse pior. Relativamente à Junta de Freguesia do Seixo, agradeceu as iniciativas natalícias ali referidas. Realmente vinha sendo um hábito já no concelho de Mira, naquela época, terem a inauguração da árvore de Natal, do Bosque do Pai Natal e divertimentos para as crianças a título gratuito, disponíveis até ao dia 6 de janeiro. Sabiam que era uma época em que todos festejavam de forma diferente e, por isso, o município estava sempre disponível para colaborar com todos e, ao mesmo tempo, dinamizar o comércio local, em parceria com a Associação Empresarial, porque muitas vezes os comerciantes eram remetidos para segundo plano em detrimento das grandes superfícies. Aquela iniciativa era também uma tentativa de reavivar o comércio local. A requalificação rodoviária reivindicada para o Seixo era transversal a todas as Juntas de Freguesia, tendo sido abordada ali pelos quatro Presidentes de Junta, pelo que sabiam que existiam essas necessidades. Agradeciam sempre que lhes indicassem as vias a precisar de maior intervenção, mas, no caso do Seixo, tinha ficado remetida um pouco para segundo plano porque tinham feito intervenção de saneamento em várias artérias e, numa outra fase, teriam de proceder ao asfaltamento. Normalmente era isso que se tentava fazer: se houvesse saneamento por fazer, devia executar-se primeiro, aguardar algum tempo para o abatimento do terreno e só depois proceder ao asfaltamento. Não sabia, naquele momento, indicar quando

seria feito, mas estava no seu horizonte, a médio prazo, realizar os asphaltamentos na Freguesia do Seixo. Estavam também abertos à renovação dos protocolos com a Zona Industrial a norte, o Polo I e o Polo II. A Junta de Freguesia do Seixo tinha sido responsável por aquele espaço e tinha feito um bom trabalho; como tal, estavam abertos à negociação e à celebração de novos protocolos. Relativamente aos cento e trinta e seis anos do teatro do Seixo, a ACR estava de parabéns. Era um trabalho fantástico. Tinha tido a oportunidade de ver a peça no domingo anterior e reconhecia o trabalho ali realizado ao longo dos anos; a qualidade tinha vindo sempre a aumentar. Quem ainda não tivesse visto o teatro do Seixo que o fizesse. Já tinham tido de agendar novas sessões complementares porque as anteriores tinham esgotado. Louvava a qualidade, o trabalho e o empenho de tanta gente, e, sendo um musical, o esforço era ainda maior. Por isso, dava os parabéns à ACR e à Junta de Freguesia. Quanto às questões colocadas pela Junta de Freguesia da Praia de Mira, relativamente aos passeios e saneamento na Barra, já havia intenção de intervir, o que não foi possível concretizar no mandato anterior. A curto prazo, teriam intervenções nos passeios mais a norte, podendo contemplar não apenas passeio pedonal, mas uma pista ciclável partilhada. Pelo menos num dos lados da via, para salvaguardar a segurança dos peões, estando prevista essa execução a curto prazo; numa fase posterior seria feito do outro lado. Relativamente à Videira do Sul e ao campo que estava a ser usado como depósito de materiais, iria ser resolvido no âmbito de um plano para o loteamento e legalização das habitações ali existentes. Tratava-se de um trabalho que vinha a ser realizado há muito tempo, exigente, e que não abrangia 100% da área daquelas construções, mas já existia um plano exequível para converter aquela zona em legalidade e ordenar o território. Cerca de 80% da área seria abrangida pelo loteamento, adaptando-se ao existente para criar as infraestruturas necessárias para legalização e posterior títulos de propriedade de quem lá resida. As infraestruturas seriam onerosas, tanto para águas pluviais como saneamento e

energia elétrica, mas era por ali que tinham de começar: pelo ordenamento. Relativamente à ciclovia nos Prazos Velhos, não tinham outra forma de aceder a determinadas propriedades. Os Prazos Velhos sempre tiveram aquela via como acesso único; poderiam eventualmente criar um sentido obrigatório, mas teria de haver sempre coexistência entre peões, bicicletas e automóveis. Os próprios veículos para intervir nas margens da Barrinha também tinham de usar aquela via. Podiam limitar a circulação automóvel a trânsito de moradores, sobretudo na época balnear, para minimizar riscos. Quanto aos postes de iluminação em falta, o assunto estava comunicado às autoridades competentes. Seriam substituídos por postes do modelo novo assim que possível, embora não pudessem garantir datas por depender de serviço externo. O estudo para a praia fluvial estava previsto: pretendiam reabilitar toda a Ilha dos Namorados como segunda fase, avançando para norte, criando mais espaço balnear e um novo apoio de praia naquela zona. Sobre o Espaço Cidadão e os CTT, o que tinha sido falado na reunião foi a possibilidade de alargamento de horário nos CTT. A Câmara pretendia transitar o atendimento para o Mercado Municipal, mas a Junta optou por manter o serviço nas suas instalações e assumiria os encargos. A instalação do Espaço Cidadão era uma intenção recente da Junta, com parecer favorável da Câmara, sendo o horário e atendimento da responsabilidade da Junta. Relativamente à passagem de ano, o Município fez um esforço publicitário significativo, com presença em canais nacionais, apostando num grupo musical animado. Esperavam que tudo corresse bem e que o tempo ajudasse. Quanto ao Presidente da Junta de Mira, confirmou que os alcatroamentos já tinham sido efetuados em várias artérias e que estavam em falta a Rua da Lagoa, o Largo da Capela no Casal S. Tomé e a Rua do Matadouro, que seriam intervencionadas no início do ano, embora nem todas ficassem concluídas na mesma empreitada. No Largo da Capela, já tinham tentado desentupir as águas pluviais por duas vezes, mas o problema parecia estrutural, possivelmente por raízes, podendo ser necessário substituir a

tubagem. A vala na Rua do Alagadinho já estava programada para intervenção e seria executada assim que possível. A vala na Rua do Alagadinho era uma intervenção que já estava programada há algum tempo; ainda não tinha acontecido. Havia hipótese, no âmbito da remodelação de espaços urbanos, de fazer aquela requalificação. Era a única parte da vala da Corga que necessitava de intervenção e estava em risco quanto à sua estabilidade e, portanto, assim que possível iriam lá também fazer aquela intervenção. -----

A Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra aos membros da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram:-----

--1.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS:-----

---- **Interveio a Deputada Raquel Arribança (CHEGA)**, que, após os habituais cumprimentos, falou acerca da pré-escola da Lentisqueira, que naquele estabelecimento tinham uma turma com seis crianças com necessidades especiais. Três eram autistas não falantes. Aqueles meninos não tinham relatórios feitos, o que tornava o ambiente na sala de aula um pouco complexo. Podia arriscar a dizer que aquilo não era inclusão, mas sim imposição para as restantes crianças. A Educadora já tinha pedido ajuda ao Agrupamento, que dizia que o rácio estava certo. Já tinham feito queixas às entidades competentes porque o Agrupamento não respondia aos e-mails do pessoal docente, nem dos encarregados de educação. A situação era grave e gostava que o Sr. Presidente da Câmara abordasse aquela situação ali na Assembleia. A outra questão era também na Lentisqueira, relativamente ao Centro de Dia: não havia em concreto no orçamento de 2026 e era uma instituição que estava abandonada, degradada e estava a servir uma grande parte da população idosa da zona sul.-----

---- **Interveio a Deputada Zélia Morais (PS)**, que, após os habituais cumprimentos, quis desejar a todos um próspero ano novo. Ia ali manifestar uma grande tristeza que considerava de extrema preocupação na pré-primária do Casal de S. Tomé. Sempre que ocorriam períodos de chuva verificava-se entrada de água na sala onde as crianças desenvolviam as suas atividades,

comprometendo o conforto das crianças e o seu bem-estar. O gabinete da educadora apresentava igualmente problemas de infiltrações. Salientava que aquela situação já tinha sido comunicada por diversas vezes, não tendo àquela data sido encontrada uma solução eficaz. Assim, ia solicitar ao Sr. Presidente uma intervenção com a maior brevidade possível, no sentido de serem realizadas as necessárias reparações dignas e adequadas para as crianças e profissionais de educação. -----

---- **Interveio a Deputada Clara Clemente (PSD)**, que, após os habituais cumprimentos, disse que a erosão costeira na praia do Poço da Cruz era um problema ambiental sério que exigia monitorização constante e medidas sustentáveis para proteger a praia, as populações e o ambiente. Numa das últimas assembleias tinha manifestado ali alguma preocupação com aquele problema e pedido uma intervenção urgente, assim perguntava se estava a ser contemplado algum projeto que prevenisse a destruição de dunas da praia sul. Dirigiu-se ao Sr. Presidente e ao seu Executivo, pedindo, ao mesmo tempo, que o estacionamento junto ao parque infantil no Poço da Cruz, que dava acesso também aos funcionários, utentes e familiares do centro de dia, estava completamente degradado; em dias de chuva era impossível colocar lá viaturas, era impossível entrar e sair, só com galochas, pelo que pedia intervenção naquele sentido. Embora já tivesse feito referência àquele assunto, julgava que nunca seria demais dar nota de que tinha sido apresentado no ATRIUM Raul Almeida o programa oficial de que seria um dos maiores eventos da região Centro, a grande noite a colocar novamente a Praia de Mira como um dos destinos mais procurados para a passagem de ano. O Sr. Presidente Artur Fresco tinha destacado ainda o impacto económico e turístico do evento, que seria com certeza uma noite à altura. Aproveitou para desejar a todos um excelente ano novo. -----

Findas as primeiras intervenções, a Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões colocadas:

2.ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS): -----

---- **Interveio o Sr. Presidente da Câmara (PSD)**, que respondeu à Deputada Raquel Arribança que, sobre a pré-escola da Lentisqueira, as informações que tinha eram que existia naquele estabelecimento de ensino capacidade para vinte e cinco crianças e, naquele momento, dezassete. Os problemas com as crianças tinham a ver com a sua condição e, naquele caso, como tinha referido, seis delas com espectro de autismo ou sem diagnóstico elaborado dificultavam as coisas. Não estavam na sua capacidade máxima para albergar as crianças naquele estabelecimento de ensino, mas obviamente que cada vez que havia crianças com necessidades especiais reduziam o seu número máximo porque precisavam de uma atenção redobrada e muitas vezes de pessoas especializadas e dedicadas a elas por inteiro. Aquela queixa que tinha sido apresentada às autoridades competentes, esperava que tivesse lá o relato exato das necessidades e fundamentado sobre o que se estava a passar ali e, obviamente, que seria feito um estudo sobre o que lá tinha sido descrito e que iria recair numa avaliação para resolução do problema. Ficava ali o seu compromisso de que iam averiguar juntamente com o Agrupamento de Escolas a situação específica que tinha referido na pré-escola da Lentisqueira para ter uma resolução o mais rápida possível. A Sr.ª Deputada Zélia Morais tinha apresentado também um problema na pré-primária do Casal S. Tomé, com infiltrações de águas pluviais nas salas e no gabinete da educadora. A Sr.ª Vereadora da Educação já tinha passado por todos os estabelecimentos de ensino, jardins de infância e EB1 e, juntamente com as professoras e educadoras, tinha feito um registo das necessidades existentes. Aquele levantamento já tinha sido feito, até porque já tinham ali anunciado anteriormente que iriam fazer intervenções em todos os estabelecimentos de ensino, EB1 e jardins de infância. Portanto, tinha sido feito com o pessoal técnico e já tinha sido anunciado que, em obras através do PRR, iam ser executadas a curto prazo —

até porque o prazo de conclusão do PRR era bastante apertado, iam ser intervencionadas todas as escolas, o que não invalidava aquilo que a Deputada tinha levado ali; podia precisar de uma intervenção urgente para colmatar aquela parte, exatamente a curtíssimo prazo para minimizar alguma coisa, e depois as intervenções seriam realizadas como previsto. Disse que, no prazo de seis meses, todas as intervenções nos estabelecimentos de ensino, fora daquilo que era o centro do Agrupamento na Vila de Mira, estavam previstas e iam ser executadas para estarem concluídas. Relativamente à Sr.^a Deputada Clara Clemente, a erosão costeira era um problema que os preocupava e assustava; o que se verificava na praia do Poço da Cruz, especialmente a sul do esporão, era problemático porque, além de o mar levar as areias que serviam de praia, estava já a “comer” a duna primária. Portanto, era um problema que já tinha sido transmitido à Agência Portuguesa do Ambiente (APA); já existiam programas que previam a regularização e reposição das areias. A solução que lhes tinha sido apontada de imediato seria a transposição via mecânica de transporte da areia da parte norte do esporão para a parte sul; de qualquer forma, iam intensificar o alerta para as autoridades para que aquelas intervenções fossem feitas assim que possível e que o estado do tempo também o permitisse. Relativamente ao estacionamento junto ao parque infantil que estava degradado e que, com a chuva, ficava ainda pior de ser utilizado, tinha registado e o Sr. Vice-Presidente teria também isso em atenção e, assim que possível, iriam lá para resolver o assunto. Relativamente ao Réveillon, agradeceu as palavras; já tinha sido ali referido, esperavam todos que fosse uma grande festa. Pediu à Sr.^a Presidente da Mesa para dar a palavra ao Sr. Presidente da Junta de Mira.-----

---- **Interveio o Presidente da Junta de Freguesia de Mira (PSD)**, que referiu que concordava plenamente com aquilo que a Deputada Zélia Morais tinha dito; era conhecedor da situação, tinha estado lá presente, mas também queria ali informar que a situação praticamente tinha ficado resolvida: eram duas telhas que estavam partidas e que estavam no escritório da professora, a correr pela

parte de uma lâmpada, estava a pingar. Tinha ido lá na altura em que ela tinha inclusivamente uns baldes para que a água caísse lá, e estava a correr também um bocadinho pela parte da janela que corria lá para dentro. Na outra sala tinha sugerido, mas como iam ser feitas as obras e havia técnicos mais conhecedores disso, que precisavam lá de duas janelas, dois “buraquinhos” para que houvesse circulação de ar, porque não havia circulação de ar. Testemunhava que, na realidade, aquilo estava muito mau; estava melhor, mas ainda não estava resolvido. -----

A Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra aos membros da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram:-----

2.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS: -----

---- **Interveio o Deputado José Carlos Neves (PS)**, que, após os habituais cumprimentos, disse que trazia ali um assunto que era muitas vezes esquecido e desvalorizado, mas que era de extrema importância para a sustentabilidade da biodiversidade e o limite da própria espécie humana. Tratava-se do combate à invasão da vespa asiática no território de Mira. Era uma espécie invasora que ameaçava seriamente a biodiversidade, a apicultura, a agricultura e a segurança alimentar e a própria segurança das pessoas. Ao atacar as abelhas comprometia a polinização, colocando em causa ecossistemas inteiros e a própria produção de alimentos. Enquanto municípios vizinhos avançavam com estratégias consistentes, Mira continuava só a reagir. Em Cantanhede, por exemplo, existia uma política clara de prevenção e era dessa prevenção que ia ali falar, com a colocação massiva de armadilhas e eliminação sistemática de ninhos. Eram armadilhas de colocação extremamente barata e, no limite, custaria menos dinheiro prevenir do que remediar. Em Vagos, por exemplo, a proteção civil atuava de forma organizada, com resposta célere e envolvimento da população. Em Mira também tinham resposta no combate à extinção dos ninhos, mas esse combate era exclusivamente focado na destruição de ninhos já formados, que, aliás, era bem executada até pelos serviços da proteção civil, que costumavam

ser rápidos quando a população os solicitava. Mas aquela abordagem era ineficaz, acabava por ficar mais cara e era ambientalmente irresponsável. Quando o ninho era destruído, o dano já estava feito: a abelha já tinha sido predada pelas vespas asiáticas e o impacto ecológico já tinha ocorrido. Preventivamente, as armadilhas para a vespa asiática eram simples, económicas e comprovadamente eficazes. Serviam para capturar as vespas fundadoras de ninhos, impedindo a criação de novos ninhos; deviam ser colocadas entre fevereiro e maio, daí a urgência da sua intervenção, era o período mais crítico da espécie, e devidamente monitorizadas e repostas, retirando as abelhas que eram apanhadas e repondo o isco. Cada armadilha colocada a tempo representava milhares de vespas a menos no verão. O que faltava em Mira não era conhecimento técnico, era vontade política de se coordenar até mesmo com outras câmaras e executar no terreno. A vespa asiática não respeitava limites administrativos e a ausência de uma ação concertada com os municípios vizinhos demonstrava falta de visão estratégica e de responsabilidade ambiental. Assim, o grupo municipal do Partido Socialista propunha e requeria que aquela Assembleia deliberasse e votasse no sentido de recomendar e comprometer o Executivo camarário a avançar, com carácter de urgência, para a elaboração e implementação de um plano municipal de combate à vespa asiática que incluísse obrigatoriamente a colocação preventiva e coordenada de armadilhas no período adequado, a monitorização regular daquelas armadilhas e a concertação de ações com os municípios vizinhos, garantindo uma resposta eficaz e articulada. Proteger as abelhas era proteger Mira e proteger os cidadãos; adiar decisões era assumir responsabilidades pelos danos causados. -----

---- **Interveio o Deputado Rodrigo Trinco (PSD)**, que, após os habituais cumprimentos, referiu que cuidar das pessoas era uma das responsabilidades centrais do poder local. Em Mira, essa preocupação traduzia-se em políticas e iniciativas concretas que promoviam a saúde, o bem-estar e a inclusão, em todas

as idades e em diferentes dimensões da vida comunitária. A promoção da atividade física era um desses eixos fundamentais. O Open day de Ginástica, promovido pelo Município de Mira e aberto a toda a comunidade, era um exemplo claro dessa aposta. Tratava-se de uma iniciativa simples, acessível e gratuita, que incentivava hábitos de vida saudáveis, promovia o convívio intergeracional e reforçava a mensagem de que o exercício físico era essencial para a qualidade de vida, independentemente da idade. Esta visão estendia-se, de forma muito clara, às políticas dirigidas à população sénior. O FESTIV'IDADE – Encontro Sénior, realizado com o apoio do MoverMira 5G – CLDS 5G, era mais do que um momento de magusto e confraternização. Era um espaço de encontro, partilha e proximidade, que combatia o isolamento, promovia o envelhecimento ativo e reforçava os laços comunitários, valorizando o papel dos seniores na vida do concelho. Essa mesma lógica de valorização da aprendizagem ao longo da vida estava bem presente na Universidade Sénior de Mira, que tinha entrado recentemente na sua 9.ª edição. Com uma adesão significativa, um leque diversificado de disciplinas e uma forte componente social e cultural, aquele projeto afirmava-se como uma referência no concelho, promovendo conhecimento, participação ativa e bem-estar, ao mesmo tempo que criava redes de apoio e amizade entre os seus alunos. O trabalho desenvolvido naquela área tinha sido reconhecido a nível regional. A distinção atribuída ao Município de Mira pela CCDR Centro, no âmbito da iniciativa “Territórios da Longevidade”, confirmava que o caminho seguido estava a produzir resultados. Aquele reconhecimento refletia um esforço contínuo e coletivo, que colocava a população sénior no centro das políticas públicas e reforçava o compromisso com um concelho mais inclusivo, mais solidário e mais amigo da idade. Aqueles exemplos demonstravam que Mira apostava numa abordagem integrada, onde saúde, envelhecimento ativo, aprendizagem e participação comunitária caminhavam lado a lado. Um concelho que cuidava, envolvia e valorizava as suas pessoas era um concelho que construía o futuro com responsabilidade e

proximidade. -----

---- **Interveio a Deputada Anabela Veríssimo (PS)**, que, após os habituais cumprimentos, disse que talvez fosse um bocadinho repetitivo o que ia falar, mas ia insistir. No cruzamento junto ao parque AECO, na localidade da Videira do Sul, existia uma moradia que enfrentava há vários anos um problema de águas pluviais. Em períodos de maior precipitação, os moradores viam-se obrigados a atravessar numa tábua improvisada para conseguirem entrar e sair de casa. A acumulação de água inicialmente afetava apenas aquela moradia; naquele momento afetava também as que estavam vizinhas. Importava recordar que, durante o período de campanha eleitoral, os proprietários tinham sido informados de que aquela situação seria resolvida com brevidade. Acrescia que, em mandatos anteriores, a população da Videira tinha reunido na Câmara Municipal com membros do Executivo Municipal do PSD, que se tinham deslocado ao local e tinham apresentado possíveis soluções, inclusivamente tendo levado maquinaria logo no dia seguinte àquela reunião. No entanto, até àquela data, nenhuma das soluções tinha sido implementada, ficando a população sem resposta e sem cumprimento da palavra dada. Situações semelhantes àquela, dificuldades de escoamento de águas, também aconteciam no aldeamento Miravilas, no núcleo D, que já tinham alertado o Presidente, e o mesmo continuava a acontecer na Avenida Cidade Coimbra, situação que se tinha agravado com a intervenção da pista da ciclovia do Eurovelo. Tendo sido um ano de chuva intensa e a rede de valas e canais a entrar em stress pelo aumento do caudal, sabiam que tinham sido feitas algumas limpezas, e era certo, agradeciam, mas o que motivava aquele alerta era uma situação que era do conhecimento de todos e que não tinha sido tratada convenientemente ano após ano. Com o aumento do nível freático, as bombas de água não conseguiam dar vazão e causavam danos nas habitações. Questionavam quais eram as soluções previstas para aqueles locais pela Câmara Municipal e qual a sua calendarização. -----

Findas as segundas intervenções, a Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões colocadas:

3.ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS): -----

----- **Interveio o Sr. Presidente da Câmara (PSD)**, que respondeu relativamente ao Deputado Rodrigo Trinco que o Município de Mira tinha feito um grande esforço no acompanhamento da população sénior e estava sempre preocupado com atividades que levassem ao envelhecimento ativo; disso eram prova o Open Day de atividade física, o evento de convívio sénior com as IPSS e o reconhecimento pela CCDR dos “Territórios de Longevidade”, precisamente como resultado do trabalho desenvolvido na ação social com aquela faixa da população. A Universidade Sénior tinha contribuído fortemente para isso, tendo crescido todos os anos em número de alunos e de disciplinas; recentemente, a Tuna da Universidade Sénior tinha representado o Município e a Universidade Sénior na SIC, no programa “A Casa Feliz”, o que reforçava a aposta neste tipo de iniciativas. Relativamente à Deputada Anabela Veríssimo, tinham conhecimento daquela moradia e dos problemas existentes, bem como da faixa contínua das outras moradias ali ao lado. O problema estava identificado, mas implicava um corte de estrada ou uma grande deslocação das águas pluviais para a Vala dos Quatro Metros, pelo que era necessário um estudo de cotas para resolver definitivamente a situação. Estavam igualmente cientes dos problemas no núcleo D do Miravilas e na Avenida Cidade Coimbra. Relembrou que existia um protocolo com a Junta de Freguesia para limpeza de sarjetas, caixas e águas pluviais, o que funcionava quando a manutenção era regular. Existiam também constrangimentos relacionados com os caudais na Vala das Lavadeiras e na Barrinha, que dificultavam o escoamento, podendo ser necessário recorrer a bombagem adicional. Admitiu que poderiam analisar com os técnicos outras soluções para acelerar o escoamento. Pediu autorização à Sr.ª Presidente para dar a palavra ao Dr. Ângelo Lopes para responder ao Deputado José Carlos

Neves. -----

---- **Interveio o Dr. Ângelo Lopes**, que referiu que, desde 2021, o Município de Mira integrava um plano intermunicipal de combate à Vespa Velutina com dezanove municípios da região de Coimbra, desenvolvido com apoio científico da Universidade de Coimbra, com estudo e implementação das armadilhas. A estratégia incluía aquisição de equipamentos, formação e meios operacionais. Realçou que o Município de Mira colocava armadilhas em articulação com apicultores registados, sendo estes responsáveis pela monitorização. A resposta do município aos alertas era imediata, sem listas de espera, podendo ir até 48 horas apenas em casos não prioritários. Já tinham atuado inclusivamente de madrugada em situações urgentes. Referiu ainda que tinha sido apresentado um relatório global na última Assembleia Municipal com dados sobre a evolução dos ninhos intervencionados, destacando que a freguesia mais afetada era o Seixo, o que indicava uma migração de norte para sul. Sublinhou que Mira tinha, por vezes, intervindo até fora do seu território, nomeadamente em zonas de Cantanhede, quando este município não conseguia responder de imediato. Concluiu que o combate em Mira estava a ser bem coordenado, reconhecido pelos apicultores locais, citando como exemplo o apicultor Bruno Cartaxo. No momento da intervenção, a equipa já se encontrava a caminho de três novos alertas. -----

A Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra aos membros da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram: -----

3.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS: -----

---- **Interveio o Deputado José Carlos Neves (PS)**, que disse que, quando tinha ali levado aquele assunto, não tinha querido pôr em causa os serviços prestados pela Proteção Civil, que respondia, e aliás tinha dito no seu discurso que era praticamente imediata quando era solicitada. Tinha reforçado o pedido de prevenção; sabia que havia os planos, mas havia várias zonas e colocadas de x em x metros. Também sabia que, do lado de norte, as coisas também não

estavam bem feitas. Por isso pedia àquela Assembleia para a resolução do problema, que, além daquilo que já tinha sido feito, se fosse mais além na parte da prevenção, talvez com uma cobertura maior do território, porque, segundo alguns apicultores que tinham falado com ele, não era suficiente, viam as colmeias a serem dizimadas pela vespa asiática. Bem sabia que o problema não se resolvia de um dia para o outro, mas era necessário reforçar a prevenção não o combate, que estava a ser muito bem feito por parte da Proteção Civil, sobretudo na colocação das armadilhas e na concertação com os municípios vizinhos. Também sabia que com Cantanhede tinha sido mais fácil do que com Vagos. Era essencial que, em todas as fronteiras, houvesse concertação com os outros municípios, porque, senão, não funcionava e continuava a vespa asiática a entrar e a produzir os seus efeitos negativos na agricultura, na apicultura, etc. Era uma preocupação que considerava legítima e que devia ser respeitada, com a adoção de medidas mais eficazes para se obterem melhores resultados. -----

---- **Interveio a Deputada Lurdes Mesquita (PSD)**, que, após os habituais cumprimentos, referiu que gostaria de desejar os maiores sucessos ao Executivo, à Assembleia Municipal e a todos os Presidentes de Junta eleitos. Quis destacar duas iniciativas que refletiam de forma muito concreta o compromisso do Município de Mira com a cultura, a educação e a valorização das pessoas. O ciclo de cinema do Átrium tinha vindo a afirmar-se como um importante espaço de acesso à cultura cinematográfica no concelho. Tratava-se de uma programação regular, diversificada e de qualidade que promovia não só o entretenimento, mas também a reflexão, o pensamento crítico e o contacto com diferentes linguagens artísticas. Aquela aposta no Átrium enquanto polo cultural era um investimento na democratização da cultura e na dinamização da vida cultural de Mira, aberta a todas as idades e públicos. Importava igualmente sublinhar a relevância dos prémios de mérito, uma iniciativa que reconhecia publicamente o esforço, a dedicação e o talento dos jovens e menos jovens, bem como o trabalho desenvolvido nas áreas académica, desportiva, cultural e cívica.

Ao distinguir o mérito, o município transmitia uma mensagem clara: o empenho compensava, o trabalho era valorizado e o futuro construía-se com base no esforço individual e coletivo. Aquelas duas iniciativas, embora distintas, partilhavam o mesmo propósito: investir nas pessoas, promover o conhecimento, estimular a participação e reforçar o sentimento de pertença à comunidade. Continuar a apoiar a cultura e a reconhecer o mérito era continuar a construir um concelho mais ativo, mais justo e mais preparado para o futuro. Era isso que o Executivo municipal tinha vindo a fazer. A bancada do PSD congratulava-se com a entrada em funcionamento da nova estação de tratamento de águas residuais de Cantanhede, uma infraestrutura há muito aguardada que representava um passo decisivo na resolução de problemas ambientais que, durante mais de uma década, tinham afetado gravemente o concelho de Mira. Durante anos, as lagoas, ribeiras e linhas de água tinham sofrido as consequências de descargas poluentes provenientes do concelho vizinho, comprometendo não só o equilíbrio ambiental do território, mas também a qualidade de vida das populações. Aquela situação tinha sido denunciada e acompanhada de forma persistente por Executivos municipais, refletindo uma luta contínua em defesa do interesse público e do ambiente. A entrada em funcionamento daquela ETAR, concretizada pelas Águas do Centro Litoral e cofinanciada por fundos comunitários, representava uma resposta concreta e necessária, garantindo melhores condições ambientais, de saúde pública e de ordenamento do território. Reconheciam que a solução chegava tarde, mas finalmente permitia iniciar a recuperação daquilo que o concelho de Mira tinha perdido ao longo dos anos. Importava salientar que aquilo era apenas o início de uma nova etapa. Era essencial avançar com ações concretas de limpeza, reabilitação e desobstrução das linhas de água, de modo a devolver às lagoas e ribeiras o equilíbrio ambiental que sempre as tinha caracterizado. Não podiam deixar de recordar o papel fundamental do antigo Presidente da Câmara Municipal, Raúl Almeida, cuja persistência e firme defesa do ambiente tinham sido determinantes para que

aquela obra se tornasse realidade. Aquele investimento era também um tributo ao trabalho de quem nunca tinha desistido de proteger o território e a qualidade de vida dos mirenses. Era preciso manter o compromisso com a defesa do ambiente, com a vigilância para que situações semelhantes não se repetissem e com a exigência de políticas públicas que colocassem as pessoas e o território no centro das decisões. Agradeceu ao Presidente Artur pelo esforço e empenho que tinham colocado na defesa daquela causa. Porque aquele era o tempo e o lugar, ia abordar as eleições autárquicas. Ao analisar os resultados das eleições autárquicas de 2025 no concelho de Mira, comparativamente com 2021, importava não apenas olhar para os números, mas também refletir sobre o contexto político em que aquelas eleições tinham ocorrido. Em 2021, o Partido Social Democrático tinha obtido quatro mil trezentos e oitenta e três votos, correspondendo a cerca de 59% dos votos válidos para a Câmara Municipal; em 2025, apesar de o PSD se ter mantido como a força política mais votada e continuar a assegurar a presidência da Câmara Municipal, registou-se uma redução do apoio eleitoral para três mil setecentos e noventa e três votos, cerca de 49% dos votos válidos. Quanto à Assembleia Municipal, verificaram que, relativamente a 2021, em que tinham doze mandatos, tinham reduzido para onze. O PS tinha mantido os oito mandatos e o partido CHEGA tinha aumentado um mandato, passando a ter dois. Ao nível das Juntas de Freguesia, o cenário tinha-se mantido igual a 2021: nos Carapelhos, Seixo e Mira tinha ganho o PSD e, na Praia de Mira, o PS tinha ganho apenas por seis votos de diferença, o que também tinha feito história. Aquele resultado devia ser assumido com sentido de responsabilidade e reflexão, mas não podia ser dissociado de um conjunto de fatores que tinham marcado o debate político no concelho durante o último ciclo autárquico. Em particular, desde 2023, na sequência da saída do então Presidente da Câmara Raúl Almeida para exercer o cargo de Presidente da Região de Turismo do Centro de Portugal, tinham assistido a uma estratégia política por parte do Partido Socialista que procurou, de forma reiterada, colocar

em causa a legitimidade democrática e a competência do Presidente Artur Fresco para o exercício das funções de Presidente da Autarquia. Tinha-se tratado de um ataque direto à legitimidade institucional do Presidente Artur Fresco, que era até então Vice-Presidente da Câmara no pleno exercício das suas funções entre 2023 e 2025, legitimidade que decorria da lei e do regular funcionamento dos órgãos autárquicos. Em 12 de outubro, o povo tinha confirmado aquela legitimidade política nas urnas. Durante a campanha eleitoral, aquela estratégia tinha-se intensificado, assumindo contornos que, na sua opinião política, ultrapassaram o confronto de ideias e de projetos, entrando no domínio da desinformação e do ataque pessoal, em detrimento do debate sério sobre o futuro do concelho. Paralelamente, e de forma particularmente preocupante, tinha-se assistido nas redes sociais à proliferação de perfis falsos e anónimos que promoveram campanhas de ataque à honra e ao bom nome de candidatos do PSD, recorrendo à calúnia, à insinuação e à criação de suspeições infundadas. Aquele tipo de atuação, infelizmente cada vez mais frequente no espaço digital, contribuiu para degradar o debate democrático e podia influenciar negativamente a perceção dos eleitores. Nesse contexto, não podia também ser ignorado o crescimento eleitoral do CHEGA, que tinha duplicado a sua votação face a 2021, captando votos de protesto e descontentamento que, em parte, se alimentavam de campanhas negativas, discursos simplistas e de um clima de desconfiança em relação às instituições. Apesar daquele cenário mais adverso, o PSD tinha-se mantido como a força política mais votada no concelho de Mira, o que demonstrava que a maioria dos mirenses continuava a confiar no seu projeto, na sua equipa renovada e na liderança do Presidente Artur Fresco. Os resultados deixavam uma mensagem clara: era necessário reforçar a proximidade com os cidadãos, intensificar a comunicação clara e transparente, combater a desinformação com verdade e continuar a governar com seriedade, competência e respeito pelas instituições democráticas. O PSD assumia aquela reflexão com humildade, mas também com firmeza na defesa da honra, da

legitimidade e do trabalho realizado, reafirmando o compromisso de continuar a servir o concelho de Mira com responsabilidade, dedicação e sentido democrático. O Partido Socialista, que tantas vezes tinha criticado o Presidente Raúl Almeida por, segundo diziam, ter “abandonado” a Câmara, devia esclarecer como classificava a atitude do seu cabeça de lista, Dr. José Diniz, que ainda não tinha tomado posse como membro daquela Assembleia Municipal, bem como do número dois da lista, Dr.^a Rosário Pinho, que tinha renunciado ao cargo antes mesmo de tomar posse. Onde ficava, afinal, o respeito pelos eleitores que tinham confiado o seu voto naquelas candidaturas? A pergunta impunha-se: se o PS tivesse vencido as eleições, quem assumiria efetivamente a responsabilidade de presidir? Solicitou à Sr.^a Presidente da Mesa, uma vez que tinha sido ali mencionado um assunto de carácter pedagógico que não fazia parte daquela Assembleia, se podia esclarecer o assunto referente ao Jardim da Lentisqueira, o que foi autorizado. Continuou esclarecendo que a turma do Jardim de Infância da Lentisqueira tinha sido aprovada antes do início do ano letivo, em junho ou julho, pela DGEST com dezassete alunos, aqueles alunos que lá estavam. Naquela turma, chamou a atenção que a lei dizia que as turmas do pré-escolar deviam ser constituídas por um mínimo de vinte alunos e por um máximo de vinte e cinco, sendo que, para alunos com necessidades específicas e com relatório técnico-pedagógico, se reduzia a turma; mas estavam a falar de uma turma com menos de vinte alunos e, naquele caso, a turma da Lentisqueira tinha dezassete alunos, nem sequer tinha o mínimo legal, não podendo reduzir um número que ainda não tinha atingido. Contudo, referiu ainda que os alunos com necessidades não eram catalogados como tendo necessidades específicas “a olho”; para, de facto, terem direito à redução de turma, tinham de ter relatórios que assim os atestassem, além dos relatórios médicos, que depois a parte pedagógica também analisava, sendo obrigatório passarem por uma equipa multidisciplinar para aprovar o relatório técnico-pedagógico, e só depois é que se reduzia a turma. Portanto, havia sempre um processo que decorria até se chegar àquele

ponto, o que não era o caso da Lentisqueira. Lá tinham um aluno apenas que reduzia a turma, embora a turma fosse menor do que o permitido por lei. Era aquela a situação. A atual educadora, até àquele momento, não tinha questionado nem apresentado nenhuma queixa no agrupamento; aliás, quando tomou conhecimento da queixa enviada para a inspeção e de outros requerimentos que lhe tinham sido apresentados, ficou incomodada. Podiam consultar, podiam informar-se com a educadora. A inspeção tinha recebido uma queixa anónima, alegadamente dos encarregados de educação do Jardim de Infância da Lentisqueira. A direção do Agrupamento tinha recebido dois pedidos de esclarecimento e um requerimento de uma encarregada de educação que também era funcionária naquele estabelecimento de ensino. Estavam, de facto, já a responder à inspeção com os dados que acabara de referir, e era isso que queria ali esclarecer sobre o que se passava na Lentisqueira. -----

---- **Interveio a Deputada Andreia Petornilho (PS)**, que disse que, sobre as palavras que a colega Deputada Lurdes Mesquita tinha proferido acerca da campanha, não tinha conseguido perceber muito bem. Tinham havido ali ataques pessoais da parte do PS? Podia concretizar? Não tinha tido qualquer tipo de conhecimento; o PS sempre se tinha pautado por ser sensato e por ter pessoas de carácter e educação, não reconhecendo aquele comportamento no seu partido. Além disso, se era para ir por aquele caminho, também tinha recebido mensagens do PSD a indicar que ela era uma “esquerdazinha”; portanto, achava que pontualmente poderiam ocorrer situações que não eram, de todo, de louvar e que não deveriam repetir-se, mas não tinha tido qualquer conhecimento de ataques pessoais. Pensava que a campanha tinha decorrido com alguma elevação e, mais uma vez, repetia que não reconhecia de todo o que tinha sido indicado ali relativamente a ataques à pessoa do atual Presidente da Câmara. Relativamente aos seus colegas, Dr. José Diniz e Dr.^a Rosário Pinho, era um facto que a Dr.^a Rosário não tinha tomado posse e que o Dr. José Diniz, por motivos pessoais e profissionais, também não tinha podido fazê-lo, só

estando previsto estar em Portugal no próximo mês de fevereiro. No entanto, como a Deputada Lurdes Mesquita devia compreender, por vezes havia situações pessoais que se sobrepunham àquilo a que se tinham proposto politicamente. Obviamente que, caso o PS tivesse vencido, os lugares não ficariam vazios e teriam pessoas mais do que válidas para tomar posse e estar ali naquela mesa. -----

---- **Interveio o Deputado Celestino (CHEGA)**, que, após os habituais cumprimentos, quis comunicar que o partido CHEGA tinha feito uma campanha limpa, sem ofensas a ninguém, nem mensagens privadas ofensivas, como ele tinha recebido. Havia membros do Partido Socialista e do PSD que lhe tinham enviado mensagens ofensivas e ele nunca se tinha queixado disso. -----

---- **Interveio o Deputado Pedro Morins (PS)**, referindo que, passados dois meses, ainda se estava a viver as eleições, quando ele estava mais preocupado com o trabalho. No entanto, achava que havia uma coisa que era preciso ser dita e repetida: quem ganhava tinha de ter o mesmo respeito, quer tivesse ganho por seis votos quer por seiscentos; isso vinha de casa, de educação, e nisso considerava-se um felizado. Volta e meia lá estava ele a ouvir que tinha sido “por seis”; e, se fosse ao contrário, estaria igualmente a respeitar a equipa que tinha concorrido contra ele. Não tinha o número presente, mas recordava que o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Mira, Artur Fresco, também tinha tido uma vitória na Junta de Freguesia de Mira que não tinha sido nada de esmagadora, e isso não o tinha tornado pior presidente, nem o tinha levado a humilhar ou desrespeitar alguém. Na defesa da sua honra, já chegava de estar a falar que tinha ganho por seis, estava preocupado era em trabalhar em prol da sua freguesia, e quem quisesse ir com ele, ia. -----

---- **Interveio o Deputado Mauro Seça (PS)**, que desejou a todos um ótimo ano novo, continuação de boas festas e um ótimo mandato, prosseguindo depois com os habituais cumprimentos. Dirigiu-se ao Sr. Presidente dizendo que ia ter uma intervenção longa, mas necessária. Começou por uma situação que tinha

sido amplamente acautelada pela bancada do PS no mandato anterior e que não tinha sido convenientemente tratada pelo executivo, recordando bem a sua intervenção naquela casa. Falava dos alcatroamentos efetuados no Miravilas, lembrando que tinha perguntado se estavam previstos como alcatroamento eleitoral ou não, já conhecendo os problemas ocorridos no núcleo A, onde iria ser feita obra conjuntamente com a ABMG, e temendo que se alcatroasse e, um ou dois meses depois, se rasgasse o mesmo pavimento por não se terem intervencionado previamente as condutas de saneamento. Sabia o Sr. Presidente que existiam roturas naquelas condutas e que tinham de ser intervencionadas, então porquê avançar com o alcatroamento? Já havia um rasgo feito pela ABMG no núcleo C, naquele alcatroamento novo, realizado antes das eleições. Considerava que o executivo não tinha tratado convenientemente os dinheiros públicos, pois tinha sido alertado para o problema e deveria ter exigido que a ABMG interviesse primeiro e só depois proceder ao alcatroamento. Perguntava ao Sr. Presidente: o que tinha falhado, ou quem tinha falhado, o Executivo ou a ABMG? No seu entendimento, só podiam concluir que tinha sido uma manobra de campanha para iludir os munícipes, com graves consequências em termos de despesa pública. Pedia transparência e rigor. Relativamente às casas florestais, sabia que tinha sido feita a transferência para a Câmara Municipal de três casas florestais do património obsoleto do Estado, e que, aquando dessa passagem, a Câmara tinha apresentado um conjunto de intenções para a sua reabilitação. Perguntava quais tinham sido essas intenções e, no caso concreto da Barra, qual tinha sido a justificação de base. Por quanto tempo estavam cedidos aqueles imóveis e qual o calendário de obrigações para iniciar as obras assumidas? Qual o motivo que tinha levado a mudar de opção no caso da Barra e qual o critério para a sua cedência àquela associação? Considerava que podia até ser uma boa solução, mas mantinha preocupações: tinham sido outras associações contactadas para manifestar interesse naquele imóvel? Se sim, quais? Se outra associação do concelho pretendesse um local

para sede, a Câmara disponibilizaria também um espaço? Perguntava ainda se o processo de consulta tinha sido aberto a todas as associações e se todas tinham tido conhecimento da disponibilidade daqueles imóveis e podido apresentar projetos ao executivo. Deixou também uma nota, no seguimento do que tinha sido referido anteriormente, de que a limpeza das valas era efetivamente muito importante e que, à volta do Miravilas, os moradores do Miravilas e do Miraoásis tinham sofrido muito com essa situação. A vala que ladeava a zona, embora tivesse sido alvo de algumas limpezas, naquele momento não estava nas melhores condições. -----

---- **Interveio a Deputada Raquel Arribança (CHEGA)**, pedindo ao Sr. Presidente que falasse do Centro de Dia da Lentisqueira, que por lapso não tinha sido abordado. Perguntou também, relativamente ao que fora dito pela Sr.^a Professora Lurdes Mesquita, por que razão o Agrupamento não respondia aos e-mails dos pais e do pessoal docente. Esclareceu que nunca se tinha falado em diminuir turmas, mas sim em aumentar o número de funcionários para acompanhar devidamente os meninos, sinalizados ou não. Quanto aos meninos não estarem sinalizados, isso já era outro assunto. -----

---- **Interveio o Deputado José Camarinha (PSD)**, que, após os habituais cumprimentos, manifestou a sua satisfação pela inauguração do pombal nacional. A columbofilia era uma atividade pouco mediatizada, mas que movimentava um público dedicado e multinacional. Quando se queria desenhar uma estratégia para dar visibilidade a um concelho, fazia-se precisamente isto: criava-se um calendário, atraíam-se atividades com públicos específicos e planificava-se. O somatório de muitas iniciativas trazia resultados. Aquele evento e aquela infraestrutura, bem como o trabalho das pessoas da organização, eram um belo exemplo disso. Era preciso agora intensificar o esforço e replicar com tantas organizações especiais quanto possível, pois tudo o que fosse feito nesse sentido colocava Mira no mapa, trazendo públicos, clientes e receita. Deixou também uma nota de satisfação pela inauguração do campo de padel do Seixo,

que servia um público mais restrito, mas crescente, acrescentando valor à oferta desportiva do concelho para além do futebol. Tinha decorrido do orçamento participativo, que considerava importante porque dava voz ao público, gerava criatividade e sentimento de pertença. Fez ainda referência ao teatro, começando por esclarecer que fazia parte do elenco. Quis dar uma perspetiva “por detrás do palco”: não tinham espaço nenhum, era um stress permanente gerir e fazer acontecer tudo, mas valia muito a pena cada segundo, tanto pelo público, sem o qual nada faria sentido, como pela experiência e desenvolvimento de todos os intervenientes. Assim se repetia ao longo de gerações há cento e trinta e seis anos; era uma experiência absolutamente extraordinária. Estavam todos convidados, e o facto de estar praticamente tudo esgotado significava que cerca de duas mil pessoas tinham visto o espetáculo, o que era extraordinário. Por fim, deixou a sua perspetiva sobre o mandato: todos tinham exatamente a mesma legitimidade, fossem do PS, do PSD ou do CHEGA; os eleitores tinham falado e as contas estavam feitas. Desafiou todos a evitarem perder tempo com aspetos pessoais ou meramente técnicos e a investirem antes em ideias criativas e construtivas que beneficiassem o concelho. Que fizessem política com elevação, era para isso que ali estavam. -----

Findas as terceiras intervenções, a Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões colocadas:

4.ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS): -----

---- **Interveio o Sr. Presidente da Câmara (PSD)**, que, relativamente à intervenção da Deputada Lurdes Mesquita, agradeceu as palavras sobre o ciclo de cinema no Átrium e os prémios de mérito, referindo também a importância da inauguração da ETAR das Cochadas, há muito aguardada e já em funcionamento. Restava agora, como já vinham a fazer junto das autoridades, nomeadamente da Agência Portuguesa do Ambiente, solicitar que fosse realizada a limpeza das linhas de água e lagoas do concelho, não só das

margens, mas de forma profunda na Lagoa e na Barrinha, especialmente na zona do Casal, para reparar os danos sofridos ao longo de muitos anos nas linhas de água e lagoas do concelho. Que aquela limpeza fosse feita, não só das margens, mas a fundo na Lagoa e na Barrinha, especialmente na parte do Casal também, e que fosse previsto e suportado por aquelas entidades devido àquilo que tinham sido as descargas ao longo de tantos anos e que o concelho de Mira é que tinha sofrido com aquilo. Relativamente ao Deputado Mauro Seiça, o alcatroamento do Miravilas não tinha sido eleitoral. Os alcatroamentos vinham a ser feitos na continuidade de uma empreitada que já tinha sido lançada em abril daquele ano e que, por motivos diversos, se foi atrasando. A empresa tinha estado no território por diversas vezes e tinha saído de Mira por diversas vezes. À medida que vinha, o tempo ia passando e algumas das ruas que estavam previstas serem asfaltadas para o final do mês de setembro acabaram por ser executadas mais tarde, na mesma empreitada estavam a decorrer naquele momento trabalhos na freguesia de Carapelhos e na freguesia de Mira. Tratava-se ainda da mesma empreitada e, naquele momento, não havia eleições; portanto, não se tratava de eleitoralismo, mas sim de obras que já estavam a ser feitas naquele mandato e que estavam agendadas no mandato anterior. Relativamente ao rasgo feito no Miravilas, a ABMG tinha sido contactada. Segundo as informações de que dispunha, tinham ido ao local, introduziram as chamadas “espias” para filmar e verificar o que se passava no interior das condutas e só tinham feito o asfaltamento porque lhes tinha sido dito que havia condições para avançar. Foi nesse intuito que tinham feito o asfaltamento completo daquele núcleo. Infelizmente, já tinha sido cortado por causa de um problema de saneamento que, entretanto, surgiu. Não era esse o seu intuito, nem tinha sido feito propositadamente com a previsão de que iria ser rasgado pouco tempo depois. Relativamente às casas florestais e às transferências de competências para associações, pediu autorização à Sr.^a Presidente da Mesa da Assembleia para que o Sr. Vice-Presidente respondesse. Relativamente à

Deputada Raquel Arribança, momentos antes não tinha referido o ponto do Centro de Dia da Lentisqueira. Não sabia se a Deputada tinha conhecimento, mas não cabia à Câmara Municipal fazer obras nos centros de dia, normalmente propriedade de IPSS e não municipal. Tinham sido abordados e já tinham feito reuniões com as IPSS para ver que tipo de intervenção e que tipo de apoios necessitavam. No caso do Centro de Dia da Lentisqueira, o espaço onde se encontravam precisava urgentemente de obras. Não sendo aquele espaço do município, existia uma antiga escola primária, propriedade municipal, junto ao jardim de infância da Lentisqueira e também cedida àquela entidade. Acordaram com a instituição realizar obras nesse edifício: iriam fazer a ampliação e cobertura da parte posterior que dava para o campo de areia na traseira do jardim de infância, vedar com portas de abrir e fechar, criar novas casas de banho e melhorar as condições do espaço para acolher os utentes temporariamente, enquanto a entidade preparava uma candidatura para requalificar o edifício principal. A cozinha manter-se-ia no espaço atual e a comida seria confeccionada ali e transportada para o novo espaço, que ficava relativamente perto. Portanto, o município assumiu aquelas obras por iniciativa própria, em colaboração com a entidade. Relativamente ao Deputado José Camarinha, sim, Mira estava ligada a grandes eventos ao longo do ano, distribuídos por vários meses, e a columbofilia era um deles. Outro exemplo era o campeonato europeu de AquaBike, que normalmente também acontecia em Mira, além de festivais de gastronomia em março e setembro e, no dia seguinte, o grande Réveillon da Praia de Mira. Eventos que marcavam o nome de Mira e a colocavam como referência não só cultural, mas também desportiva. Em fevereiro teriam uma grande prova de corrida e orientação, o “Portugal O Meeting”, que traria a Mira vários milhares de atletas e, conseqüentemente, equipas técnicas e famílias, movimentando o comércio local. O campo de padel do Seixo, inaugurado há pouco tempo, resultava do orçamento participativo; havia três projetos em atraso, dois já tinham sido concluídos e o terceiro, o skate

park na Praia de Mira, seria concretizado em breve, estando já planeada a sua execução. -----

---- **Interveio o Sr. Vice-Presidente da Câmara (PSD)**, que, após os habituais cumprimentos, respondeu relativamente à questão da transferência do património. Era uma aposta do executivo municipal, como já se tinha verificado com a antiga parte superior das Finanças (atual Junta de Freguesia de Mira) e com o antigo notário, acima da biblioteca, atualmente usado pela Associação Empresarial de Mira. Tinham um plano para três casas florestais: a casa florestal do Fojo (Seixo), a casa florestal da Videira (Praia de Mira) e a casa florestal do Poço da Cruz (Praia de Mira), bem como, mais recentemente, a antiga regência florestal. Respondendo concretamente ao Deputado Mauro Seiça, no plano de valorização que tinham de apresentar, estava previsto que esses espaços pudessem ser utilizados por coletividades e pela população local, em âmbito cultural, recreativo, desportivo e social. Portanto, nada tinha mudado face ao inicialmente previsto. Questionado sobre se tinham aberto concurso a outras entidades, respondeu que não era essa a dinâmica: não faziam uma consulta pública do tipo “temos uma casa florestal, quem quer?”. O método passava por contacto próximo com as entidades do concelho, avaliando necessidades caso a caso. No caso da Associação de Surf Costa de Prata, que procurava um espaço, concluíram que aquele imóvel era adequado, elogiando o trabalho desenvolvido pela associação. O município seria parceiro não só na cedência do imóvel, mas também no apoio financeiro, logístico e material para a conclusão das obras. Considerava ser um modelo de valorização do património devoluto, à semelhança do que já tinha sido feito com a Junta de Freguesia de Mira. -----

A Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra aos membros da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram: -----

4.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS: -----

---- **Interveio o Deputado Eurico Martins (PS)**, que, após os habituais cumprimentos, referiu a data de 27 de setembro de 2023, lembrando que, nessa

Assembleia Municipal, tinha levantado questões relativas à freguesia da Praia de Mira, nomeadamente o estacionamento fora da zona central para melhorar a fluidez do trânsito junto à costa, tendo o Sr. Presidente respondido que já tinham pensado nisso, mas ainda não tinham concretizado. Passados dois anos, questionava se tinham avançado com alguma estratégia. Referiu também que, na mesma Assembleia, tinha alertado para a falta de iluminação nos novos passadiços a sul (em direção ao Caçanito), situação que, em dezembro de 2025, continuava por resolver. Questionou que serviços eram esses que não tinham solucionado o problema em tanto tempo. Alertou ainda para a questão da iluminação na Zona Industrial do Seixo de Mira, especialmente junto à rotunda da A17, que continuava perigosa por falta de visibilidade, problema relevante para segurança e atração de empresas. Sobre a ETAR e as intervenções previstas na Barrinha e na Lagoa do Casal de São Tomé, felicitou o executivo, mas lembrou que a Videira também tinha saneamento do lado contrário à praia fluvial e que essa situação deveria ser considerada. Quanto ao mercadinho de Natal na Praça do Visconde, considerou-o simples, mas bonito, sugerindo que no futuro as atividades pudessem começar mais cedo ao domingo (logo após o almoço), para permitir maior participação das famílias. Relativamente à Praia de Mira e à preparação da época balnear, solicitou atenção às pistas pedonais e aos transportes públicos, sugerindo melhor mobilidade entre Praia de Mira, Aveiro e Coimbra, especialmente para jovens sem transporte próprio. -----

ATA DA REUNIÃO ANTERIOR: -----

Ata n.º 5 de 30 de setembro de dois mil e vinte e quatro. Submetida a votação foi **aprovada** por unanimidade. -----

Ata n.º 6 de 18 de dezembro de dois mil e vinte e quatro: Submetida a votação foi **aprovada** por unanimidade. -----

Ata n.º 1 de 26 de fevereiro de dois mil e vinte e cinco: Submetida a votação foi **aprovada** unanimidade-----

Ata n.º 2 de 30 de outubro de dois mil e vinte e cinco Submetida a votação foi **aprovada** por unanimidade. -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA: -----

PONTO UM: Para votação — Constituição de uma comissão para a revisão do regimento da Assembleia Municipal de Mira. -----

A Presidente da Mesa da Assembleia informou que os nomes sugeridos seriam, além da sua pessoa, a Deputada Telma Salvador (PSD), a Deputada Andreia Petornilho (PS) e a Deputada Raquel Arribança (CHEGA). -----

----- **Votação** -----

Submetido o **PONTO UM** a votação foi aprovada por unanimidade com vinte e quatro votos a favor. -----

PONTO DOIS: Para apreciação — Relatório do Sr. Presidente da Câmara e situação financeira da Autarquia, nos termos da alínea c) do n.º 2 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação. ----

Foi dada a palavra ao Presidente da Câmara para explicar o documento: --

1.ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA: -----

---- **Interveio o Sr. Presidente da Câmara (PSD)**, que explicou que, como era habitual, entre Assembleias era apresentado para apreciação o relatório das atividades desenvolvidas e a situação financeira. Os documentos tinham sido distribuídos e colocou-se à disposição para esclarecer quaisquer dúvidas. -----

A Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra aos membros da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram: -----

1.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS: -----

---- **Interveio o Deputado Mauro Seiça (PS)**, que disse que, sobre o relatório das atividades municipais, a bancada do PS tinha a dizer que era um documento exaustivo e complexo, com informações de extrema importância e relevância para o município. Continha informação sobre a gestão efetuada por aquele executivo; no entanto, era de lamentar que, apesar de tanta informação e do detalhe minucioso relativamente, pelo menos, à divisão administrativa e

financeira, nas outras divisões, nomeadamente na Divisão de Obras Municipais e no Gabinete de Apoio ao Presidente, não existisse o mesmo nível de informação nem a mesma preocupação. Mais parecia uma lista de mercearia onde nada era dito. Deu um pequeno exemplo: conseguiam saber que a Divisão Administrativa e Financeira, mais concretamente na Secção de Taxas, Expediente e Águas, tinha enviado duzentas e seis cartas de correio registado nacional e cento e noventa e quatro avisos de receção de registo nacional; no entanto, na Secção de Obras Municipais, sabiam apenas, na página 61 do relatório, que os serviços tinham realizado vários trabalhos na calçada em Mira, na Praia de Mira e na Lentisqueira, não sabiam, porém, em que ruas dessas localidades. Tinham realizado marcação de estacionamento com pintura, mas não sabiam em quais estacionamentos. Tinham ido tapar buracos nas estradas com massa asfáltica fria, mas não sabiam em que estradas. Poderia enunciar mais exemplos, mas entendia que já era perceptível o que pretendia referir. A bancada do PS solicitava novamente, pela sua pessoa, que lhe fosse fornecida informação mais rigorosa relativamente àquela Divisão de Obras Municipais. Mais questionava, no Gabinete de Apoio ao Presidente, concretamente no Gabinete de Planeamento, Estratégia, Qualidade e Auditoria, onde era referido que tinham sido realizadas reuniões de acompanhamento do SGQ, Sistema de Gestão da Qualidade, e que nelas tinham sido apresentados os objetivos estratégicos para o quadriénio 2025/2029. Perguntava quais eram esses objetivos estratégicos, onde podiam aceder a esse documento e se lhes podia ser facultado. No mesmo gabinete constava ainda que tinham sido efetuadas análises SWOT a todos os serviços, com vista à redefinição de estratégias e metas para 2026, tendo sido incluídas definições para cada item de análise, de forma a serem mais específicas para o contexto de cada serviço. Questionava onde podiam consultar essas análises SWOT, quais eram efetivamente as estratégias e metas para o ano de 2026 e onde podiam verificar as novas definições incluídas. Pediu ainda que lhe fosse fornecido o programa anual das

auditorias internas de qualidade, bem como os resultados das auditorias aos processos e as propostas apresentadas por aquele gabinete com vista à melhoria da qualidade. Solicitava também que, sendo aquele um documento do executivo de tamanha importância, no próximo relatório de atividades já constassem as análises SWOT, as metas estratégicas tanto para o ano em vigor como para a totalidade do mandato, bem como a elaboração de um relatório que apresentasse o mesmo nível de rigor e preocupação na informação prestada em todas as divisões, e não apenas uma listagem de “mercearia” como considerava ter acontecido nas últimas divisões mencionadas, por uma questão de rigor, transparência e credibilidade do município. -----

---- **Interveio a Deputada Andreia Petornilho (PS)**, que disse que, no âmbito do relatório de atividades, na página 62, relativa à organização do Mercado de Natal, a bancada do PS tinha tomado conhecimento de que a APEEM Mira, Associação de Pais e Encarregados de Educação, estava inicialmente escalada para participar no mercado de Natal de 2025 nos dias 18, 19 e 20 de dezembro. No entanto, no dia 16 foi comunicado à Associação a impossibilidade de participar no dia 20, sem que tivesse sido apresentada qualquer alternativa. Aquela situação levou a que a Associação de Pais, que já se encontrava previamente organizada, tendo assumido despesas e mobilizado recursos, acabasse por não participar no evento, com prejuízo evidente para a associação. Questionou que motivo tinha levado à exclusão da Associação de Pais de Mira da participação no dia 20, depois de a sua presença ter sido previamente confirmada; que falhas tinham ocorrido ao nível do planeamento, comunicação e organização; por que razão não tinha sido apresentada qualquer solução alternativa à associação, tendo em conta o investimento já realizado; e que medidas iria o executivo adotar para evitar situações semelhantes no futuro. Ainda no âmbito do Mercado de Natal, referiu que iniciativas deste tipo se tinham multiplicado por todo o país, assumindo-se como um verdadeiro fenómeno de atração de visitantes. Contudo, no caso do Mercado de Natal em Mira, esse

fenómeno não se verificava. Apesar de concordar com o Deputado Eurico Martins de que o espaço era agradável, bonito e “catito”, não se viam grandes aglomerados nem atividades estruturadas associadas ao mercado. A bancada do PS tinha alertado várias vezes para o facto de que a captação de visitantes exigia uma agenda atrativa e diversificada, capaz de promover a permanência das pessoas no local, evitando que o evento se limitasse a um espaço de passagem pontual para fotografia ou passeio de carrossel. Só dessa forma seria possível apoiar verdadeiramente as associações locais, através de um aumento efetivo das vendas e da dinamização do tecido associativo. Nesse sentido, questionou quais eram os planos concretos para o Mercado de Natal de 2026, se o executivo considerava que o modelo atual tinha cumprido o objetivo de dinamização do comércio local e de apoio efetivo às associações, e se estaria disponível, em futuras edições, para construir uma agenda mais diversificada, com mais atividades culturais, animação contínua e gastronomia, envolvendo ativamente o tecido associativo, transformando o Mercado de Natal num verdadeiro polo de atração regional. Ainda no âmbito do relatório de atividades, na página 32, referiam-se algumas manutenções ao cemitério. No seguimento da última reunião ordinária da Assembleia, voltou a questionar que medidas tinham sido tomadas para prevenir os assaltos no cemitério de Mira. Na página 67, relativamente às ementas escolares, perguntou que melhorias tinham sido implementadas nas refeições escolares no presente ano letivo, tendo em conta o elevado número de queixas registadas no ano letivo anterior. Na página 75, referiu ter ficado surpreendida com a menção a pessoas em situação de sem-abrigo, pois não tinha conhecimento dessa realidade no concelho. Solicitou que fosse indicado o número exato de pessoas nessa situação e que medidas estavam a ser implementadas para mitigar o problema. Na página 93, relativamente à manutenção da piscina municipal, reconheceu que tinham sido feitas algumas melhorias; contudo, no dia 19 tinha frequentado a piscina e verificara que muitos chuveiros funcionavam de forma insuficiente ou não

funcionavam de todo, tendo inclusivamente ocorrido uma avaria nas caldeiras que a impediu de tomar banho, obrigando-a a sair da piscina com frio. Perguntou quem tinha ido verificar se os arranjos tinham sido efetivamente realizados. -----

---- **Interveio o Deputado Eurico Martins (PS)**, que referiu que, na página 64, relativamente aos transportes, era mencionado um autocarro. Tinha a ideia de que o antigo autocarro da Câmara também deveria continuar em utilização, mas nunca mais o tinha visto, não sabendo se ainda estava a ser usado. Considerava que poderia ser necessário para apoio ao associativismo e ao desporto. Na página 83, única referência que encontrou à passagem de ano, era mencionada uma conferência de imprensa. Aproveitou para questionar sobre o evento: a passagem de ano tinha nascido como um evento dinamizador da Praia e do Concelho, mas com o tempo tinha vindo a perder impacto. Notou que naquele ano já não existia protocolo com a RFM. Na sua opinião, se o protocolo tinha sido quebrado para melhorar o evento, considerava que tinha sido uma decisão acertada. Perguntou como tinha ficado o orçamento: se tinha sido mais alto ou mais baixo do que quando existia o protocolo com a RFM, e se esse orçamento incluía despesas com pessoal médico e segurança ou se dizia respeito apenas à parte contratual com a rádio. -----

---- **Interveio a Deputada Telma Salvador (PSD)**, que, após os habituais cumprimentos, referiu que aquele ponto era o relatório do Sr. Presidente e que praticamente tudo cabia ali, tal como acontecia com anteriores intervenções. Disse que, não tendo tido oportunidade de falar no período antes da ordem do dia, queria pronunciar-se sobre as intervenções relativas ao discurso da Deputada Lurdes Mesquita. Referiu que talvez nem todos tivessem ouvido o mesmo discurso. Do que tinha entendido, a Deputada Lurdes Mesquita tinha feito uma análise ao último ato eleitoral, o que considerava legítimo, até porque ainda não tinha havido outra reunião ordinária da Assembleia para o fazer. Não tinha ouvido que tivesse dito que o PS tinha ganho a Junta da Praia por seis votos com tom pejorativo; o que tinha afirmado foi que, fazendo o balanço à prestação

do PSD, este tinha perdido a freguesia da Praia por seis votos, o que constituía um facto histórico e inegável. Não se tratava de desvalorizar a vitória do Presidente da Junta da Praia de Mira. Relativamente à intervenção da Deputada Andreia Petornilho, esclareceu que a Deputada Lurdes Mesquita não tinha querido dizer que os eleitos do PS não tivessem capacidade para assumir cargos. O que tinha sido referido estava relacionado com as críticas feitas pelo PS desde 2023, quando não reconheciam a legitimidade do Presidente Artur Fresco para exercer funções de Presidente da Câmara. Agora, essa questão já não se colocava, não porque tivesse sido resolvida, mas porque, no momento, já não era politicamente conveniente mantê-la. -----

Findas as primeiras intervenções, a Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões colocadas:
2.ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS): -----

---- **Interveio o Sr. Presidente da Câmara (PSD)**, que respondeu ao Deputado Mauro Seiça que, muitas vezes, documentos extensos eram difíceis de ler ou de apreender em determinados aspetos. Se calhar tinham ali de melhorar o documento, em vez de ser tão extenso, poderia ser reduzido em alguns pontos e melhorado noutros, nomeadamente, tinha tomado nota de que, nas ruas, nos passeios e nas pinturas, e quanto a onde se tapavam buracos na Divisão de Obras Municipais, deveria ser mais objetivo e descritivo nesses aspetos e menos exaustivo noutros, que teriam menos interesse prático para quem lesse o documento. Da próxima vez iria ver se alteravam a estrutura do relatório. Relativamente ao Gabinete de Apoio à Presidência, quanto aos objetivos estratégicos, não os tinha ali presentes naquele momento, mas eram públicos e podiam ser divulgados; portanto, não havia nada em contrário a que fossem fornecidos, podendo até ser por escrito, ficando com o documento dos objetivos estratégicos traçados. Quanto ao programa anual de auditorias, questionou os serviços para ver se podia ser divulgado, e podia. Podiam ser divulgadas as

auditorias internas e externas, sendo apenas necessária a compilação dos elementos pelos serviços para depois serem fornecidos. Relativamente à Deputada Andreia e ao Mercado de Natal, respondeu que o Município disponibilizava quatro palheiros às quatro juntas de freguesia. As juntas convocavam as associações das respetivas freguesias para ver quem estaria interessado em usufruir daqueles espaços; portanto, a calendarização dos dias de utilização e os horários diziam respeito às juntas de freguesia e às próprias associações. Tinha havido realmente alguma confusão com algumas datas de utilização de um dos espaços, mas o município era alheio a essa organização, não eram eles que faziam aquela calendarização. Poderia haver mais animação, mais dinâmica e mais associações? Claro que sim, era esse o seu intuito. Embora estivesse agradável, pretendiam sempre melhorar. Todas as sugestões seriam bem-vindas. Já tinham pensado em várias alternativas, por exemplo, em vez do carrossel, ter uma pista de gelo, o que implicaria outras condições, como um espaço coberto, ou substituir os palheiros por bancas mais pequenas, todas dentro de uma tenda. Tinha de pensar no que seria executado no ano seguinte; o objetivo era sempre melhorar e dinamizar. Relativamente aos assaltos no cemitério, e noutros espaços, estavam a atravessar um período em que se viam cada vez mais comportamentos indesejáveis. No caso concreto do cemitério, tinham reforçado a vigilância através dos seus funcionários, mas havia horários em que não estava lá ninguém. Se calhar teria de passar pela instalação de videovigilância, que teria de ser adquirida e devidamente autorizada. Relativamente aos sem-abrigo, informou que, naquele momento, não havia conhecimento de pessoas em situação de sem-abrigo com residência no concelho de Mira. Tinha aparecido alguns em passagem, uns que retornavam, outros não. Dos que tinham sido referenciados e aceitaram apoio social, alguns tinham conseguido alojamento, outros alimentação e, nalguns casos, até trabalho. Houve um caso em que uma pessoa recusou qualquer tipo de apoio da Câmara. Essa pessoa estava referenciada como residente noutro concelho, com

familiares noutra concelho. Relativamente às ementas escolares, não tinham chegado grandes reclamações. Tinham feito algumas alterações sugeridas, por exemplo, retirar o puré de batata por não ser apreciado, mas não tinham conhecimento de outros problemas relevantes com a alimentação. Relativamente à água da piscina, tratou-se de um caso esporádico já resolvido. Tinha a ver com o sistema de aquecimento que, momentaneamente, ficou inoperacional; foi acionado um sistema alternativo a pellets, que na hora não pôde ser ativado de imediato, mas foi prontamente resolvido, estando tudo a funcionar em pleno no dia seguinte. Relativamente ao Deputado Eurico Martins, o autocarro municipal mais antigo estava inoperacional e tinha estado na oficina para reparação. Já não tinha autorização para transporte de crianças, o prazo tinha expirado, servindo apenas para transporte de adultos. Quanto à conferência de imprensa da passagem de ano, esta realizou-se no mesmo espaço com os artistas principais. A parceria com a RFM foi interrompida por opção, não por conflito. Podia ser temporária ou definitiva; as portas permaneciam abertas para reativar a parceria no futuro, naquele ou noutra evento. Sobre o orçamento, não existia grande diferença face ao ano anterior. Estavam englobadas todas as despesas com forças de segurança, prevenção, bombeiros, GNR, proteção civil, posto médico avançado, logística, palco, artistas, som, fogo de artifício, etc. O que mudou foi que, não havendo parceria com a RFM, esses montantes foram direcionados para publicidade na rádio e televisão. No global, o orçamento manteve-se semelhante. -----

A Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra aos membros da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram: -----

2.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS: -----

---- **Interveio a Deputada Anabela Veríssimo (PS)**, que falou da praia fluvial. Sabiam que não havia saneamento básico na Videira do Sul e que, em períodos de chuva intensa, parte da água das fossas sépticas escorria para a Barrinha. Passava lá com frequência e nunca tinha reparado na existência de um chuveiro;

perguntou se existia algum para que os banhistas se pudessem lavar após o banho, tal como no mar. Sabia que estava prevista uma requalificação da praia fluvial, nomeadamente na Ilha dos Namorados; questionou se, não existindo chuveiros, esta questão seria contemplada na próxima fase, por se tratar de saúde pública e de um investimento relativamente reduzido. -----

---- **Intervio a Deputada Andreia Petornilho (PS)**, dizendo que a sua intervenção e, no seguimento da exposição da colega Telma — não se enquadrava minimamente no relatório de atividades, porque era esse o ponto em discussão. A bancada do PS procurava sempre fundamentar as suas intervenções com indicação das páginas para evitar dúvidas de enquadramento. Reconhecia que o Executivo tinha sido eleito por sufrágio universal e estava plenamente legitimado. A questão colocada pelo PS anteriormente prendia-se com a falta de um sufrágio universal direto para legitimar a presidência do Sr. Presidente Artur Fresco; a lei permitia a substituição, mas do ponto de vista do sufrágio universal não existia a mesma legitimação direta. Voltando ao relatório de atividades e à piscina, reconheceu que a avaria das caldeiras tinha sido resolvida, mas sublinhou que os chuveiros do balneário feminino continuavam com problemas. A sua filha de quatro anos não tinha um chuveiro em condições para tomar banho, e não queriam desistir da piscina por falta de condições. Referiu que já se tinha falado em fazer um abaixo-assinado para a requalificação da piscina. Convidou o Sr. Presidente a ir ao sábado, ao meio-dia, à aula de adultos, para avaliar as condições dos balneários. -----

----- **Intervio a Deputada Carla Santos (PSD)**, esclarecendo que a questão da associação de pais dizia respeito ao palheiro de Carapelhos. Este tinha sido cedido à Junta de Freguesia de Mira por ter mais associações; depois de atenderem as associações da sua freguesia, decidiram ceder o sábado a outra associação local. A APEEM já tinha utilizado o espaço três dias e foi informada atempadamente, sendo que a utilização pelos motards tinha sido comunicada mais de uma semana antes. -----

---- **Interveio o Deputado Mauro Seiça (PS)**, dizendo que, tal como referido pela Deputada Telma, naquele ponto podia falar-se de vários assuntos. Reiterou que existiam problemas de saneamento no Miravilas e voltou a perguntar: quem tinha falhado a ABMG ou o Executivo? Se a ABMG tinha garantido que estava tudo em condições, iria o Sr. Presidente exigir o pagamento da reparação à ABMG ou seria a Câmara a assumir o custo? -----

Findas as segundas intervenções, a Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões colocadas:-

3.ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS): -----

---- **Interveio o Sr. Presidente da Câmara (PSD)**, que respondeu à Deputada Anabela Veríssimo que não existiam chuveiros na praia fluvial; na segunda fase seriam instalados junto às instalações sanitárias públicas, com ligação à água da rede. Relativamente à Deputada Andreia Petornilho, questionou se os chuveiros referidos eram dos bebés ou dos adultos. Nos de bebés existia um problema de pressão; caso contrário, teria de ser feita uma avaliação técnica para identificar e resolver a situação. Relativamente ao Deputado Mauro Seiça, reiterou que a inspeção às condutas tinha sido feita com câmaras (“espias”) e que lhes foi dito que estavam em condições, razão pela qual avançaram com o asfaltamento. A intervenção posterior foi realizada pela ABMG, por se tratar de saneamento. A ABMG teria de repor as condições mínimas do pavimento como se nada tivesse acontecido, ainda que fosse difícil ficar exatamente igual, podendo haver cortes ou abatimentos. Não iriam exigir indemnização, mas sim a reposição do piso em condições transitáveis. -----

PONTO TRÊS: Para votação — Proposta de orçamento e plano orçamental plurianual, opções do plano, autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais e mapa de pessoal para o ano de 2026. -----

Foi dada a palavra ao Presidente da Câmara para explicar o documento: --

1.ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA: -----

---- **Interveio o Sr. Presidente da Câmara (PSD)**, que explicou que tinha o enquadramento geral estratégico do plano, com a execução dos projetos aprovados no âmbito do PRR. Havia um novo ciclo de investimentos cofinanciados pelo Portugal 2030. A elaboração de novos projetos e a preparação de novas candidaturas, bem como a descentralização de competências, constituíam um processo de adaptação a uma realidade nova. Referiu ainda o acréscimo remuneratório resultante das disposições legais e os desafios na área do ambiente. Aquela proposta de orçamento tinha sido muito condicionada por vários aspetos: pela necessidade de acolher na plenitude os projetos aprovados no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), cuja data-limite de execução era o ano de 2026; pela necessidade de integração orçamental dos projetos já aprovados no contexto do novo quadro comunitário de apoio, o Portugal 2030, e pela necessidade de criação de novos projetos no plano plurianual de investimentos do município, de forma a ser possível a elaboração e submissão de novas candidaturas aos avisos previstos para 2026. Tinha sido ainda bastante condicionada pelas implicações orçamentais decorrentes da transferência de novas responsabilidades para o município. Lembrou que foi necessário integrar no quadro do município um vasto conjunto de novos trabalhadores, o que se traduziu num inevitável aumento da despesa com pessoal, aquando da assunção das transferências de competências, nomeadamente nas áreas da Ação Social, Educação e Saúde. Paralelamente, passaram também para a esfera de gestão municipal diversas infraestruturas e equipamentos, implicando que os respetivos encargos de funcionamento, conservação e manutenção passassem a ser integralmente suportados pelo orçamento municipal. A experiência demonstrou que os recursos financeiros associados a esse processo não tinham sido suficientes para cobrir de forma adequada as novas responsabilidades assumidas, o que naturalmente gerava uma pressão acrescida sobre a gestão financeira do município. A proposta de orçamento acolhia ainda o impacto de várias alterações legislativas com reflexos

na estrutura da despesa com pessoal. Entre essas alterações destacavam-se: a atualização do salário mínimo; a atualização dos restantes vencimentos em linha com o acordo plurianual de valorização dos trabalhadores da Administração Pública celebrado entre o Governo e a FESAP; a atualização do subsídio de refeição; e os efeitos da implementação do acelerador de carreiras. Por último, não podia deixar de mencionar os desafios na área do ambiente. O aumento exponencial dos custos associados ao serviço de recolha e depósito em aterro dos RSU levava a que, no orçamento de 2026, se procurasse lançar as bases para futuros projetos que aumentassem o ritmo da recolha seletiva de resíduos. Tinham de se preparar e submeter novas candidaturas que lhes permitissem reforçar significativamente o investimento nesta área. Concretamente quanto ao orçamento e às Grandes Opções do Plano, referiu que o valor global do orçamento de 2026 era significativamente diferente do aprovado para 2025. O orçamento municipal tinha, naquele ano, um valor total de trinta e cinco milhões, cento e sessenta e oito mil, quatrocentos e setenta e sete euros, o que representava um aumento de cinco milhões e novecentos mil euros em relação ao orçamento previsto para o início de 2025, antes da incorporação do saldo de gerência. Ao analisar a evolução dos orçamentos entre 2011 e 2026, constatava-se que, entre 2013 e 2019, estes foram muito semelhantes, mas a partir daí registou-se um aumento progressivo, sendo o orçamento de 2026 o mais elevado de sempre. Na parte da receita, previa-se arrecadar em 2026 dezanove milhões e trezentos mil euros de receita corrente e quinze milhões e oitocentos mil euros de receita de capital. O acréscimo de receita, cerca de cinco milhões e novecentos mil euros, resultava quase exclusivamente do aumento das participações a receber no âmbito dos projetos cofinanciados pelo PRR e pelo Portugal 2030, num total de cerca de seis milhões e quatrocentos mil euros. Na despesa corrente verificava-se um aumento muito moderado, na ordem de 1%, cerca de mais cento e cinquenta mil euros face a 2025. O aumento mais significativo ocorria na despesa de capital, que crescia cerca de 53%, ou seja,

mais cinco milhões e seiscentos mil euros face a 2025. Assim, o principal aumento do orçamento de 2026 dizia respeito à componente de investimento. O aumento residual da despesa corrente decorria essencialmente de um acréscimo de 9,2% na despesa com pessoal, para acomodar vários pressupostos legais, nomeadamente: atualização do salário mínimo para 934,99 euros; aumento mínimo das restantes remunerações correspondente ao maior dos seguintes valores: 56,58 euros ou 2,15%; atualização do subsídio de refeição de 6,00 euros para 6,15 euros; pagamento dos subsídios de férias e de Natal com base nas remunerações atualizadas para 2026; eventuais efeitos do acelerador de carreiras. Por sua vez, o aumento da despesa de capital resultava sobretudo do reforço da rubrica de aquisição de bens de capital, com um acréscimo de cerca de cinco milhões e quinhentos mil euros face a 2025, refletindo o elevado volume de investimento público previsto para 2026. Como exemplos de investimento contemplado no orçamento, referiu projetos já aprovados, em execução ou em fase de conclusão, incluindo projetos promovidos pela CIM Região de Coimbra e pela ADELO, tendo o município de Mira como beneficiário. Destacou, em particular, dois projetos do PRR, a ampliação da Escola Dr.^a Maria Cândida e o projeto de habitação a custos acessíveis, que, por si só, exigiram um reforço orçamental de sete milhões e setecentos mil euros face a 2025. Relativamente aos recursos humanos, apresentou algumas notas sobre o mapa de pessoal para 2026. Este resultou de uma análise cuidada dos recursos humanos afetos a cada unidade orgânica do município e previa um total de trezentos e noventa e quatro postos de trabalho, representando uma redução de dezanove postos face ao mapa aprovado para 2025. Referiu ainda que apenas duzentos e oitenta e cinco desses postos se encontravam preenchidos. No mapa era possível observar o peso de cada carreira: assistente operacional: 56,1%; técnico superior: 21,8%; Assistente técnico: 16,8%. Concluiu dizendo que este era um resumo do plano, orçamento e mapa de pessoal, colocando-se à disposição para quaisquer esclarecimentos.

A Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra aos membros da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram: -----

1.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS: -----

---- **Interveio o Deputado Pedro Morins (PS)**, que referiu que a Praia de Mira, como se podia constatar no orçamento, era uma freguesia muito importante para as receitas da Câmara Municipal: cerca de 72% do IMI provinha dessa freguesia, bem como receitas de venda de árvores e terrenos, anteriormente no Miravillas e Miraoásis, e agora na Videira do Norte, além do Parque Municipal e das licenças de construção. Reconhecia que a Praia de Mira estava a crescer significativamente. Colocou várias questões, estava a ocorrer um abate de árvores e não via esse valor refletido explicitamente no orçamento, perguntou qual a estimativa de receita e quem estava a fiscalizar, pois tinha recebido informações de que estavam a ser abatidas árvores indevidamente. Quanto ao Parque Municipal, que apresentava uma receita próxima de um milhão de euros, questionou se existia uma conta de exploração que permitisse aferir o verdadeiro retorno financeiro do parque. Relativamente à venda de terrenos na Videira do Norte, sublinhou que a construção de uma creche e de um lar de idosos na Praia de Mira era uma grande necessidade para todo o concelho. Existia um projeto pronto para esse equipamento social e questionou se as receitas da venda e exploração dos terrenos da Videira do Norte poderiam ser canalizadas para a sua construção. Recordou que, no passado, no Miraoásis, já tinha existido um terreno destinado a esse fim que acabou por ser vendido. Salientou que este equipamento constava dos programas eleitorais do PS e do PSD, sendo uma prioridade transversal, e defendeu que deveria existir uma solução integrada num único espaço, em vez de dispersa pela Pousada da Juventude. -----

---- **Interveio o Deputado José Carlos Neves (PS)**, afirmando que trazia à Assembleia uma situação que não podia continuar a ser ignorada no orçamento municipal: o estado degradante do Centro de Dia da Lentisqueira. Referiu que chovia dentro da sala onde permaneciam os utentes, que os idosos passavam

horas com frio e que faltavam condições básicas de conforto, segurança e dignidade, tanto para os utentes como para os trabalhadores. Afirmou que esta situação era conhecida do Executivo há muito tempo e que não se tratava de um problema inesperado, mas sim de uma ausência de prioridade política. Considerou que permitir que chovesse dentro de um centro de dia não era uma falha técnica, mas uma falha moral e política. Criticou a ausência de soluções transitórias no curto prazo para fazer face ao inverno e acusou o Executivo de falta de decisão e inversão de prioridades. Recordou que o Sr. Presidente tinha referido a intenção de intervir na antiga escola primária, pertencente à mesma instituição, para instalar provisoriamente a sala de estar dos idosos, mantendo os serviços técnicos no espaço atual até a paróquia apresentar uma candidatura para reabilitação. Perguntou, quando estaria prevista essa intervenção? Porque não estava contemplada no orçamento de 2026? Porque nada tinha sido feito antes do inverno? O que era mais prioritário: a dignidade dos idosos ou “obras de fachada”? Questionou ainda se esta seria apenas uma solução temporária e qual o destino do terreno já previsto para a construção de um novo centro de dia, para o qual já teriam sido gastos recursos em projetos de arquitetura e especialidades. Perante isto, propôs que a Assembleia deliberasse recomendar formalmente ao Executivo: Intervenção imediata e urgente no Centro de Dia da Lentisqueira, garantindo condições dignas, seguras e adequadas; Implementação de soluções provisórias enquanto não houvesse uma resposta estrutural definitiva; Planeamento e construção célere do novo Centro de Dia. Concluiu dizendo que a zona sul do concelho tinha sido demasiadas vezes esquecida e que a forma como se tratavam os idosos dizia tudo sobre a comunidade e o município. -----

----**Intervenção o Deputado Daniel Fresco (PS)**, que após os habituais cumprimentos, disse que, em relação ao orçamento, na página 164, encontravam novamente inscrito o projeto de ampliação e remodelação da Zona Industrial Polo I. Depois das sucessivas emendas dos valores inscritos nos

planos plurianuais em anos anteriores, e depois de, na última assembleia extraordinária, ter sido aprovada uma adenda ao contrato daquele investimento que iria custar ao cofre do Município cento e trinta mil euros, viam aquele projeto inscrito novamente com datas diferentes de execução, constando até 2030. Tinham um investimento previsto nos dois anos seguintes, a rondar um milhão de euros, e perguntava o porquê daquela nova data. Tratava-se realmente do mesmo projeto de investimento? Se sim, queriam saber a que se devia a adenda aprovada na assembleia transata. Tinha sido a devolução de capital aprovado por incapacidade de cumprimento de prazos de obra? O Município mantinha, naquele momento, a intenção de avançar de imediato com aquele projeto? Se não se tratava do mesmo projeto de investimento inscrito no orçamento para o ano seguinte, queria saber porque se encontrava então ele inscrito com o mesmo ano, o mesmo número e o mesmo código de classificação orçamental. -----

Findas as segundas intervenções, a Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões colocadas:

2.ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS): -----

---- **Interveio o Sr. Presidente da Câmara (PSD)**, que respondeu que, relativamente ao Deputado Pedro Morins, segundo as informações que tinha recebido, a freguesia da Praia de Mira representava 48% e não 72% da contribuição do IMI, como tinha sido referido. Dos dados que lhe tinham sido fornecidos, o liquidado em 2024 foi de cerca de oitocentos e oitenta mil euros, num universo de um milhão e oitocentos mil, segundo um ficheiro das Finanças, representando, portanto, 48% do IMI total do concelho. Relativamente à venda de árvores, dos terrenos e do Parque Municipal, e a quem estava a fiscalizar, esclareceu a parte da habitação da Videira do Norte. Existiam na Videira do Norte dois projetos em simultâneo: um projeto de construção em execução no âmbito do PRR para a construção de vinte e duas moradias unifamiliares para arrendamento a custos acessíveis e controlados, não para aquisição, através de

um acordo feito com o IHRU e com a CIM. Disponibilizaram lotes para essas construções e, uma vez finalizadas, haveria famílias que, mediante candidatura, poderiam ocupar essas moradias, pagando uma renda controlada e acessível. Paralelamente, junto ao mesmo espaço, existiam vários lotes municipais que estavam a ser disponibilizados a particulares que quisessem construir a sua habitação própria; isso sim poderia gerar rendimento para o Município. Pensava que era disso que o Deputado se estava a referir. Já existia uma moradia em construção e era bom que houvesse mais. Esses lotes eram também fornecidos a um custo acessível para quem os quisesse adquirir pensava que rondavam quarenta mil euros por lote, sendo, em função do preço por metro quadrado, muito competitivos face ao restante concelho. Não sabendo quantas pessoas iriam aparecer para comprar, não conseguia estimar que rendimento poderiam retirar dali. Não conseguia precisar quantos lotes eram, mas eram muitos, sendo essencial que fossem adquiridos e que ali se construíssem habitações. O Parque Municipal era uma das fontes de rendimento do Município. Contudo, os montantes provenientes de receitas como IMI, venda de lotes, venda de árvores, entre outros, não podiam ser automaticamente contabilizados como investimento na mesma freguesia ou nos mesmos locais. Era necessário fazer um equilíbrio financeiro global: o IMI, sendo uma excelente fonte de receita para o Município, destinava-se a investimentos transversais a todo o concelho. Não era possível canalizar automaticamente o IMI proveniente da freguesia da Praia de Mira para a construção de uma creche ou de um lar de idosos nessa mesma freguesia. Era necessário regulamentar, definir prioridades e avaliar onde era mais necessário intervir. Recordou que os investimentos em creches, centros de dia e lares de idosos no concelho de Mira não tinham sido municipais; tinham sido promovidos por entidades particulares ou IPSS, que assumiam a construção e a exploração desses equipamentos. Cabia ao Município apoiar, mas não arcar diretamente com a construção e gestão desses equipamentos. Relativamente ao Deputado José Carlos Neves, sobre o Centro de Dia da Lentisqueira, afirmou que

concordava que ninguém, idosos, crianças ou adultos, devia estar num espaço com infiltrações e más condições. Quando o Deputado referia condições precárias, humidade e falta de conforto, não estava a criticar o Município, mas sim a instituição responsável, o Centro Social e Paroquial de Mira, pois o edifício não era municipal. Ainda assim, reconheceu que o problema estava identificado e que, em reuniões com a direção da instituição, tinham encontrado um caminho e uma solução. Esclareceu que a antiga EB1 não era da associação, mas sim propriedade da Câmara Municipal, estando cedida à instituição. As obras previstas seriam realizadas nesse edifício para o transformar num espaço digno e adequado para acolher temporariamente os utentes até que existissem condições no edifício original para regressarem. Referiu ainda que existia um projeto aprovado para a construção de raiz de um novo centro de dia até recordava que resultara de orçamento participativo, mas que a execução dessa obra não cabia à Câmara Municipal; caberia à instituição promotora. O compromisso do Município era realizar as obras na antiga EB1 como solução provisória. Relativamente ao Deputado Daniel Fresco, explicou que a Zona Industrial tinha sofrido uma remodelação do projeto, o que justificava a alteração dos prazos. O traçado inicial da via que atravessava os lotes foi alterado: em vez de manter o percurso inicial, passou a descer para a linha de água, correndo junto a esta durante algumas centenas de metros e só depois retomando junto à A17. Essa alteração obrigou à suspensão da obra e implicou uma nova distribuição dos lotes, permitindo criar parcelas de diferentes dimensões, maiores ou menores, e até a possibilidade de as acoplar. Foi o próprio Executivo que pediu a suspensão dos trabalhos para reformular o projeto dessa forma, por entender que seria mais vantajoso para o desenvolvimento da Zona Industrial. -

A Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra aos membros da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram: -----

2.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS: -----

---- Interveio o Deputado Pedro Morins (PS), que disse que se estava a referir

à venda daqueles lotes a um custo baixo e questionou porque, estando disponíveis há algum tempo, apenas um tinha sido adquirido. Perguntou o que estava a dificultar essa venda, numa altura em que existia elevada procura por habitação, especialmente por parte dos mais jovens. Questionou também se as construções previstas no âmbito do PRR iriam ou não avançar. Reiterou que, embora não defendesse que as receitas geradas na Praia de Mira tivessem de ser obrigatoriamente reinvestidas na mesma freguesia, era inegável que grande parte da receita municipal provinha dali. Referiu que a UPAS tinha apresentado uma candidatura e obtido cerca de quatrocentos mil euros a fundo perdido, sendo que o projeto total rondaria dois milhões e meio de euros, necessitando de um fiador para aceder a financiamento adicional. Recordou que, no passado, a Câmara Municipal se tinha constituído fiadora para um equipamento social nos Carapelhos e questionou porque não o fazia agora para a UPAS. Concluiu dizendo que, independentemente das responsabilidades formais, o Município deveria apoiar ativamente este projeto, pois era fundamental para a freguesia e para o concelho. -----

---- **Interveio o Deputado Mauro Seiça (PS)**, que se dirigiu ao Presidente da Câmara e disse que aquele orçamento era apresentado como prudente, responsável e equilibrado, mas os números não mentiam: o que os números diziam era profundamente preocupante. O Município apresentava um orçamento que previa, logo à partida, um prejuízo superior a um milhão e meio de euros. Não estavam a falar de um acidente ou de um ano excecional, mas de um modelo de gestão. Conforme demonstrado nos anos anteriores, existia um défice e um resultado operacional negativo, o que significava uma coisa muito simples: o Município até gerava alguma atividade, mas não gerava valor suficiente para pagar os ativos que tinha, estando a consumir o seu próprio património, ano após ano, em silêncio. O Município ainda parecia sólido, tinha capitais próprios elevados e um balanço pesado, mas aquela solidez não vinha do presente; vinha do passado, do que tinha sido acumulado ao longo de décadas e que estava a

ser gasto para pagar a má gestão do executivo passado e presente. Olhavam para o futuro porque governar não era apenas gerir o ano seguinte, era assumir responsabilidades pelos próximos dez anos, pelo menos. Se aquele comportamento se mantivesse, e se continuassem a perder cerca de um milhão e meio de euros por ano, em dez anos estariam a falar de quinze milhões de euros de prejuízos acumulados, quinze milhões consumidos, sem retorno, sem reforma e sem coragem política. Enquanto isso acontecia, a estrutura de custos aumentava, sobretudo no pessoal. Cada nova contratação feita naquele momento era uma despesa que ficava para amanhã, para o ano seguinte e para a próxima década; não recuava, não desaparecia e não se resolvia com impostos, era uma bomba-relógio financeira. Era nesse contexto que surgia a grande novidade daquele orçamento: a derrama. Uma derrama sem explicação clara, sem demonstração de cálculo, sem base conhecida e sem avaliação de impacto; apresentada não como estratégia, mas como expediente. Quando o Município começava a criar impostos para tapar buracos de gestão, não estava a governar, estava a resistir, a adiar e a empurrar o problema para a frente. Chegavam assim à questão política central: os Mirenses votaram num Município liderado pelo PSD que tinha dito que não se ia endividar, disse, prometeu e comprometeu-se. Começaram bem com a aprovação de um novo empréstimo e depois foram surpreendidos com a criação de uma nova taxa municipal. Aquilo não era prudência, não era rigor, não era transparência, era uma contradição política. Perguntava, com toda a clareza: era com a derrama que surgia a grande novidade daquele orçamento? Era com mais um imposto que pensavam gerar sinais de atratividade para quem queria investir, trabalhar e fixar-se no concelho de Mira? Onde estava essa proposta escrita no seu programa eleitoral, que tinha sido escrutinado e votado pelos Mirenses? Os Mirenses votaram num Município que disse que não se ia endividar, como explicava então aquele novo movimento? Eram surpreendidos com a derrama; o que viria a seguir? Mais impostos? Mais taxas? Menos serviços? Tinham começado mal, a ocultar e a

empurrar responsabilidades. Deixava ali um aviso claro, sereno, mas firme: a bancada do PS iria estar muito atenta, porque governar não era apenas apresentar números, era responder pelo concelho inteiro. Esse futuro, no seu entender, estava posto em risco. -----

---- **Intervenção da Deputada Carla Santos (PSD)**, que disse que o equipamento de ação social da freguesia de Carapelhos, com serviço de creche, centro de dia e apoio domiciliário, foi um investimento de mais de quinhentos mil euros realizado na freguesia. Esse investimento contou com o apoio da população em geral, com jantares, leilões, ofertas de particulares à associação e com a participação ativa da direção e de todas as funcionárias da instituição. Houve uma promessa do antigo Presidente da Câmara de apoio financeiro à associação para a realização daquele equipamento, mas o certo é que esse apoio nunca chegou, nunca foi entregue. O que existia resultava do esforço e da boa vontade da direção, da população e dos funcionários da instituição. -----

---- **Intervenção do Deputado Pedro Morins (PS)**, que esclareceu que em nenhum momento tinha questionado o empenho da população no equipamento. Recordou que até bordava panos ao domingo para vender durante a semana e apoiar a creche. Tinha ideia de que a Câmara tinha sido fiadora, mas fora informado de que não. Não era isso que estava em causa. A Deputada Carla sabia que o filho dele frequentava aquele equipamento e que não tinha nada a apontar nem aos Carapelhos nem ao equipamento nem a quem lá trabalhava. Para ele, aquele equipamento era uma referência no concelho e um exemplo a seguir. Contudo, as crianças e os idosos tinham necessidades e era preciso arranjar soluções; os tempos mudaram e já não havia, talvez, o mesmo tecido empresarial disposto a apoiar como tinha acontecido em Carapelhos. -----

Findas as segundas intervenções, a Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões colocadas:

3.ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS): -----

----- **Interveio o Sr. Presidente da Câmara (PSD)**, que, relativamente às respostas ao Deputado Pedro Morins, informou que na Videira Norte existiam cento e trinta e cinco lotes, entre os destinados a particulares, os cedidos à UPAS (caso avançasse o projeto) e os contratualizados com o IHRU para construção no âmbito do PRR. Os blocos de apartamentos não estavam contemplados na primeira fase, devido ao prazo curto do PRR, ficando para uma segunda fase no mesmo local. Relativamente às árvores, tratava-se de uma operação do ICNF, em que o Município raramente era chamado a intervir ou fiscalizar; essa responsabilidade era do ICNF. Sobre a questão dos avais ou fianças, esclareceu que a Câmara não podia conceder avais nem fianças, era proibido por lei, pelo que não tinham sido fiadores de qualquer projeto. Admitiu, contudo, que existira uma promessa de cem mil euros feita por um anterior Presidente da Câmara para apoiar a construção do equipamento em Carapelhos, valor que nunca foi entregue; ainda assim, a associação conseguiu concretizar o projeto com meios próprios. Relativamente à intervenção do Deputado Mauro Seiça, manifestou o seu desagrado, por não concordar com a interpretação feita sobre o orçamento e, sobretudo, com as palavras utilizadas. Considerou que o Deputado o tinha acusado de mentir, o que rejeitava em absoluto. Disse que não aceitava ser tratado como mentiroso e que o Deputado não tinha autoridade nem idoneidade para o afirmar. Desafiou-o a ir ao microfone indicar quando é que ele teria dito que não se iam endividar e qual o empréstimo concretizado por aquele Executivo. -----

A Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra aos membros da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram: -----

3.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS: -----

---- **Interveio o Deputado Mauro Seiça (PS)**, que, em defesa da honra, afirmou que não tinha chamado ninguém de mentiroso. Limitara-se a constatar que no programa eleitoral nada constava sobre a aplicação de derrama, quando em anos anteriores esta tinha sido isentada, tendo sido surpreendidos com a sua

inclusão no orçamento. Quanto ao empréstimo, esclareceu que se referia à devolução de valores ao BEI. -----

Findas as terceiras intervenções, a Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões colocadas:-

3.ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS): -----

----- **Interveio o Sr. Presidente da Câmara (PSD)**, dizendo que qualquer matéria constante do orçamento podia ser discutida, mas não aceitava ser acusado de mentiroso, não era esse o seu perfil nem a sua educação. Questionou novamente qual tinha sido o empréstimo concretizado por ele, afirmando que nenhum empréstimo tinha sido contraído naquele mandato. Admitiu que poderiam vir a contrair empréstimos no futuro, mas até ao momento isso não acontecera. Concluiu dizendo que, se alguém estava a faltar à verdade, não era ele. -----

----- **Votação** -----

Submetido o **PONTO TRÊS** a votação foi aprovada com votos contra da bancada do PS, duas abstenções dos Deputados do CHEGA, aprovado por maioria com os votos a favor do PSD. -----

DECLARAÇÃO DE VOTO: -----

---- **Interveio a Deputada Andreia Petornilho (PS)**, que declarou que aquele orçamento era apresentado como prudente, responsável e equilibrado, mas essa narrativa não resistia a uma análise séria e honesta dos números. O Executivo apresentava um orçamento altamente dependente de financiamento externo, nomeadamente de fundos europeus, tornando o Município vulnerável a atrasos, reprogramações ou cortes, precisamente quando o PRR entrava na sua fase mais crítica. Bastava um desvio na execução para que todo o equilíbrio apresentado colapsasse. Simultaneamente, verificava-se um crescimento reduzido da receita corrente, claramente insuficiente para absorver o aumento dos encargos permanentes. Isso significava que o Município não estava a criar

capacidade financeira própria, mas a sobreviver à custa de fatores externos. A despesa corrente tornava-se cada vez mais rígida, sobretudo com pessoal e serviços essenciais. Cada nova contratação não era uma decisão pontual, mas um compromisso para os próximos anos, reduzindo a margem de manobra futura e aumentando o risco financeiro. Acrescia uma dependência significativa das transferências do Estado, o que limitava a autonomia financeira municipal. Mesmo essas transferências revelavam-se insuficientes face às competências assumidas, levantando a pergunta: quem pagava a diferença quando o Estado não pagava? Era neste contexto frágil que surgia a derrama municipal — uma opção com potencial impacto negativo na competitividade económica do concelho, afastando investimento e penalizando empresas, sem estudo de impacto ou justificação estratégica clara. A margem de superavit apresentada era curta, frágil e altamente sensível a qualquer cenário adverso: bastava um aumento de custos, atraso nos fundos europeus ou desvio na execução para desaparecer. Questionou onde constava essa opção no programa eleitoral e quando tinha sido explicada aos Mirenses. Apontou ainda falta de transparência em várias rubricas orçamentais e ausência de diálogo democrático, referindo que a bancada do PS tinha apresentado propostas e questões por escrito sem qualquer resposta ou confirmação de receção. Por estas razões, o PS votava contra o orçamento municipal para 2026, deixando um aviso claro de que estaria atento, exigente e firme para que os custos destas opções não fossem novamente empurrados para os Mirenses, no presente ou no futuro. -----

---- **Interveio a Deputada Lurdes Mesquita (PSD)**, que declarou que as oportunidades se multiplicavam à medida que eram agarradas. O documento ali apresentado era muito mais do que um mero instrumento contabilístico; era a materialização de um compromisso político e a primeira e mais poderosa afirmação do mandato que os Mirenses tinham confiado àquele Executivo. O ano de 2026 marcava o início de um novo ciclo autárquico, sustentado pela renovada confiança que tinha sido depositada no Executivo do PSD, que, com elevado

rigor e sentido de missão, iria, por certo, continuar a trabalhar em prol de um território mais coeso, inovador e resiliente. A análise dos números globais daquele orçamento revelava uma gestão que era, em simultâneo, prudente e ambiciosa. Prudente, pois, sendo o valor global do orçamento superior a trinta e cinco milhões de euros, só era possível apresentar aqueles números pela gestão equilibrada das finanças municipais perseguida pelos Executivos do PSD. Mas aquele também era um orçamento de ambição e de aposta clara no futuro, como se evidenciava pelo crescimento exponencial da despesa de investimento. Não podiam deixar de sublinhar os mais de dezasseis milhões de euros afetos à despesa de capital naquele orçamento, valor que representava mais de 46% do total e de um aumento de cinco milhões e seiscentos mil euros face ao orçamento de 2025. Aquele era um aumento notável e um sinal inequívoco da aposta estratégica daquele Executivo no desenvolvimento de projetos estruturantes que permitiriam acelerar a modernização do concelho. A questão que naturalmente se colocava era como era possível alcançar aquele nível de investimento histórico. A resposta residia numa estratégia proativa e bem-sucedida de captação de fundos comunitários. A capacidade de preparar e submeter candidaturas robustas permitiu assegurar um volume de financiamento sem precedentes. Importava destacar que aquela proposta de orçamento contemplava um volume de receita de capital que ascendia a mais de quinze milhões e oitocentos mil euros, um crescimento de 68% face a 2025. O mandato que lhes tinha sido confiado pelos Mirenses era um mandato para agir. Era exatamente isso que aquele orçamento traduzia. Aquela proposta transformava a confiança depositada naquele Executivo em projetos concretos que iriam responder às necessidades das pessoas e aumentar a qualidade de vida no concelho. A educação era uma prioridade naquele orçamento. O projeto mais emblemático era a ampliação da Escola Secundária Dr.^a Maria Cândida, que, como sabiam, contemplava a construção de um novo bloco de salas de aula e de um novo pavilhão desportivo. O bloco já estava em início de construção. No

entanto, não se investia em escolas sem pensar nas famílias; era por isso que a habitação constituía o segundo maior eixo do plano de investimento para 2026, com uma dotação superior a quatro milhões e duzentos mil euros. Para as jovens famílias que procuravam fixar-se no concelho e para todos os que sentiam a pressão do custo da habitação, aquele Executivo respondia com ações concretas: a construção de vinte e duas vivendas a custos acessíveis na Videira Norte, com um investimento total de quatro milhões, quinhentos e setenta mil euros, cuja primeira fase, no valor de quatro milhões de euros, já se encontrava em execução. Na área da saúde, e para garantir que cuidados de saúde de qualidade estivessem mais próximos de todos, o orçamento de 2026 avançava com a remodelação e requalificação das quatro extensões de saúde, num investimento de cerca de oitocentos mil euros. Para atrair mais investimento e criar mais empregos para os Mirenses, aquele orçamento apostava em criar condições para um crescimento económico sustentado, avançando com a ampliação das infraestruturas da zona industrial Polo I e da área de localização empresarial do Montalvo, projetos essenciais para a competitividade do tecido empresarial. A ação daquele Executivo era transversal e abrangia todas as áreas que contribuíam para a coesão social e o bem-estar da comunidade de Mira. A presente proposta de orçamento garantia que, em 2026, fosse dada continuidade a programas de sucesso na área social, como a Universidade Sénior, as bolsas de estudo para o ensino superior e o apoio direto às famílias carenciadas, bem como a manutenção de um conjunto de apoios ao vibrante movimento associativo, cultural e desportivo, reconhecendo o seu papel insubstituível na coesão da comunidade de Mira. Sublinhou ainda o regresso de novas candidaturas ao orçamento participativo e ao orçamento participativo jovem, ferramentas essenciais para uma governação mais aberta e próxima dos cidadãos. Aquele conjunto de investimentos e apoios formava um plano coerente, ambicioso e responsável, desenhado para construir um futuro risonho para Mira. O orçamento para 2026 ali apresentado era um instrumento de rigor,

visão estratégica e profundo sentido de responsabilidade pública. Era a materialização da confiança que os Mirenses tinham depositado naquele Executivo. Votar favoravelmente aquela proposta de orçamento e grandes opções do plano para 2026 era claramente um voto de confiança no futuro de Mira. -----

PONTO QUATRO: Para votação – Fixação da taxa de IRS para o ano de 2026. -----

Foi dada a palavra ao Presidente da Câmara para explicar o documento: --

1.ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA: -----

---- **Interveio o Sr. Presidente da Câmara (PSD)**, que explicou que se tratava da fixação da taxa de IRS para o ano seguinte e que, à semelhança dos anos anteriores, tinham-na fixado em 5%. -----

A Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra aos membros da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram: -----

1.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS: -----

---- **Interveio a Deputada Andreia Petornilho (PS)**, que, relativamente à fixação da taxa de IRS em 5%, questionou o Executivo se era possível apurar qual o impacto médio em euros por agregado familiar e qual a percentagem de munícipes que poderiam beneficiar de uma eventual redução daquela taxa. A nível de impacto financeiro para o Município de Mira, gostaria de saber qual o valor estimado da receita para 2026 e se haveria projetos ou áreas que dependessem daquela mesma receita. A nível de contexto social e económico, considerando o aumento do custo de vida, perguntou se tinha sido ponderada uma redução excecional da taxa de IRS, à semelhança do que acontecia com o IMI. -----

---- **Interveio a Deputada Raquel Arribança (CHEGA)**, que afirmou que, para 2026, o Município propunha aplicar a taxa máxima de 5%, mas que a redução para 3% seria socialmente mais justa e economicamente mais benéfica. Aquela diminuição representaria um alívio imediato no orçamento das famílias dos

Mirenses, em especial das que tinham rendimentos mais baixos e médios, que sentiam de forma mais intensa aquela variação do imposto sobre o rendimento.

---- **Interveio a Deputada Lurdes Mesquita (PSD)**, que disse que a proposta de fixação da taxa de IRS para 2026 devia ser analisada de forma integrada com o conjunto de opções fiscais e orçamentais apresentadas pelo Executivo Municipal. Estavam perante uma estratégia coerente e responsável que garantia a sustentabilidade financeira do Município e, ao mesmo tempo, protegia as famílias e o tecido económico local. A fixação da taxa de IRS em 5% assegurava uma receita estável e indispensável à execução do orçamento municipal para 2026, num ano exigente marcado pela execução de projetos financiados por fundos comunitários. Aquela opção era equilibrada porque era acompanhada por uma clara política de moderação fiscal: o IMI mantinha-se no mínimo legal, o IMI familiar era reforçado apoiando os agregados com dependentes e a derrama isentava as microempresas, aplicando uma taxa moderada às restantes. Tratava-se de uma política fiscal justa, que não penalizava quem mais precisava e que assumia com responsabilidade a necessidade de garantir receitas próprias para investir no concelho e melhorar a qualidade de vida dos Mirenses. Pelo exposto, o PSD manifestava o seu apoio àquela proposta, enquadrando-a numa visão global de rigor financeiro, justiça social e desenvolvimento sustentável do concelho de Mira. -----

Findas as primeiras intervenções, a Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões colocadas:
2.ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS): -----

---- **Interveio o Sr. Presidente da Câmara (PSD)**, que respondeu que o valor estimado correspondente aos 5% de IRS era de cerca de seiscentos mil euros que o Município conseguia arrecadar. Tratava-se de uma receita estável, com a qual podiam contar sem grandes sobressaltos, à semelhança de anos anteriores. Não dispunham dos dados da Autoridade Tributária para apurar quanto pagava

cada agregado familiar, uma vez que só essa entidade tinha informação detalhada sobre os escalões de IRS. Os valores do IRS a receber por cada município, em função da taxa fixada, estavam disponíveis no mapa do Orçamento do Estado. Reconheceu que 3% poderia ser uma taxa mais favorável para os contribuintes, mas tinham de encontrar um ponto de equilíbrio entre receitas e despesas. O IRS representava uma fonte de receita segura superior a meio milhão de euros, que não podia ser desconsiderada. Reduzi-la significaria abdicar de uma parte significativa desse montante. Eram opções políticas e respeitava opiniões diferentes, mas aquela era a opção do Município. -----

----- **Votação** -----

Submetido o **PONTO QUATRO** a votação, foi aprovado por maioria, com abstenção da bancada do PS, dois votos contra dos Deputados do CHEGA e votos favoráveis do PSD. -----

DECLARAÇÃO DE VOTO: -----

---- **Interveio a Deputada Andreia Petornilho (PS)**, que declarou que a proposta relativa à fixação da taxa de participação variável do Município no IRS para 2026, no valor máximo legal de 5%, merecia a sua atenção e reflexão não apenas do ponto de vista legal, que não estava em causa, mas sobretudo do ponto de vista político, social e económico. Reconheciam que aquela receita poderia constituir uma fonte relevante de financiamento municipal, mas entendiam que, num contexto de acentuada pressão económica sobre as famílias, marcado pelo aumento do custo de vida, da habitação e de bens essenciais, deveria ter sido ponderada uma solução que representasse um maior alívio direto para os munícipes. A proposta apresentada limitava-se essencialmente à manutenção da taxa máxima, evocando a continuidade de uma estratégia política, sem que fossem apresentados dados concretos sobre o impacto real daquela opção nos agregados familiares, nem uma análise comparativa com cenários alternativos, como a aplicação de uma taxa inferior. Consideravam ainda que, à semelhança do que tinha sido feito noutros imposto

municipal, nomeadamente no IMI, poderia ter sido equacionada uma redução parcial ou excecional da taxa de IRS como sinal claro de apoio às famílias residentes no concelho, sem comprometer necessariamente a estabilidade financeira do Município. Assim, e não colocando em causa a legalidade nem a competência do órgão, entendiam que a proposta poderia ter sido mais ambiciosa no que respeitava ao alívio fiscal e mais transparente quanto à afetação concreta daquela receita. Nestes termos, o seu sentido de voto foi de abstenção com reservas, resultando de uma opção política consciente, centrada na defesa do interesse das famílias do concelho e na necessidade de maior equilíbrio entre a receita municipal e o esforço fiscal dos cidadãos. -----

PONTO CINCO: Para votação - Fixação da taxa de IMI para prédios de sujeitos passivos com dependentes a cargo – 2026 (IMI Famílias). -----

Foi dada a palavra ao Presidente da Câmara para explicar o documento: ---

1.ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA: -----

---- **Interveio o Sr. Presidente da Câmara (PSD)**, que explicou que, indo ao encontro dos sentimentos das pessoas e refletindo as políticas sociais de favorecimento das famílias, foi precisamente a pensar nisso que tinham fixado, como já vinha sendo hábito, o IMI familiar na taxa mínima. Tinham reduções para quem tivesse um, dois, três ou mais dependentes: quem tivesse um dependente a seu cargo pagava menos trinta euros, quem tivesse dois dependentes pagava menos sessenta euros e quem tivesse três ou mais dependentes pagava menos cento e quarenta euros de IMI. Era a medida adotada e que estava ali proposta para votação. -----

A Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra aos membros da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram:-----

1.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS: -----

---- **Interveio o Deputado Francisco Camarinha (PSD)**, que, após os habituais cumprimentos, disse que a proposta de aplicação do IMI familiar para o ano de 2026 se traduzia numa opção política clara de apoio às famílias do concelho de

Mira e de promoção da justiça social. Ao reduzir o IMI em função do número de dependentes a cargo, o Executivo Municipal reconhecia o papel central da família e contribuía de forma concreta para aliviar a carga fiscal dos agregados familiares num contexto económico que continuava a exigir respostas responsáveis e sensíveis às necessidades das pessoas. O IMI familiar era um instrumento que, embora simples e modesto, enviava um sinal claro de valorização das famílias, incentivava a sua fixação no território e integrava-se numa estratégia mais ampla que, com o contributo de cada uma daquelas pequenas medidas, permitia caminhar para aquilo que todos desejavam. Era um claro apoio à natalidade e à coesão social. Importava também sublinhar que aquela opção era financeiramente cuidada e equilibrada, na medida em que o impacto no orçamento municipal era comportável, mas o efeito no orçamento das famílias era relevante, desde que fosse encarado de forma positiva e geradora de valor. Acrescentou que, em termos de esforço orçamental, os assuntos estavam todos interligados, se fizessem tudo o que quisessem em todos os pontos, esgotariam o orçamento municipal num instante. Assim, aquelas medidas contribuía para uma estratégia global que os levava no sentido certo. Reconheceu que, olhando apenas para os valores, poderia parecer que não representavam muito, por exemplo, para uma família média com dois contribuintes a receber o salário mínimo nacional e dois filhos, o benefício rondaria cerca de setenta euros por ano, mas, se esse valor fosse aplicado anualmente durante dez anos, poderia facilmente transformar-se em mais de mil euros. -----

----- **Votação** -----

Submetido o **PONTO CINCO** a votação, foi aprovado por unanimidade. -----

DECLARAÇÃO DE VOTO: -----

---- **Intervenção a Deputada Andreia Petornilho (PS)**, que declarou que votavam favoravelmente aquela proposta, reconhecendo a importância de medidas que aliviassem a carga fiscal das famílias com dependentes a cargo. Contudo,

entendiam que aquela iniciativa deveria estar integrada num quadro mais abrangente e coerente de políticas municipais de apoio à família e de promoção da natalidade, uma vez que, isoladamente, não produzia benefícios acrescidos significativos na fixação de famílias ou na inversão das tendências demográficas do concelho. Assim, o seu voto era favorável, acompanhado daquela ressalva, na expectativa de que a medida viesse a ser complementada por outras políticas efetivas de apoio às famílias. -----

PONTO SEIS: Para votação — Fixação da taxa do IMI a liquidar em 2026. -- Foi dada a palavra ao Presidente da Câmara para explicar o documento: ---

1.ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA: -----

---- **Interveio o Sr. Presidente da Câmara (PSD)**, que explicou que se tratava da fixação daquela taxa também para o ano de 2026. Os municípios podiam optar por uma taxa que variava entre 0,3% (taxa mínima) e 0,45% (taxa máxima). A proposta do Município era manter a taxa mínima de 0,3% para 2026, em coerência com as políticas de favorecimento social e apoio às famílias iniciadas no ponto anterior. -----

A Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra aos membros da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram: -----

1.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS: -----

---- **Interveio a Deputada Andreia Petornilho (PS)**, que disse que gostaria de obter informação sobre o impacto concreto na receita municipal da manutenção da taxa mínima de IMI de 0,3% nos prédios urbanos em 2026. Questionou ainda se existia no Município de Mira algum regime de isenção ou redução de IMI para imóveis classificados como de interesse municipal e, caso contrário, quantos prédios urbanos degradados estavam identificados no concelho e como era feita, na prática, a avaliação do seu estado de degradação. Aproveitou também para propor a criação de uma isenção de IMI para imóveis classificados como de interesse municipal, sugerindo que o Município avançasse com uma isenção total ou parcial enquanto se mantivesse essa classificação. Considerou que tal

medida permitiria valorizar e proteger o património histórico e cultural do concelho, incentivar a conservação e reabilitação dos imóveis classificados, compensar os proprietários pelos encargos adicionais associados à preservação patrimonial e alinhar a política fiscal municipal com objetivos de coesão territorial, identidade local e desenvolvimento sustentável. Defendeu que se tratava de uma medida financeiramente controlada, com impacto orçamental reduzido, mas elevado retorno cultural e simbólico. -----

---- **Interveio a Deputada Sónia Braguês (PSD)**, que, após os habituais cumprimentos, disse que a proposta de fixação da taxa de IMI para 2026 refletia uma opção política clara de moderação fiscal e de proximidade com os munícipes. Ao manter a taxa de IMI para prédios urbanos no mínimo legal, o Executivo Municipal demonstrava sensibilidade social e responsabilidade, contribuindo para aliviar a carga fiscal das famílias e tornar o concelho de Mira mais atrativo para quem nele vivia e para quem ali se pretendia fixar. Acrescentou que aquela decisão era financeiramente sustentada, possível graças a uma gestão rigorosa das contas municipais e articulava-se de forma coerente com outras medidas de apoio às famílias, como o IMI familiar, e com a estratégia global definida no orçamento municipal para 2026. Sublinhou ainda a possibilidade de majoração do IMI para prédios degradados, que constituía um instrumento importante de política urbana, incentivando a reabilitação do edificado e a valorização do espaço público. Pelas razões expostas, o PSD manifestava o seu apoio àquela proposta, reconhecendo nela uma opção equilibrada, justa e responsável ao serviço do interesse do concelho de Mira. ---

Findas as primeiras intervenções, a Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões colocadas:

-2.ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS): -----

----- **Interveio o Sr. Presidente da Câmara (PSD)**, que agradeceu as palavras da Deputada Sónia Braguês e respondeu à Deputada Andreia que o IMI

representava para o Município cerca de um milhão e oitocentos mil euros de receita anual. Esse valor era uma referência histórica, uma vez que a taxa de 0,3% vinha sendo aplicada ao longo do tempo. Caso tivessem optado pela taxa máxima de 0,45%, teriam uma receita suplementar superior a novecentos mil euros, pelo que o Município estava, na prática, a abdicar desse montante ao manter a taxa mínima. Quanto aos imóveis classificados, referiu que tinha conhecimento de que a Igreja Matriz era, à data, o único imóvel classificado como de interesse municipal. Para haver isenções, seria necessário enquadrá-las nas ORU/ARU e criar um regulamento municipal que estabelecesse critérios objetivos e regras iguais para todos. Acrescentou ainda que existia a possibilidade legal de o Município majorar o IMI até 30% para prédios degradados que representassem perigo para a saúde pública ou para a segurança na via pública, opção que também estava prevista no documento para eventual aplicação futura. -----

----- **Votação** -----

Submetido o **PONTO SEIS** a votação, foi aprovado por unanimidade. -----

PONTO SETE: Para votação — Fixação da taxa do Direito Municipal de Passagem a liquidar em 2026. -----

Foi dada a palavra ao Presidente da Câmara para explicar o documento: --

1.ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA: -----

---- **Interveio o Sr. Presidente da Câmara (PSD)**, que explicou tratar-se de uma taxa que os municípios podiam deliberar e que tinha um valor máximo legalmente fixado. Incidia sobre as empresas que executavam obras, cortes de estrada, passeios ou outras vias para passagem de cabos de telecomunicações, causando frequentemente transtornos no trânsito e aos peões, sendo a reposição nem sempre tão célere quanto desejável. Por esse motivo, decidiram manter a taxa no máximo permitido. Referiu ainda que o facto de estar no valor máximo não tinha grande impacto financeiro, uma vez que o Município arrecadava apenas entre cinco e seis mil euros por ano com aquela taxa, pelo

que não fazia sentido reduzi-la. -----

A Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra aos membros da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram: -----

1.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS: -----

---- **Interveio a Deputada Daniela Caetano (PSD)**, que, após os habituais cumprimentos, disse que a proposta de fixação da taxa municipal de direitos de passagem para 2026 estava legalmente bem enquadrada e dava continuidade a uma prática consolidada do Município de Mira ao longo dos últimos anos. A fixação da taxa em 0,25%, o limite máximo permitido por lei, constituía uma opção responsável que permitia ao Município assegurar uma receita própria legítima como contrapartida pela utilização do domínio público municipal por parte das empresas de comunicações eletrónicas. Sublinhou que se tratava de uma taxa que não incidia diretamente sobre os munícipes enquanto contribuintes, contribuindo para reforçar a autonomia financeira do Município e apoiar a execução das políticas e investimentos previstos no orçamento municipal. Pelas razões expostas, o PSD manifestava o seu apoio àquela proposta, reconhecendo nela uma decisão equilibrada, legalmente sustentada e ao serviço do interesse público do concelho de Mira. -----

----- **Votação** -----

Submetido o **PONTO SETE** a votação, foi aprovado por unanimidade. -----

PONTO OITO: Para votação — Fixação da derrama para o ano de 2025 a liquidar em 2026. -----

Foi dada a palavra ao Presidente da Câmara para explicar o documento: --

1.ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA: -----

---- **Interveio o Sr. Presidente da Câmara (PSD)**, que explicou que os municípios podiam deliberar lançar aquela taxa com duração anual, vigorando até ser estabelecida outra, até ao limite máximo de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC. O Município de Mira tinha mantido a derrama a 0% nos anos anteriores, mas decidiu agora introduzir uma taxa como nova fonte de

receita. Optaram por não aplicar a taxa máxima de 1,5%, ao contrário de alguns concelhos vizinhos, mas sim fixá-la em 1%. Em termos de isenções, ficariam isentas as empresas com volume de negócios até cento e cinquenta mil euros, sendo tributadas apenas as que ultrapassassem esse montante, salvaguardando assim as empresas de menor dimensão. -----

A Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra aos membros da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram: -----

1.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS: -----

---- **Interveio o Deputado José Carlos Neves (PS)**, disse que não podiam ignorar que a introdução daquela derrama, tal como apresentada, tinha efeitos concretos e imediatos sobre a economia do concelho. O imposto sobre o lucro das empresas não era neutro; penalizava quem já investia e criava emprego em Mira. Estavam a falar de empresas que mantinham empregos para famílias da comunidade mirenses e o encargo adicional, ainda que de 1%, podia significar adiamento de investimentos, redução de contratação e, em última instância, menos oportunidades para os jovens e menos rendimento disponível para as famílias. Aquela medida parecia contradizer o que tinha sido prometido pelo PSD no programa eleitoral, que era criar condições para atrair novas empresas, apoiar a expansão do tecido económico e dinamizar o concelho. Ao invés disso, estavam a colocar um obstáculo direto à iniciativa empresarial local. Perguntou se tinha sido realizada alguma avaliação do efeito económico no município daquela derrama. Além do valor de seiscentos mil euros que o município previa encaixar, qual era o impacto estimado sobre o emprego, a fixação de empresas, os investimentos e o crescimento no curto e médio prazo? O PS entendia que deviam promover o desenvolvimento económico de Mira, e isso exigia medidas que incentivassem, e não que penalizassem, quem gerava a riqueza e sustentava famílias no concelho. Que problemas teriam se empresas que faturavam acima de cento e cinquenta mil euros, como por exemplo a SIRO ou a FLATLANTIC, resolvessem mudar de concelho por causa daquele imposto? -

---- **Interveio o Deputado Mauro Seíça (PS)**, disse que, antes de mais, queria pedir ao Sr. Presidente que não ficasse ferido com palavras, estavam a falar de um programa eleitoral que tinha ido a sufrágio e no qual, em lugar nenhum, tinha sido mencionada a derrama. Não tinha chamado ninguém de mentiroso; tinha falado sobre uma omissão no programa do PSD. Sobre o ponto em específico, a derrama sobre o lucro das empresas era uma viragem política a cento e oitenta graus, que era uma bandeira daquele Executivo. Aquela era uma alteração de base ao que tinha sido dado a conhecer aos munícipes, tanto durante o anterior mandato, em que sempre tinha sido dito e assumido que a derrama seria zero como durante a campanha, em que o Sr. Presidente nunca tinha demonstrado intenção de criação daquele novo encargo. O município apresentava como nova fonte de receita um imposto sobre as empresas, a derrama a 1%, sem explicação clara, sem demonstração de cálculo, sem base conhecida e sem avaliação de impacto. Perguntou: de onde tinham ido buscar o valor previsto de seiscentos mil euros? Quais tinham sido os cálculos? Acrescentou que existiam outros caminhos que não iriam criar encargos diretos para as empresas que mais contribuían no município. Deu como exemplo o que já tinha sido adotado por concelhos vizinhos: a taxa turística, o imposto direto que incidia sobre quem visitava o concelho e não sobre quem todos os dias trabalhava para criar postos de trabalho e riqueza para o município. Colocaram então aquelas questões, às quais solicitavam um esclarecimento claro, transparente e que demonstrasse o porquê de se ter tomado aquele caminho em vez de outros. Porque é que tinham optado pela derrama e não pela taxa turística? Será que o concelho não tinha grande necessidade de atrair empresas? Não existia necessidade de investimento na zona industrial para as fixar? Era aquela a política de atração de empresas que se quisessem instalar em Mira? Era aquela taxa que tornava a captação de empresas mais atrativa? Pediu ao Sr. Presidente que esclarecesse ao município qual o estudo em que se tinha baseado para aplicar a taxa, porque 1% e não outro valor, qual o impacto na captação de novas empresas para o

município e se iriam conseguir cativar as que ainda mantinham a sede em Mira ou se poderiam perdê-las para outros municípios. -----

---- **Inteiveio a Deputada Raquel Arribança (CHEGA)**, que disse que a bancada do CHEGA era favorável à cobrança da derrama na taxa proposta. Achavam que aquela em nada interferia com a fixação de mais empresas; pelo contrário. Nas zonas industriais ali à volta, todos os municípios tinham aquela taxa e cobravam-na às empresas. Disse ainda que aquela receita poderia, por exemplo, ser aplicada na instalação de condutas de gás natural, o que seria uma mais-valia para a fixação de mais empresas. Era bom frisar que Mira era um concelho sem gás natural e que aquela talvez fosse uma razão para a menor atratividade que as empresas tinham para Mira; obtendo gás natural, talvez conseguissem melhorar essa situação. -----

---- **Inteiveio a Deputada Lurdes Mesquita (PSD)**, referindo que a opção por uma taxa de 1%, abaixo do limite máximo legal, demonstrava moderação fiscal e sentido de responsabilidade. Mais importante ainda, a isenção de derrama para as microempresas com volume de negócios até cento e cinquenta mil euros constituía um sinal claro de apoio ao pequeno comércio e às empresas locais, protegendo quem contribuía para o emprego e para a dinâmica económica do concelho. Considerou que aquela medida permitia reforçar a autonomia financeira do município, assegurando recursos para investir em áreas fundamentais, como as áreas empresariais e a promoção do desenvolvimento económico, sem penalizar o tecido empresarial mais frágil. Estavam, por isso, perante uma proposta justa, equilibrada e coerente com o orçamento municipal e com a restante política fiscal do Executivo, procurando conciliar crescimento económico com responsabilidade financeira. Pelo exposto, o PSD manifestava o seu apoio à proposta de fixação da derrama, reafirmando a confiança na gestão rigorosa e responsável do Executivo Municipal. -----

Findas as primeiras intervenções, a Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões colocadas:

2.ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS): -----

---- **Interveio o Sr. Presidente da Câmara (PSD)**, que respondeu que a derrama não era cobrada sobre o volume de negócios, mas sim sobre o lucro tributável acima de cento e cinquenta mil euros. Portanto, estavam sempre a salvaguardar os sujeitos passivos com volume de negócios mais reduzido, nomeadamente o comércio local e as microempresas, que não ficavam abrangidos por aquela cláusula. Relativamente à saída das empresas por causa daquele imposto para outros concelhos, disse que não lhe parecia provável. Estavam a aplicar 1%, enquanto Vagos, Ílhavo, Cantanhede e Aveiro tinham 1,5%. Não acreditava que empresas fugissem de Mira por causa dessa diferença. Aquilo não era um castigo; entendiam que precisavam de angariar uma nova fonte de receita. A sugestão da Deputada Raquel Arribança podia ser uma delas, aplicar aquele dinheiro em infraestruturas e em melhorar as vias de acesso às zonas industriais para cativar empresários, mas, em qualquer caso, não se tratava de um castigo para quem tinha empresas, pois sempre tinham lutado para cativar empreendedores e empresários. Acrescentou que nunca se lembrava de, em edições anteriores, alguém da oposição ter elogiado o Executivo por manter a derrama a zero; nem nos pontos anteriores (Pontos 5, 6 e 7), onde tinham sido aprovadas taxas mínimas e reduções de IMI familiar, tinha ouvido elogios à política fiscal seguida. Voltavam a falar da derrama agora porque, após três ou quatro pontos com opções favoráveis, “convinha dizer mal”. Relativamente à comparação com a taxa turística feita pelo Deputado Mauro Seiça, afirmou que também tinham pensado nisso. Segundo os dados disponíveis, tinham cerca de sessenta mil dormidas por ano; aplicando uma taxa de um euro por pessoa, valor considerado razoável, isso representaria entre sessenta e oitenta mil euros anuais. Contudo, a implementação exigiria um sistema informático em cada unidade hoteleira, que teria de cobrar e depois devolver o montante ao município, o que poderia gerar conflitos e custos administrativos. Assim, embora fosse uma

fonte de receita, consideraram que não compensava. Por essa razão, optaram por não implementar a taxa turística e avançar com a derrama de 1% para 2026.

A Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra aos membros da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram:-----

2.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS: -----

---- **Inteiveio a Deputada Andreia Petornilho (PS)**, dizendo que, relativamente à intervenção do Sr. Presidente, já tinham votado favoravelmente o IMI familiar e o IMI, o que demonstrava concordância com esse caminho, ainda que com as ressalvas apresentadas em declaração de voto. Achava que isso já era mais do que suficiente como manifestação de concordância. Quanto à derrama, considerou que, se tinha sido feito um estudo comparativo com a taxa turística, esse estudo deveria ter sido partilhado com todos os Deputados para melhor fundamentar a decisão. Referiu que o Executivo carecia frequentemente de documentação mais detalhada e aprofundada, sendo a informação disponibilizada demasiado genérica e sem fundamentação técnica clara. -----

---- **Inteiveio o Deputado José Carlos Neves (PS)**, dizendo que, ainda sobre o ponto da derrama, no quadro oito da estrutura e evolução dos impostos diretos estava previsto um encaixe de seiscentos mil euros, correspondente a 1% do lucro tributável sujeito a IRC. Perguntou então que contas tinham sido feitas e se tinham noção de que esse 1% equivaleria a um bilião cento e noventa e quatro mil euros de lucro tributável sujeito a IRC no concelho de Mira, questionando se esse era realmente o valor gerado no concelho. -----

Findas as primeiras intervenções, a Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões colocadas:-

3.ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS): -----

---- **Inteiveio o Sr. Presidente da Câmara (PSD)**, que respondeu que se tratava da primeira vez que estavam a implementar aquela taxa e que, não tendo estudos aprofundados sobre o volume de lucro das empresas no concelho de

Mira, se tinham baseado naquilo que concelhos vizinhos conseguiam arrecadar em termos de receita, embora reconhecesse que o tecido empresarial não era equivalente e que as taxas aplicadas nesses concelhos eram superiores. Concluiu que os seiscentos mil euros eram um valor meramente estimativo para 2026. -----

A Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra aos membros da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram: -----

3.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS: -----

---- **Interveio o Deputado José Carlos Neves (PS)**, referindo que, para fazer uma estimativa de seiscentos mil euros, teria de haver dados concretos sobre o lucro tributável das empresas com volume superior a cento e cinquenta mil euros em Mira. Considerou que, se o Executivo não dispunha desses dados, a estimativa poderia estar inflacionada e servir apenas para equilibrar artificialmente o orçamento. Manifestou dúvidas de que esse montante viesse efetivamente a ser arrecadado. -----

Findas as terceiras intervenções, a Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões colocadas:-

4.ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS): -----

----- **Interveio o Sr. Presidente da Câmara (PSD)**, dizendo que o Deputado tinha toda a legitimidade para pensar dessa forma. Reiterou que era a primeira vez que estavam a implementar aquele imposto e que, não tendo dados concretos, não tinham como medir exatamente o montante que iriam arrecadar; tratava-se de uma previsão para 2026. -----

----- **Votação** -----

Submetido o **PONTO OITO** a votação, foi aprovado por maioria, com votos contra da bancada do PS. -----

DECLARAÇÃO DE VOTO: -----

---- **Interveio a Deputada Andreia Petornilho (PS)**, que declarou que votaram

contra a presente proposta de fixação da derrama por entenderem que a mesma representava uma alteração profunda e injustificada face ao que tinha sido transmitido aos munícipes ao longo do anterior mandato e durante a campanha eleitoral, em que sempre tinha sido assumida pelo Executivo uma opção de derrama zero, nunca tendo sido demonstrada qualquer intenção de criar aquele novo encargo fiscal. O Município apresentava uma nova fonte de receita, uma derrama de 1% sobre o lucro tributável das empresas, medida que surgia sem explicação clara e transparente, sem demonstração do cálculo previsto, sem base técnica ou comprovativa conhecida e sem qualquer avaliação do impacto económico, nomeadamente no que respeitava à competitividade empresarial, atração de investimento e manutenção de empresas já instaladas no concelho. Consideravam que existiam alternativas viáveis, já adotadas por concelhos vizinhos, que não implicariam a criação de encargos diretos sobre as empresas que diariamente contribuía para a criação de emprego e riqueza em Mira. Um exemplo claro, já indicado, seria a taxa turística, um imposto indireto que incidia sobre quem visitava o concelho e não sobre quem ali trabalhava e investia. Face à ausência de fundamentação técnica, económica e estratégica e considerando o potencial impacto negativo daquela medida no desenvolvimento económico local, votaram contra por entenderem que a opção penalizava quem criava riqueza e emprego no concelho e não contribuía para uma política coerente de atração e fixação de empresas em Mira.-----

PONTO NOVE: Para aprovação - Relatório de avaliação intercalar do plano de RGPC/ aprovação; Código de Conduta – Aprovação. -----

Foi dada a palavra ao Presidente da Câmara para explicar o documento: ---

1.ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA: -----

---- **Interveio o Sr. Presidente da Câmara (PSD)**, explicou que se tratava de uma imposição legal: para além da implementação do Código e da avaliação do plano, tinham de elaborar um relatório de avaliação intercalar. Tratava-se, portanto, da implementação daquele código que tinha sido elaborado e do

primeiro relatório existente sobre o mesmo. Referia-se ao Regime Geral da Prevenção da Corrupção, ao Código do Procedimento Administrativo, ao Código dos Contratos Públicos, ao sistema de controlo interno, aos mecanismos internos de auditoria e compliance e aos códigos de conduta do Município de Mira. Era aquela a proposta de relatório de avaliação intercalar daquele plano. -

A Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra aos membros da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram: -----

1.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS: -----

---- **Inteiveio o Deputado Celestino (CHEGA)**, que questionou o Executivo sobre quem tinha elaborado o relatório e quem iria assegurar que o que nele estava escrito seria efetivamente cumprido.-----

---- **Inteiveio a Deputada Andreia Petornilho (PS)**, que, relativamente ao relatório intercalar do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas e ao Código de Conduta do Município de Mira, questionou qual o grau de execução global das medidas previstas e se tinham sido identificados constrangimentos ou desvios relevantes na sua implementação, nomeadamente nas áreas de maior risco, como a contratação pública ou o urbanismo. Perguntou também se tinha sido necessária a adoção de medidas corretivas e se estas já se encontravam implementadas, bem como quem era o responsável interno pela monitorização contínua do plano e se tinha sido essa mesma pessoa quem elaborara o relatório. Relativamente ao Código de Conduta, questionou de que forma seria assegurada a sua aplicação prática no dia a dia dos serviços e se estavam previstas, por exemplo, ações de formação para trabalhadores, dirigentes e eleitos locais, bem como quais os procedimentos previstos em caso de incumprimento. Perguntou ainda de que forma seria garantida a transparência, nomeadamente através da divulgação pública do relatório e do código, e qual seria o papel da Assembleia Municipal no acompanhamento futuro destes instrumentos. Reforçou que não se tratava apenas de questões formais, mas de instrumentos efetivos para a prevenção da corrupção, promoção da

integridade e reforço da confiança dos munícipes. -----

---- **Intervenção a Deputada Maria Adélia (PSD)**, que, após os habituais cumprimentos, afirmou que o ponto em apreciação, relativo ao relatório intercalar do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas e à aprovação do Código de Conduta do Município de Mira, revestia-se de particular importância institucional e ética. Considerou que, com estes documentos, o Executivo Municipal demonstrava um claro compromisso com os princípios da legalidade, transparência, integridade e boa governação, dando cumprimento às exigências do Regime Geral de Prevenção da Corrupção e às recomendações do Mecanismo Nacional Anticorrupção. Referiu que o relatório intercalar constituía um instrumento relevante de acompanhamento e monitorização, permitindo avaliar a implementação das medidas previstas e reforçar o sistema de controlo interno do município. Já o Código de Conduta estabelecia regras claras de atuação ética para trabalhadores, dirigentes e eleitos locais, contribuindo para uma administração mais responsável e próxima dos cidadãos. Estas opções reforçavam a confiança dos munícipes nas instituições locais e valorizavam o funcionamento democrático da autarquia. Por estas razões, o PSD manifestava o seu apoio a este ponto, reconhecendo nele um passo importante na consolidação de uma cultura de integridade, responsabilidade e transparência no município de Mira. -----

Findas as primeiras intervenções, a Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões colocadas:
2.ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS): -----

---- **Intervenção do Sr. Presidente da Câmara (PSD)**, que respondeu que o relatório tinha sido elaborado por um funcionário municipal do quadro, o Sr. José Balugas. A responsabilidade por assegurar o seu cumprimento cabia ao Presidente da Câmara, coadjuvado por outro funcionário para acompanhamento das medidas a implementar. Relativamente ao grau de execução global, conforme

questionado pela Deputada Andreia Petornilho, informou que tinham sido identificados no relatório trinta e cinco riscos de nível alto, trinta e sete de nível médio e oitenta e um de nível baixo. Até ao momento, não tinha sido necessária a adoção de medidas corretivas, uma vez que não se tinham verificado, felizmente, quaisquer transgressões. As medidas corretivas estavam previamente definidas em função do grau de risco e das áreas expostas, estando prontas a ser acionadas caso viessem a ser necessárias. -----

A Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra aos membros da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram: -----

2.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS: -----

---- **Interveio a Deputada Andreia Petornilho (PS)**, reiterando que faltava esclarecer a questão da divulgação pública do relatório e perguntando se esta seria efetivamente realizada, bem como se a Assembleia Municipal poderia ter um acompanhamento mais próximo e regular deste processo. -----

Findas as segundas intervenções, a Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões colocadas: -----

3.ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS): -----

---- **Interveio o Sr. Presidente da Câmara (PSD)**, respondendo que a divulgação seria feita posteriormente, após a conclusão do relatório final, uma vez que o documento em apreciação ainda não estava publicado. -----

A Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra aos membros da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram: -----

3.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS: -----

---- **Interveio a Deputada Andreia Petornilho (PS)**, questionando novamente quem seria o responsável interno pela monitorização contínua do plano, perguntando se seria apenas o Sr. José Balugas ou se existiria um grupo ou equipa responsável, conforme eventualmente já teria sido discutido em assembleias anteriores. -----

Findas as terceiras intervenções, a Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões colocadas:

4.ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS): -----

---- **Interveio o Sr. Presidente da Câmara (PSD)**, que esclareceu que o responsável pelo relatório do sistema de gestão da qualidade era o Sr. José Balugas, enquanto o restante relatório ficava a cargo da Dr.ª Sónia Alcaide. Acrescentou que, em termos de responsabilidade operacional, todos os chefes de unidade e chefes de divisão eram responsáveis pela implementação das medidas junto dos respetivos serviços e funcionários. -----

Submetido o **PONTO NOVE** a votação, foi aprovada por maioria com abstenção do PS e do CHEGA. -----

PONTO DEZ: Para votação – Aprovação de minuta de contrato interadministrativo de delegação de competências da Câmara Municipal de Mira no diretor do Agrupamento de Escolas de Mira – 2026. -----

Foi dada a palavra ao Presidente da Câmara para explicar o documento: --

1.ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA: -----

---- **Interveio o Sr. Presidente da Câmara (PSD)**, que explicou que à semelhança de outros anos, tinham sempre uma série de assuntos que podiam ser tratados de forma mais célere e ágil através da direção do Agrupamento de Escolas e, portanto, quando se tratava de pequenos montantes, pequenos investimentos ou pequenas reparações, entendiam que aquela era a melhor maneira de lidar e resolver as situações. Por isso existia aquele contrato interadministrativo entre a Câmara Municipal e o Agrupamento de Escolas para a delegação de competências e execução desses trabalhos. Mantinham-se as cláusulas tal e qual como estavam anteriormente; apenas tinha havido uma redução do valor global do montante relativamente a 2025, porque a verba não tinha sido esgotada e, portanto, entenderam que não seria necessário mantê-la na totalidade, tendo procedido à redução do montante. Todas as cláusulas se

tinham mantido como estavam. -----

A Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra aos membros da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram: -----

1.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS: -----

---- **Interveio a Deputada Raquel Arribança (CHEGA)**, que questionou o que estava incluído naquele valor e para que despesas servia: se para cacifos partidos ou para todo o Agrupamento. -----

---- **Interveio a Deputada Anabela Veríssimo (PS)**, que disse que também gostaria de saber o que englobava aquele valor. Tal como o Sr. Presidente tinha referido, tinha havido um excedente monetário relativamente aos contratos anteriores e, por isso, gostaria de saber por que razão existiam pré-escolas do concelho de Mira a solicitar cinco euros mensais aos pais para, alegadamente, suportar a compra de materiais. -----

Findas as primeiras intervenções, a Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões colocadas: -----

2.ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS): -----

---- **Interveio o Sr. Presidente da Câmara (PSD)**, que respondeu que aquele dinheiro servia para o que já tinha referido: pequenas reparações e aquisição de pequenos montantes. Tudo o que fosse acima de cinco mil euros tinha de ir obrigatoriamente à Câmara Municipal para validação, tanto em reparações como em aquisições. O valor relativamente ao ano passado, que era de quarenta mil euros, tinha sido reduzido para trinta mil euros porque não tinha chegado perto da sua utilização, razão pela qual resolveram proceder à redução daquele montante, que se referia exclusivamente à Escola Secundária. As Escolas Básicas e os Jardins de Infância tinham, no âmbito das transferências de competências para as Juntas de Freguesia, delegação para execução de pequenas obras de reparação e aquisição de materiais. Portanto, relativamente aos cinco euros mensais mencionados pela Deputada, não sabia exatamente a

que materiais se referiam, até porque os Srs. Presidentes de Junta ali presentes sabiam que tinham de fornecer os materiais necessários para higiene e limpeza às escolas da sua área. Assim, aquele montante destinava-se apenas à sede do Agrupamento; as EB1 e os Jardins de Infância não estavam contemplados neste contrato. -----

A Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra aos membros da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram: -----

2.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS:-----

---- **Interveio a Deputada Raquel Arribança (CHEGA)**, dizendo que o montante tinha sido diminuído, mas que, por exemplo, no ciclo o retroprojektor da sala da sua filha estava avariado desde o ano anterior. Apesar da redução do valor, não tinha sido adquirido novo material, e não era apenas naquela sala, havia mais salas na mesma situação. -----

Findas as primeiras intervenções, a Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões colocadas:

3.ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS): -----

---- **Interveio o Sr. Presidente da Câmara (PSD)**, que respondeu que, segundo a informação que lhe tinha chegado, se existiam contribuições ou peditórios dos pais das crianças, o dinheiro destinava-se à aquisição do lanche da manhã para que todas as crianças comessem um lanche igual. O lanche da tarde era gratuito, pago pela Câmara a todas as crianças, e, portanto, seria para esse efeito. Relativamente à substituição de equipamentos, esclareceu que a Câmara atribuía verbas ao Agrupamento para que este as executasse. Não sabia exatamente de que sala ou escola se tratava, mas existia um montante disponível que podia ser utilizado pelo Agrupamento dentro dos limites estabelecidos para substituição de equipamentos. Portanto, cabia ao Agrupamento realizar essas diligências. -----

A Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra aos membros da mesma

para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram: -----

3.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS: -----

---- **Interveio a Deputada Andreia Petornilho (PS)**, que disse que, relativamente à questão dos cinco euros pedidos aos pais, tal prática não ocorria apenas numa ou duas pré-escolas. Se os pais faziam um pagamento de cinco euros, deveria ser emitida uma fatura, o que, segundo o seu conhecimento, não acontecia. Se esse pagamento se destinava aos lanches da manhã que não estavam incluídos, então talvez fosse preferível encontrar uma forma de integrar essa despesa no sistema e torná-la regular e legal. Considerava que não era correto os pais pagarem cinco euros por mês às pré-escolas e, como lhe tinha sido indicado anteriormente que o montante era para materiais e não para lanches, entendia que a situação não era regular e deveria ser corrigida. -----

Findas as terceiras intervenções, a Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões colocadas:

4.ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS): -----

---- **Interveio o Sr. Presidente da Câmara (PSD)**, que respondeu que esses pagamentos não eram realizados à Câmara Municipal. Se existia algum acordo entre as educadoras ou funcionárias e os pais das crianças, tal situação ultrapassava a competência da Câmara. Não havia emissão de recibo porque esse montante não entrava nos cofres municipais. -----

A Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra aos membros da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram: -----

4.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS: -----

---- **Interveio a Deputada Andreia Petornilho (PS)**, referindo que, embora o montante não entrasse nos cofres da Câmara e fosse um acordo entre pais e educadoras, o facto de o Executivo ter conhecimento dessa prática significava que não deveria permitir que continuasse. Se não havia lanche e as crianças precisavam dele, então deveria ser encontrada uma forma clara e legal de

resolver a situação, porque, tal como estava, não era legalmente correta. -----

Findas as quartas intervenções, a Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões colocadas:

5.ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS): -----

---- **Inteiveio o Sr. Presidente da Câmara (PSD)**, que respondeu que cada educador combinava em reunião de pais o que pretendia para a sua turma. Os pais que quisessem enviavam o lanche ao filho; não eram obrigados a dar os cinco euros. Como o assunto não passava pela Câmara Municipal, se existia um acordo entre educadores e pais quanto aos valores ou à forma de organização, não tinha conhecimento. Se os pais optassem por enviar um lanche para os filhos, não precisavam de entrar nessas contas. -----

A Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra aos membros da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram: -----

5.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS: -----

---- **Inteiveio o Deputado Daniel Fresco (PS)**, dizendo que aquela era uma prática conhecida por quem tinha filhos nas escolas e que regularizá-la em termos legais não seria muito difícil, uma vez que também pagava o lanche da sua filha através de uma plataforma do município. Questionou, assim, por que razão o município pagava o lanche da tarde e não também o da manhã. Se não havia orçamento para isso ou se não era possível, queria compreender o motivo dessa opção. -----

Findas as quintas intervenções, a Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões colocadas:

6.ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS): -----

---- **Inteiveio o Sr. Presidente da Câmara (PSD)**, que solicitou à Sr.ª Presidente da Mesa que a Dr.ª Brigitte esclarecesse aquela questão. -----

---- **Inteiveio a Dr.ª Brigitte Capeloa**, que explicou que a Câmara organizava os

almoços e todos os pais pagavam através da plataforma SIGA de acordo com o que estava tabelado por despacho ministerial: quem tinha escalão A não pagava almoço; quem tinha escalão B pagava 50%; e quem não tinha escalão pagava a totalidade definida anualmente no despacho. Relativamente aos lanches, nada no despacho referia o lanche. No pré-escolar, o município de Mira oferecia o lanche da tarde porque o período escolar abrangia das 9h às 15h e muitas crianças frequentavam as Atividades de Animação e Apoio à Família (AAAF). Às crianças que ficavam à tarde, a Câmara oferecia o lanche fornecido pela empresa das refeições, igual para todas. Durante a manhã, as crianças permaneciam na sala até à hora de almoço. Para que todas comessem o mesmo lanche, as educadoras articulavam diretamente com os pais em reunião, decidindo em conjunto o que seria enviado. Não sabiam se pagavam cinco ou dez euros; essa organização ficava a cargo do grupo de pais de cada pré-escola. Não se tratava de uma imposição legal ou da Câmara, que apenas geria, através da plataforma, as AAAF e os almoços. -----

A Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra aos membros da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram: -----

6.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS: -----

---- **Inteiveio a Deputada Lurdes Mesquita (PSD)**, dizendo que, relativamente aos dinheiros que circulavam no pré-escolar, pelo que tinha conhecimento, era um grupo de pais que se organizava para a compra dos lanches, sendo o dinheiro gerido por um ou dois representantes de cada turma, que mantinham um dossiê próprio com o registo das despesas e prestavam contas aos restantes pais no final do ano. Não era um dinheiro gerido pelas educadoras, mas sim pelos representantes dos pais. Admitiu não saber se era exatamente essa situação que estava em causa, mas reforçou que a gestão cabia aos pais. -----

---- **Inteiveio o Deputado Daniel Fresco (PS)**, que agradeceu a explicação da professora Brigitte, mas referiu que parte da sua questão permanecia por responder. Questionou se o município não tinha orçamento para pagar os dois

lanches em vez de apenas o da tarde. -----

---- **Interveio a Deputada Andreia Petornilho (PS)**, pedindo desculpa à Deputada Lurdes Mesquita, mas confirmando que era essa a situação que estavam a discutir e a alertar. Referiu que, alegadamente, do ponto de vista fiscal, não lhe parecia correta e, se havia conhecimento desta prática, deveria haver uma intervenção para que os pagamentos dos lanches funcionassem de outra forma. Questionou se os pais recebiam uma fatura dos cinco euros mensais e se os representantes dos pais tinham alguma forma formal de faturação. Considerava que a situação não era correta e deveria ser corrigida. -

Findas as sextas intervenções, a Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões colocadas:

7.ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS): -----

---- **Interveio o Sr. Presidente da Câmara (PSD)**, respondendo que oferecer o lanche da tarde era uma questão de cortesia. Não ofereciam o da manhã porque nunca tinha sido considerado. Questionou retoricamente por que razão não oferecer também o almoço, referindo que, se fosse por esse critério, o município poderia ponderar oferecer tudo, lanche da manhã, lanche da tarde e jantar, mas isso nunca tinha sido considerado. Concluiu que talvez o melhor fosse acabar com essa prática: os encarregados de educação não lidariam com dinheiro nem fariam acordos com as educadoras; cada um enviaria o lanche do seu filho e a questão ficaria resolvida. -----

A Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra aos membros da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram: -----

6.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS: -----

---- **Interveio o Deputado Daniel Fresco (PS)**, dizendo que esperava não ofender ninguém com as suas perguntas. Referiu que existia uma plataforma municipal onde carregava saldo e marcava as refeições da sua filha, questionando se, em termos legais, havia algum impedimento para o Município

cobrar um valor adicional nessa mesma plataforma para financiar também o lanche da manhã. Admitiu que, pessoalmente, não se importaria de pagar um pouco mais se essa opção fosse considerada. -----

----- **Votação** -----

Submetido o **PONTO DEZ** a votação, foi aprovada por maioria com abstenção do PS e do CHEGA. **A Deputada Lurdes Mesquita não votou neste ponto.** --

PONTO ONZE: Para votação - Aprovar e submeter à Assembleia Municipal, para aprovação, o PMIM - Plano Municipal para a Integração de Migrantes do Município de Mira. -----

Foi dada a palavra ao Presidente da Câmara para explicar o documento: ---

1.ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA: -----

---- **Interveio o Sr. Presidente da Câmara (PSD)**, que explicou que, sim, a redação era mesmo aquela: tratava-se da integração de migrantes no município de Mira. Era um plano realizado de acordo com a CIM e transversal aos dezanove municípios que compunham a Região de Coimbra. No caso do município de Mira, tinham sido feitos vinte e nove inquéritos, o que tinha resultado nas conclusões plasmadas no documento. O que se pretendia era que houvesse informação acerca de quantas pessoas estavam no território de Mira, oriundas de que país, de que sexo eram, de que religião, se vinham sozinhas, se traziam família e, se trouxessem família, quantos menores ou seniores tinham a seu cargo, uma série de elementos que eram necessários para a CIM fazer uma avaliação mais rigorosa das pessoas que, não sendo portuguesas, chegavam ao concelho de Mira.-----

A Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra aos membros da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram: -----

1.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS:-----

---- **Interveio o Deputado Celestino (CHEGA)**, que quis colocar uma questão ao Executivo: segundo o diagnóstico social de Mira, existiam cerca de trezentas e sete pessoas de nacionalidade estrangeira, mas o relatório apresentado para

aprovação referia seiscentas e cinquenta e quatro, como se podia consultar na página nove. Os números não coincidiam, apesar de ambos apresentarem dados de 2021, pelo que queria saber se havia algum erro nesses dados. -----

---- **Intervenção a Deputada Andreia Petornilho (PS)**, que disse que, relativamente àquele ponto, a integração de migrantes era um princípio que a sua bancada não punha em causa, pelo contrário, reconheciam a sua importância social e humana. O que lhes competia, enquanto oposição responsável, era garantir que os planos submetidos à Assembleia fossem claros, exequíveis, financeiramente sustentáveis e ajustados à realidade concreta do concelho. Questionou se aquele diagnóstico resultava de uma análise própria do município ou se era uma adaptação das orientações da CIM. Relativamente à execução, perguntou onde estavam definidos prazos, metas e responsáveis, se o Município dispunha de recursos humanos e técnicos necessários ou se ficaria dependente de entidades externas. Em termos de financiamento, quis saber qual o custo total real do plano e qual seria a estratégia quando o financiamento terminasse. -----

---- **Intervenção a Deputada Lurdes Mesquita (PSD)**, que disse que o Plano Municipal para a Integração de Migrantes se apresentava como um instrumento importante de planeamento e de responsabilidade social do município de Mira. Não se tratava de um plano isolado, mas integrado numa estratégia intermunicipal da Região de Coimbra e apoiado por fundos europeus, o que permitiria ao município responder a uma realidade crescente sem comprometer o equilíbrio financeiro das contas públicas. Aquele plano partia de um princípio essencial: a integração não era assimilação, mas um processo que valorizava a diversidade, promovia a inclusão social e reconhecia que cabia também às instituições públicas e às comunidades locais criar condições para uma participação plena e equilibrada de todos. Num concelho como Mira, onde a população migrante já tinha um papel relevante na vida económica e social, era fundamental conhecer melhor essa realidade, identificar necessidades concretas

e agir de forma estruturada, prevenindo situações de exclusão e promovendo a coesão social. O sucesso do plano dependeria da sua implementação prática, do envolvimento dos serviços municipais, das entidades locais e da própria comunidade, bem como de uma avaliação contínua dos resultados alcançados. O PSD considerava que aquela proposta era equilibrada, bem enquadrada e respondia a uma necessidade real do concelho, manifestando por isso o seu apoio à aprovação do Plano Municipal para a Integração de Migrantes, acompanhando de forma responsável e exigente a sua execução futura. -----

---- **Inteiveio o Deputado Francisco Camarinha (PSD)**, que não quis deixar passar aquele ponto sem uma nota. Em consciência, tinha de dar os parabéns ao Executivo por aquela iniciativa. O facto de finalmente existir um plano de acolhimento de povos migratórios era algo absolutamente extraordinário e muito significativo. Portugal era um país de emigrantes que, durante décadas, viram os seus cidadãos sair à procura de uma vida melhor e passarem por dificuldades no estrangeiro. Houve uma altura em que essa realidade se inverteu, primeiro com a Ucrânia e, mais recentemente, com pessoas de muitos outros países que passaram a escolher Portugal. Todos os dias se assistia a situações difíceis, mas também havia uma oportunidade de integrar essas pessoas e tratá-las bem, fazendo jus àquilo que muitas vezes não aconteceu com os portugueses no passado. Considerava que o plano estava de parabéns. Acrescentou que não se tratava de “escancarar as portas”, mas de avaliar com responsabilidade o que podiam fazer, dosear o que podiam receber, integrar e conduzir o processo de forma bem-sucedida. -----

Findas as primeiras intervenções, a Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões colocadas:-

2.ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS): -----

---- **Inteiveio o Sr. Presidente da Câmara (PSD)**, que respondeu ao Deputado Celestino que, na página 9, constavam na realidade trezentos e vinte e um

migrantes em 2021. Na mesma página, mas mais acima, referia-se que esse número tinha passado de trezentos e vinte e um em 2021 para seiscentos e cinquenta e quatro em 2023. Portanto, ambos os números estavam corretos, referindo-se a anos diferentes. -----

A Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra aos membros da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram: -----

2.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS: -----

---- **Interveio o Deputado Celestino (CHEGA)**, dizendo que se referia aos trezentos e vinte e um e questionando por que razão o diagnóstico social de Mira, elaborado em 2024, indicava trezentos e sete. -----

Findas as segundas intervenções, a Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões colocadas:

3.ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS): -----

---- **Interveio o Sr. Presidente da Câmara (PSD)**, que pediu autorização à Presidente da Mesa para que a Dr.ª Brigitte explicasse aquela parte. -----

----- **Interveio a Dr.ª Brigitte**, que explicou que o plano apresentado à Assembleia Municipal resultava de um serviço contratado pela CIM Região de Coimbra ao Instituto Miguel Torga para elaborar um plano individual para cada um dos dezanove municípios. Tratava-se de um serviço partilhado pela CIM. Os dados utilizados provinham de fontes como o INE e refletiam realidades que oscilavam no tempo. Mesmo dentro do próprio município, nunca era possível saber com exatidão se existiam trezentos ou seiscentos migrantes, devido à sua elevada mobilidade dentro e fora do concelho, algo visível também na população escolar. Relativamente ao diagnóstico social, este estava publicamente disponível e devia ser atualizado de três em três anos. Tinha sido elaborado recentemente com base em estudos do Centro de Estudos Miguel Torga, censos e outras fontes, podendo haver desfasamentos entre documentos com diferentes datas. Tratava-se de dados indicativos, sendo as medidas depois aplicáveis aos

migrantes que colaborassem com o município. -----

A Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra aos membros da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram: -----

3.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS: -----

---- **Interveio a Deputada Andreia Petornilho (PS)**, que esclareceu que o Plano Municipal para a Integração de Migrantes era uma obrigatoriedade legal no quadro da política pública de integração de migrantes em Portugal, sendo um instrumento exigido aos municípios no âmbito da Estratégia Nacional para a Integração de Migrantes. Sublinhou que não se tratava de uma iniciativa exclusiva do município, mas de uma obrigação legal. -----

----**Interveio o Deputado Celestino (CHEGA)**, dizendo que concordavam em ajudar as pessoas com as medidas ali previstas, mas pediu que o Executivo não se esquecesse dos Mirenses, das pessoas que tinham votado no Presidente e no PSD. -----

----- **Interveio a Deputada Andreia Petornilho (PS)**, afirmando que não tinha ficado totalmente esclarecida quanto à análise própria do município. Compreendia que se tratava de um estudo solicitado pela CIM com apoio do Instituto Miguel Torga, mas continuava sem resposta clara sobre prazos, metas, responsáveis pela operacionalização, se os recursos seriam internos ou externos e qual o custo do plano e a estratégia após o término do financiamento.

Findas as terceiras intervenções, a Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões colocadas:

4.ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS): -----

---- **Interveio o Sr. Presidente da Câmara (PSD)**, explicando que o plano municipal tinha sido elaborado pelo Centro de Estudos de Coimbra em serviço partilhado com os dezanove municípios da CIM, com base nos dados existentes, nomeadamente os censos de 2021. Se fossem analisados naquele dia, os números seriam diferentes, pois havia mais pessoas no concelho. Tratava-se,

portanto, de um trabalho partilhado, contratado pela CIM ao Centro de Estudos. A implementação seria assegurada pelos serviços e recursos do município. Relativamente aos prazos e metas, solicitou novamente à Dr.ª Brigitte que esclarecesse. -----

---- **Interveio a Dr.ª Brigitte**, esclarecendo que o plano estava previsto para decorrer até 2028. As medidas seriam organizadas e executadas com os recursos do município, podendo existir, se necessário, um recurso adicional a meio tempo até 2028, comum a todos os municípios. -----

A Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra aos membros da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram: -----

4.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS: -----

---- **Interveio o Deputado Celestino (CHEGA)**, questionando se não seria mais simples consultar os atestados de residência para apurar quantas pessoas estrangeiras residiam no concelho, em vez de elaborar um estudo. -----

Findas as terceiras intervenções, a Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões colocadas:

5.ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS): -----

---- **Interveio o Sr. Presidente da Câmara (PSD)**, explicando que as Juntas de Freguesia emitiam atestados de residência, os quais indicavam quando e onde a pessoa passava a residir em Mira, mas não registavam quando se ausentava. Como não era obrigatório comunicar a saída, muitas pessoas permaneciam apenas temporariamente no concelho, mudando depois para outros municípios. Por essa razão, esses dados não seriam fiáveis para efeitos estatísticos. -----

----- **Votação** -----

Submetido o **PONTO ONZE** a votação, foi aprovada por maioria com abstenção do PS e dois votos contra do CHEGA. -----

PONTO DOZE: Para conhecimento - Tomada de conhecimento do relatório de execução do 1º Semestre e relatório intercalar do 3º trimestre de 2025

da ABMG, EIM, SA. -----

Foi dada a palavra ao Presidente da Câmara para explicar o documento:---

1.ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA: -----

---- **Interveio o Sr. Presidente da Câmara (PSD)**, que disse que os documentos tinham sido distribuídos e que se colocava à disposição para esclarecer qualquer dúvida que houvesse. -----

A Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra aos membros da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram: -----

1.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS: -----

----- **Interveio o Deputado Daniel Fresco (PS)**, que disse que, ao analisar o relatório da ABMG, mais especificamente o relatório do primeiro semestre, encontraram alguns pontos que os alertaram e sobre os quais queriam fazer ressalvas. Nas páginas 9, 10 e 11 encontraram enunciado um problema há muito conhecido de todos, que a empresa enfrentava no terreno, mas o que mais os preocupava era a falta de estratégia e planeamento para resolver esses problemas. Referiu-se às perdas de água na rede, que se cifravam constantemente em volta dos 50% do volume de água transportada. As perdas de água eram divididas em perdas reais e perdas aparentes. Passou a ler a descrição constante do relatório para cada uma delas: “consideram-se perdas reais as perdas em condutas de distribuição, adutoras e ramais domiciliários. As perdas aparentes são as perdas de contagem de água nos consumidores na faturação, furtos, etc.” Em relação a estas últimas, as perdas aparentes existiam e estava em curso um projeto de substituição massiva dos contadores dos consumidores. Era pena, e não podiam deixar de assinalar, que as perdas aparentes representassem apenas um quarto do problema. Quanto à maior parte do problema, na página 10, na tabela número 8, registavam-se novecentos e doze mil quinhentos e oitenta e seis metros cúbicos perdidos, sem que existisse qualquer plano de ação, estudo ou estratégia para combater essa perda. Na página 17 referia-se que “em termos de medidas para a diminuição de perdas

reais de água, existia o objetivo de deteção e reparação de roturas no menor período possível”. Claramente, não existia mais nada previsto ou estudado para dar resposta a um problema tão grave. Sabiam que não era um problema fácil, mas assumir de forma tão perentória que pouco ou nada se fazia era preocupante. Na página 59, os investimentos realizados naquela rúbrica eram inferiores em cerca de um milhão e trezentos mil euros face ao período homólogo de 2024. Não consideravam isso necessariamente preocupante, porque havia anos em que se podia investir mais e outros menos, mas o próprio relatório referia que “essa diminuição se devia à inexistência de operações cofinanciadas em execução e à dificuldade no arranque de algumas ações previstas no plano e orçamento para 2025”. Não sabiam quais eram essas dificuldades, não estavam descritas, mas a dimensão do problema e a falta de obras em curso não eram sequer disfarçadas. Falava-se em “dificuldades”, mas não se especificava quais. Se não fosse responsabilidade da ABMG, essas dificuldades deveriam estar claramente enunciadas no relatório. Perguntaram, por isso, quais tinham sido essas dificuldades no arranque das obras. Na análise financeira, tomaram como referência os dados do relatório intercalar do terceiro trimestre, por abranger um período mais longo da gestão da empresa. Em termos gerais, verificaram que, até setembro, existia um resultado líquido negativo de cerca de setenta e um mil euros, quando o orçamento previa um superavit de cento e nove mil euros, o que representava um desvio de aproximadamente cento e oitenta mil euros. Na página 4 do relatório até setembro, destacava-se a rúbrica “outros serviços”. Tinham sido orçamentados rendimentos de quatrocentos e vinte e cinco mil euros até setembro, mas apenas tinham sido executados ou recebidos vinte e três mil euros, cerca de 5,2%. Isso era preocupante porque já vinha acontecendo há vários anos. Significava que, em três meses, a ABMG conseguia faturar nessa rúbrica perto de meio milhão de euros. Deixou então uma indicação ao Presidente, enquanto representante do Município na ABMG, para transmitir à direção da empresa que, fazendo contas rápidas, se em três meses tinham

conseguido cerca de meio milhão de euros, isso equivalia a cerca de cento e oitenta e um mil euros por mês; dividindo por vinte e dois dias de trabalho, seriam cerca de oito mil duzentos e sessenta e sete euros por dia; e, por nove horas de trabalho, cerca de novecentos e dezoito euros por hora. Sugeriu, de forma irónica, que, se a ABMG trabalhasse nos “outros serviços” durante todo o ano, acabariam as dificuldades financeiras. -----

---- **Interveio a Deputada Raquel Arribança (CHEGA)**, que referiu que, naquele ponto, queria fazer algumas considerações. Constatou que, na página 41 do documento, se referia a substituição de contadores por fim de vida útil ou por não contarem apenas nas freguesias de Mira e da Praia de Mira; no entanto, na página seguinte (42), referia-se à substituição de vinte contadores em Carapelhos e cinquenta e seis no Seixo. Quanto aos relatórios trimestrais (ROC) de junho e setembro, voltavam a constatar dificuldades da ABMG. Em junho, os proveitos operacionais executados eram de 45,78%, com um desvio negativo de trezentos e cinquenta e cinco mil euros, e o prazo médio de pagamento a fornecedores era de noventa e nove dias, não cumprindo o limite legal de noventa dias. No relatório de setembro, a situação agravava-se: os rendimentos operacionais totalizavam 72,5%, com um desvio negativo de cento e dezassete mil euros, e o prazo médio de pagamento passava para cento e dois dias. Reiterou que a maior parte dos investimentos da ABMG não estava a ser feita em Mira, como se podia verificar no documento. -----

Findas as primeiras intervenções, a Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões colocadas:-

2.ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS): -----

---- **Interveio o Sr. Presidente da Câmara (PSD)**, que respondeu que, quando a Câmara tinha a gestão das águas, existiam cerca de 70% de perdas: entravam aproximadamente dois milhões de metros cúbicos na rede e faturavam-se apenas seiscentos mil. Portanto, os números mostravam que alguma melhoria

já tinha ocorrido com a entrada da ABMG. Reconheceu que mais de 50% de perdas na rede era um absurdo e que era necessário intervir para reduzir esse valor. Contudo, não era fácil resolver o problema: para o eliminar de forma estrutural, seria necessário “rasgar” a rede, abrir todas as artérias e substituir integralmente as condutas. Questionou quanto tempo isso demoraria numa cobertura total do concelho de Mira. Excluindo troços novos com canalização recente e contadores modernos, grande parte da rede tinha cerca de quarenta anos, ou mais, o que tornava muito difícil reduzir significativamente as perdas. Acrescentou que outro problema relevante, não referido anteriormente, eram as infiltrações indevidas de águas pluviais na rede de saneamento, que depois eram tratadas como águas residuais a um custo elevado, quando deveriam escoar para a rede pluvial. Isso também influenciava negativamente os resultados da ABMG. Além disso, existiam custos elevados com energia na bombagem das estações elevatórias e dificuldades na cobrança, que nem sempre atingia 100%. Todos esses fatores conjugados explicavam os resultados apresentados. Sabiam que o cenário não era ideal, mas estava pior quando a gestão era direta do município. Os investimentos realizados através da ABMG, beneficiando da escala resultante da agregação de três municípios, Mira, Montemor e Soure, não teriam sido possíveis apenas com os recursos da Câmara Municipal. Relativamente ao que foi referido pela Deputada Raquel sobre os contadores, não tinha compreendido totalmente a questão. Havia contadores em fim de vida útil numa freguesia, mas também tinham sido substituídos contadores noutra freguesia que não constava dessa lista, possivelmente por avarias ou por substituição de analógicos por digitais, uma estratégia técnica da empresa que apenas os serviços poderiam justificar. Quanto aos prazos médios de pagamento, referiu que, normalmente, no final do ano, esses indicadores melhoravam com a recuperação de cobranças, compensando parcialmente os desvios verificados nos relatórios intercalares. -----

A Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra aos membros da mesma

para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram: -----

2.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS: -----

---- **Interveio o Deputado Daniel Fresco (PS)**, que referiu que, talvez por lapso, o Sr. Presidente não tinha respondido à questão dos investimentos na página 59, nomeadamente à diminuição dos investimentos e às dificuldades no arranque de algumas ações previstas no plano e orçamento, pedindo que pudesse esclarecer esse ponto. -----

Findas as segundas intervenções, a Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões colocadas:

3.ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS): -----

---- **Interveio o Sr. Presidente da Câmara (PSD)**, que respondeu que, relativamente a 2024, a diminuição se devia à inexistência de operações cofinanciadas. Quando havia obras candidatáveis e financiadas, o montante de investimento aumentava. Não havendo previsão de tantos projetos financiados, o valor era naturalmente menor. Deu como exemplo o orçamento do Município para 2026, que tinha aumentado em vinte e nove milhões de euros, passando de cerca de trinta e cinco milhões, precisamente porque existiam projetos a financiar, sendo necessário refletir esses montantes no orçamento. -----

A Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra aos membros da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram: -----

3.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS: -----

---- **Interveio o Deputado Daniel Fresco (PS)**, que afirmou que tinha compreendido essa parte da explicação, mas que a sua questão incidia especificamente sobre a frase do relatório que referia “dificuldades no arranque de algumas ações previstas no plano e orçamento”. Disse que até tinha sublinhado esse excerto e que, se necessário, poderia mostrar o documento ao Sr. Presidente. -----

Findas as terceiras intervenções, a Presidente da Mesa da Assembleia deu

a palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões colocadas:

4.ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS): -----

---- **Interveio o Sr. Presidente da Câmara (PSD)**, que respondeu que essa dificuldade no arranque de algumas ações previstas no plano e orçamento para 2025 era uma questão demasiado técnica e que não conseguia, naquele momento, especificar quais tinham sido as dificuldades nem quais as ações em causa.-----

A Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra aos membros da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram: -----

4.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS: -----

---- **Interveio o Deputado Daniel Fresco (PS)**, que quis deixar devidamente registado que tinham solicitado esses relatórios e a documentação técnica relativa às dificuldades referidas, por terem interesse em compreender onde existiam constrangimentos nas empresas em que o Município estava representado. -----

PONTO TREZE: Para conhecimento - Relatório de fiscalização semestral sobre a situação económica e financeira do Município -1º Semestre de 2025. Foi dada a palavra ao Presidente da Câmara para explicar o documento: -----

1.ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA: -----

---- **Interveio o Sr. Presidente da Câmara (PSD)**, que explicou que os documentos tinham sido remetidos; tratava-se de um relatório que não era o final, era semestral, referente ao primeiro semestre de 2025 e, portanto, ficava ao dispor para esclarecer quaisquer dúvidas. -----

A Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra aos membros da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram: -----

1.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS: -----

---- **Interveio o Deputado Mauro Seíça (PS)**, que disse que, antes da sua

intervenção sobre o ponto, e porque achava que também se enquadrava, questionou relativamente ao empréstimo falado no ponto três. Momentos antes, o Sr. Presidente tinha estado a falar do orçamento; podiam então esclarecer o que tinham estado a fazer na última Assembleia Geral Extraordinária, não tinha sido a aprovação do empréstimo para devolução ao BEI? Não tinha estado presente, tinha assistido online, e, pelo que tinha entendido, tinha sido solicitada autorização para pagamento desse empréstimo, pois não tinham como devolver na totalidade o valor efetivamente já recebido, solicitando autorização para a assunção de compromissos plurianuais e pagamento em suaves prestações anuais. Tinha entendido bem? Sim ou não? Levantava novamente perante aquela Assembleia um conjunto de questões que importava sublinhar que não eram novas, nem surgiam por acaso naquele mandato; eram matérias que tinham transitado do mandato anterior, tinham sido sucessivamente referidas, discutidas e lamentavelmente adiadas, sem que até àquele momento tivesse obtido resposta clara, objetiva e plenamente satisfatória. Referia-se à questão do inventário do património municipal, concretamente aos cerca de cento e vinte edifícios municipais que, segundo informação anteriormente prestada, continuavam sem inventário devidamente concluído. Acrescia a isso o facto de o chamado inventário permanente, instrumento essencial para uma gestão patrimonial rigorosa, transparente e responsável, continuar por realizar ou, pelo menos, não ser conhecido por aquela Assembleia. A pergunta que se impunha era se seria naquele mandato que finalmente iriam ter essas obrigações legais e administrativas cumpridas. Seria naquele ciclo autárquico que o Município de Mira passaria a dispor de um inventário completo, atualizado e acessível do seu património edificado? Aquela não era uma questão meramente técnica; era uma questão de boa governação, de transparência e de respeito pelos munícipes. Não se podia planear, investir ou decidir com rigor quando não se conhecia em detalhe aquilo que era efetivamente património do Município, o seu estado de conservação, o seu valor e a sua utilização. Nesse contexto, e porque a

transparência não podia ser seletiva, importava também questionar se aquela Assembleia poderia finalmente ter acesso ao mapa de investimentos realizados no mandato anterior, um mapa claro e discriminado que permitisse perceber onde, quando e como tinham sido aplicados os recursos públicos e que possibilitasse uma avaliação séria das opções tomadas. Por outro lado, olhando já para o mandato em curso, importava recordar que o atual Executivo resultava de uma proposta eleitoral apresentada pelo PSD, que tinha sido claramente sufragada pelos Mirenses, conferindo-lhe uma legitimidade política reforçada. Essa proposta assentava, como era de conhecimento público, num conjunto de investimentos estruturantes para o concelho. Nesse sentido, questionou também se aquela Assembleia poderia ter acesso a um cronograma de execução desses investimentos — um cronograma que se presumisse devidamente pensado, planeado e calendarizado e que permitisse acompanhar com seriedade a concretização das promessas eleitorais feitas aos munícipes. Não se tratava de colocar em causa a vitória eleitoral nem a legitimidade política do Executivo; tratava-se, sim, de garantir que essa legitimidade se traduzisse em planeamento, previsibilidade, transparência e prestação de contas. Era isso que os Mirenses esperavam. Era isso que aquela Assembleia devia exigir. Assim, repetia as questões: seria naquele mandato que finalmente as obrigações legais e administrativas iriam ser cumpridas? Seria naquele ciclo autárquico que o Município de Mira passaria a dispor de um inventário completo, atualizado e acessível do seu património edificado? Tinha o Executivo um cronograma de execução dos investimentos e, se sim, iria facultá-lo à Assembleia? Era isso que ali, com sentido de responsabilidade institucional, deixava como interpelação ao Executivo Municipal.-----

---- **Intervenção da Deputada Carla Santos (PSD)**, que disse que, relativamente ao relatório de fiscalização semestral sobre a situação económica e financeira do Município respeitante ao primeiro semestre de 2025, importava antes de mais reconhecer a relevância daquele instrumento como elemento fundamental de

transparência, de acompanhamento da gestão municipal e de apoio à tomada de decisão. A análise do relatório permitia aferir o estado das contas do Município e a evolução dos principais indicadores financeiros, constituindo um momento essencial para refletir sobre o necessário equilíbrio entre a sustentabilidade financeira da autarquia e a concretização de investimentos estruturantes para o desenvolvimento do concelho e para a melhoria da qualidade de vida das populações. Sem prejuízo da apreciação técnica que o documento comportava, era de salientar a importância de uma gestão financeiramente responsável, prudente e rigorosa, garantindo o cumprimento dos compromissos assumidos, o controlo da despesa e a salvaguarda da capacidade financeira futura do Município. Contudo, importava assegurar que essa prudência não se traduzisse numa limitação excessiva da resposta às necessidades reais do território, nem no adiamento prolongado de investimentos há muito identificados como prioritários, pois, embora os indicadores apontassem para o cumprimento da regra do equilíbrio orçamental e para uma situação financeiramente estável, era legítimo questionar até que ponto esse equilíbrio se refletia efetivamente em respostas concretas, evitando que uma contenção orçamental excessiva conduzisse à estagnação de investimentos fundamentais cuja concretização continuava a tardar. Da análise ao controlo orçamental da receita face à previsão para os primeiros seis meses de 2025, verificava-se uma execução global muito baixa, apesar de, em comparação com o período homólogo, se registar um aumento substancial da receita, nomeadamente nos impostos diretos, vendas de bens e serviços, bem como nas transferências correntes e outras receitas correntes. Relativamente ao controlo orçamental da despesa, constatava-se um aumento da execução em 11,35% face ao período homólogo, influenciado sobretudo pelo acréscimo da despesa com pessoal e da despesa com aquisição de bens de capital, compreensível. Contudo, importava referir que esta última apresentava ainda uma execução bastante reduzida face ao montante orçamentado. Globalmente, e à semelhança

da receita, a despesa evidenciava uma execução abaixo do previsto. Registava-se assim o cumprimento da regra do equilíbrio, bem como a inexistência de pagamentos em atraso e um prazo médio de pagamento a fornecedores de cinquenta e seis dias, indicador que, não sendo alarmante, deveria continuar a merecer acompanhamento. No que respeitava ao endividamento, verificava-se que o Município tinha reduzido a sua dívida total em relação a 31 de dezembro de 2024, cumprindo os limites legais estabelecidos para a dívida total de operações orçamentais. Em termos práticos, a dívida total correspondia naquele momento a cerca de 45% da média da receita corrente liquidada e cobrada nos últimos três anos, o que significava que o nível de endividamento se encontrava controlado, distante do limite legal e compatível com a capacidade financeira do Município. Por fim, salientou o agradecimento expresso pela sociedade de revisores oficiais de contas relativamente à total colaboração dos trabalhadores e responsáveis do Município, o que deveria ser reconhecido e valorizado por aquela Assembleia. Reiteravam assim a importância de que estes relatórios continuassem a ser apresentados com clareza, rigor e acessibilidade, permitindo uma leitura compreensível não apenas para os órgãos deliberativos, mas para todos os cidadãos, reforçando a confiança na gestão autárquica. Aproveitou aquele momento, por ser a sua última intervenção, para desejar a todos a continuação de boas festas e que 2026 fosse um ano de realização de muitos projetos e com muita saúde. -----

Findas as primeiras intervenções, a Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões colocadas:-

2.ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS): -----

---- **Interveio o Sr. Presidente da Câmara (PSD)**, que respondeu que, relativamente ao empréstimo, Deputado Mauro Seíça, não se tratava de um empréstimo, mas sim de uma adenda ao contrato de empréstimo para uma amortização extraordinária, portanto, uma redução da dívida. O Município tinha

devolvido dinheiro; não se tratava de contrair novo empréstimo. Relativamente ao documento em causa, referiu que o ativo líquido do Município tinha registado uma variação positiva de 1,89%, correspondendo a dois milhões quinhentos e cinquenta e quatro mil euros face a 31 de dezembro de 2024. Comparando com 30 de junho de 2024, verificava-se um aumento de 5,60%, justificado essencialmente pela rubrica de devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis. Salientou que a rúbrica dos ativos fixos tangíveis representava 85,36% do total do ativo a junho de 2025, tendo sofrido um decréscimo face ao período homólogo. Relativamente ao passivo, o mesmo tinha diminuído em setecentos e quatro mil euros, 4,24% face a dezembro de 2024, justificado essencialmente pelo decréscimo das rubricas dos credores por transferências e subsídios não reembolsáveis e de financiamentos obtidos. Referiu ainda, sem ser demasiado exaustivo, que a transição do regime contabilístico do POCAL para o SNC-AP ocorreu em simultâneo com a transição do sistema de reporte da informação orçamental, económica e financeira para a DGAL. De acordo com o mapa de pagamentos em atraso calculado pelo CISAL, o Município não apresentava pagamentos em atraso. O mapa retirado da DGAL referente ao prazo médio de pagamentos no final do primeiro semestre de 2024 indicava 56 dias, confirmando que não existiam pagamentos em atraso e que esse era o prazo médio naquele semestre. O Município tinha um limite de endividamento de dezanove milhões e novecentos mil euros (quase vinte milhões), e naquele momento tinha cerca de seis milhões de euros de dívida registada. Concluiu dizendo que, segundo os técnicos que elaboraram o documento, não havia conhecimento de situações que afetassem de forma significativa a informação sobre a situação económica e financeira do Município relativamente ao primeiro semestre de 2025, estando a mesma conforme os princípios contabilísticos geralmente aceites e previstos pelo CNC-AP. -----

A Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra aos membros da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram: -----

2.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS: -----

---- **Interveio o Deputado Mauro Seiza (PS)**, que disse que o Presidente não lhe tinha respondido às questões colocadas relativamente ao inventário do património e ao inventário permanente, documentação legal que ainda não estava implementada, e que gostaria de saber o ponto de situação. Não era a primeira vez que o fazia e gostaria de ver a questão esclarecida. -----

Findas as segundas intervenções, a Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões colocadas:

3.ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS): -----

---- **Interveio o Sr. Presidente da Câmara (PSD)**, que respondeu que, relativamente ao inventário, este não estava concluído; assim que estivesse, poderiam fornecê-lo. Quanto ao cronograma de execução dos investimentos, referiu que estava previsto no plano apresentado no ponto três do orçamento. Enumerou, a título de exemplo, algumas intervenções em curso ou previstas: a execução das obras na Escola Secundária e na área da habitação no âmbito do PRR, com prazo até 30 de junho de 2026, bem como a remodelação das quatro extensões de saúde existentes no Município de Mira. Indicou ainda a reimplantação do orçamento participativo no segundo trimestre daquele ano, incluindo a implementação do orçamento participativo jovem. No plano constavam também a remodelação e disponibilização de lotes nas zonas industriais, tanto no Polo I como na zona industrial do Montalvo, e a concretização da segunda fase da praia fluvial para a próxima época balnear. Tratava-se, em grande parte, de cronogramas de curto prazo, com execução prevista no primeiro semestre, embora algumas ações pudessem transitar para o final de 2026. Na área da habitação, referiu que estava prevista uma segunda fase para a construção de blocos de apartamentos na mesma área da Videira Norte, bem como o início da ordenação do território na Videira Sul, conforme já tinha sido mencionado. Concluiu dizendo que estes eram alguns exemplos

constantes do plano municipal para execução no ano seguinte e subsequentes.

PONTO CATORZE: Para conhecimento - Tomada de conhecimento “Assunção de compromissos plurianuais”. -----

Foi dada a palavra ao Presidente da Câmara para explicar o documento: --

1.ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA: -----

---- **Interveio o Sr. Presidente da Câmara (PSD)**, que explicou tratar-se de compromissos que transitavam de um ano para o outro e que precisavam das pessoas que estavam elencadas nos documentos, nomeadamente para garantir o bom funcionamento de algumas funções nas piscinas, nas atividades de enriquecimento curricular nas escolas, nos campos de férias e de assistentes operacionais em avença para colmatar algumas faltas de elementos nas escolas; portanto, estava previsto um montante para 2025, mas também que seriam assumidos para o ano de 2026. Como transitavam de ano, tinham de estar plasmados nos compromissos plurianuais. -----

A Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra aos membros da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram: -----

1.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS: -----

---- **Interveio a Deputada Anabela Veríssimo (PS)**, que disse ter analisado o documento e ter verificado os vários ajustes diretos para o funcionamento de atividades de educação e lazer no concelho de Mira, relativamente aos campos de férias e às atividades de enriquecimento curricular. Tinha verificado, então, que existiam esses vários ajustes e iria focar-se num que emocionalmente lhe era mais próximo, que tinha a ver com as AEC. No caso específico, havia vários ajustes diretos com os técnicos de atividades de enriquecimento curricular, que era um programa que visava assegurar o tempo de permanência das crianças na escola através de atividades lúdicas, artísticas e desportivas de qualidade. Não era um programa recente; era um programa que, e agradecia publicamente ao Professor Artur, já tinham trabalhado nesse âmbito, e a sua orientação tinha sido muito influenciada pela experiência do Presidente enquanto professor, pelo

que ela própria era particularmente sensível a este tema. Naquele momento, gostaria de saber qual era a oferta formativa para as crianças no concelho de Mira e, sendo uma área que já era e continuava a ser frequentemente mal paga, com pagamentos atrasados e irregulares, qual era a periodicidade de pagamento para esses técnicos durante aquele ano letivo. Falava por desconhecimento, pois não tinha noção de como estavam a ser efetuados os pagamentos naquele ano. Fez ainda um apelo e uma reflexão: porque é que a contratação desses técnicos, que asseguravam a escola a tempo inteiro e eram essenciais ao longo dos anos, exercendo funções de forma precária, não era feita diretamente pelo Agrupamento de Escolas com um contrato de trabalho parcial mais digno, onde pudessem ter os respetivos direitos, subsídio de refeição, caducidade, Natal, férias, como em tempos passados já tinha acontecido? Já tinha havido mais dignidade para esses técnicos, que eram essenciais ano após ano nas escolas, beneficiavam as crianças e as famílias, e, ainda assim, mantinha-se este estado de precariedade. Depois, naturalmente, seria cada vez mais difícil substituí-los, porque a precariedade era crescente, e nada estava a ser feito para lhes dar mais dignidade e estabilidade nas escolas. -----

Findas as primeiras intervenções, a Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões colocadas:

-2.ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS): -----

---- **Interveio o Sr. Presidente da Câmara (PSD)**, que respondeu que concordava com o que tinha dito a Deputada Anabela. Tratava-se de uma situação precária; há algum tempo atrás, esses técnicos eram contratados através do Agrupamento e, inclusivamente, pensava que até contava tempo de serviço. Atualmente, não podiam ser contratados pelo Agrupamento; portanto, muitas vezes o Município fazia essa contratação para satisfazer essa necessidade. Para dar resposta, e porque os horários eram em simultâneo e tinham de ter muitas pessoas a trabalhar nessas horas em várias escolas, teriam

de contratar mais de quinze pessoas para satisfazer essa exigência. Assim, o que procuravam era encontrar pessoas com formação naquela área para ministrar esse tipo de atividades. Existiam atividades artísticas, desportivas, etc., e, portanto, aquelas pessoas ali referidas não pertenciam aos quadros da Câmara, tendo de ser contratadas em regime de contratação ou de avença. Contudo, existiam mais técnicos nas AEC que não estavam ali plasmados, nomeadamente técnicos do Município, sobretudo da área do desporto, que, já estando no quadro da Câmara, também prestavam esse serviço; caso contrário, o número de pessoas necessárias seria ainda maior. Não tinham capacidade financeira para contratar mais duas dezenas de pessoas para depois dar resposta apenas em algumas horas do dia especificamente para esse serviço. Portanto, optavam por fazer essa contratação temporária, sabendo que era precária, mas necessária para garantir que as crianças tivessem essas atividades durante o tempo em que permaneciam na escola. As informações que tinha eram de duas horas de educação física e três horas de atividades lúdicas ou expressivas por semana, sendo uma delas de música, para vinte turmas do 1.º ciclo, que tinham cinco horas de AEC por semana, todos os dias das 16h às 17h. Assim, tinham obrigatoriamente de ter muitos professores para satisfazer essas necessidades, razão pela qual continuavam nesse sistema de contratação sempre que era necessário. Quanto aos pagamentos, existia um contrato assinado com a Câmara Municipal e, conforme as horas efetuadas, os pagamentos eram mensais. -----

----- **Votação** -----

Submetido a ata em minuta a votação, foi aprovada por unanimidade. -----

ENCERRAMENTO : -----

E nada mais havendo a tratar, foi pelo Sr. Presidente da Mesa da Assembleia declarada encerrada a sessão pelas 21 horas e 30 minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, em que as respetivas deliberações foram todas tomadas como se refere no texto e aprovadas em minuta, assinada no final da

reunião, nos termos e para os efeitos do disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

O Presidente da Mesa

([Nome])

O 1.º Secretário

([Nome])

ENCERRAMENTO -----

E nada mais havendo a tratar, foi pelo Sr. Presidente da Mesa da Assembleia declarada encerrada a sessão pelas [horas] e [minutos] do dia [indicar se for outro diferente do dia em que a reunião teve início], da qual, para constar, se lavrou a presente ata, em que as respetivas deliberações foram todas tomadas como se refere no texto e aprovadas em minuta, assinada no final da reunião, nos termos e para os efeitos do disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

O Presidente da Mesa

([Nome])

O 1.º Secretário

([Nome])